FABIANO MACANHAN FONTES

BANCO DO BRASIL E BRADESCO,
SEUS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E O EFEITO EM SEUS *SPREADS*

CURITIBA

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

BANCO DO BRASIL E BRADESCO, SEUS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E O EFEITO EM SEUS *SPREADS*

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico da Pós-Graduação em Economia da UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Nakabashi

CURITIBA
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

FABIANO MACANHAN FONTES

BANCO DO BRASIL E BRADESCO,

SEUS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E O EFEITO EM SEUS *SPREADS*

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Nakabashi
Departamento de Economia da UFPR.

Banca: Prof. Dr. José Gabriel Porcile Meirelles
Departamento de Economia da UFPR

Banca: Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Economia da UFPR

Dedico este trabalho ao meu Pai e a minha Mãe, que amo muito, e me deram o exemplo de determinação a ser seguido e todas as condições para que eu pudesse construir minha formação acadêmica e meu caráter.

À minha esposa Adriana, minha paixão, que sempre me apoiou em todos os desafios de nossa vida.

Aos meus filhos, Fabiana e Vitor, que são a razão da minha vida.

Meus irmãos, Adriano, Juliano e Bruno, que sem eles, eu não chegaria onde cheguei.

Minhas cunhadas Dayse, Claudia, Paola e Poliana e sobrinhos, Matheus, João Pedro, Dominick, Daniel e Huan, que compõe uma grande família, onde o amor é a base de nossa união.

Minha sogra e a Bisa Lourdes que fazem parte de nossa vida.

Agradecimentos

A Deus, pela sua presença.

Ao meu orientador Luciano Nakabashi, que me conduziu incansavelmente durante o processo de construção deste trabalho.

Ao Banco do Brasil, em especial aos colegas da agência Corporate SC, que me deram todas as condições para que eu pudesse fazer este curso.

Aos meus colegas, Fabio, Meotti e Pitt e Antonio que compartilharam comigo os momentos de alegria e dificuldades desta jornada.

Somos o que pensamos.
Tudo o que somos surge com
nossos pensamentos.
Com nossos pensamentos,
fazemos o mundo.
(Buda).

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES ..... **ix**
LISTA DE SIGLAS ..... **xv**
RESUMO ..... **xvii**
ABSTRACT ..... **xviii**
1 INTRODUÇÃO 1
2 FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS BRASILEIRA **4**
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAPTAÇÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA 4
2.2 RISCO BRASIL 6
2.3 EMISSÕES DE TÍTULOS DA DÍVIDA NO MERCADO EXTERNO 7
2.4 RELAÇÃO ENTRE TAXA DE JUROS EXTERNAS E TAXA DE JUROS INTERNA 8
3 FATORES QUE AFETAM O *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL 11
3.1 HISTÓRICO DO *SPREAD* BANCÁRIO 11
3.2 A CONCENTRAÇÃO DOS BANCOS X *SPREAD* BANCÁRIO 16
3.3 VOLUME DO CRÉDITO DESTINADO ÀS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA 18
3.3.1 Direcionamentos de crédito: as aplicações obrigatórias em crédito rural e habitacional 19
3.3.2 Consignação em folha de pagamento, fatores da impulsão do crédito 23
3.4 A APURAÇÃO DO *SPREAD* DA INDÚSTRIA BANCÁRIA 25
3.5 ESTUDOS PARA O BRASIL DOS FATORES MICROS QUE AFETAM O *SPREAD* 28
3.5.1 Aspectos metodológicos dos trabalhos do Bacen sobre *spread* bancário 28
3.5.2 Composição do do *spread* bancário 32
4 CUSTOS ADMINISTRATIVOS **36**
4.1 CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO 2002 A 2008 E A RELAÇÃO COM SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 36
4.2 CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELO BRADESCO NO PERÍODO 2002 A 2008 E A RELAÇÃO COM SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA 43

4.3 COMPARAÇÃO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELO BANCO DO BRASIL E BRADESCO NO PERÍODO 2002 A 2008 E A RELAÇÃO COM SUAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS.....48
5 *SPREAD* BANCÁRIO 53
5.1 DEFINIÇÃO DO *SPREAD* BRUTO E *SPREAD* LÍQUIDO 53
5.2 *SPREAD* BANCÁRIO PRATICADO PELO BANCO DO BRASIL E BRADESCO NO PERÍODO 2002 a 2008 54
5.2.1 Análise do comportamento do *spread* bancário do Banco do Brasil no período 2002 a 2008 55
5.2.2 Análise do comportamento do *spread* bancário do Bradesco no período 2002 a 2008 63
5.2.3 Comparação entre o *spread* do Banco do Brasil e Bradesco.....70
6 CONCLUSÃO 78
REFERÊNCIAS 81

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – RISCO BRASIL – TÍTULOS EXTERNOS..... 6

FIGURA 2 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE BÔNUS INTERNACIONAIS POR SEMESTRE 2001 – 2005 8

FIGURA 3 – TAXAS DE JUROS DOMÉSTICA E ESTRANGEIRA (% a.a.).... 8

FIGURA 4 – *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO..... 12

FIGURA 5 – TRAJETÓRIA DAS TAXAS MÉDIAS DE EMPRÉSTIMO, CAPTAÇÃO E *SPREAD* NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO BANCÁRIO.* BRASIL – ABRIL DE 2005 A AGOSTO DE 2006.. 14

FIGURA 6 – PARTICIPAÇÃO DOS 15 MAIORES BANCOS PRIVADOS NO ATIVO TOTAL DO SISTEMA BANCÁRIO (1988-2003)..... 17

FIGURA 7 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO CUSTO ADMINISTRATIVO NO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL (PERIODO 2001-2007) 34

FIGURA 8 – VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 40

FIGURA 9 - COMPARAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E A VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES APRESENTADOS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 41

FIGURA 10 – VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS APRESENTADAS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 45

FIGURA 11 – COMPARAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E A VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES APRESENTADOS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 46

FIGURA 12 – VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DE PESSOAL POR COLABORADOR DO BANCO DO BRASIL E DO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008..... 49

FIGURA 13 – VARIAÇÃO ANUAL DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR ESTRUTURA DE ATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL E DO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008..... 50

FIGURA 14 – COMPARAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS/ESTRUTURA E PROVENTOS/COLABORES APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL S.A. E BRADESCO S.A. NO PERÍODO 2002-2008..... 50
FIGURA 15 – VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL E BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 51
FIGURA 16 – VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS POR FUNCIONÁRIO DO BANCO DO BRASIL E DO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008..... 51
FIGURA 17 – COMPORTAMENTO ANUAL DE RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, E O BALANÇO ENTRE AS DUAS REPRESENTADO PELO *SPREAD* BRUTO, APRESENTADOS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 57
FIGURA 18 – COMPORTAMENTO ANUAL DAS RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA E APLICAÇÃO DE RECURSOS NO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO 2002-2008..... 58
FIGURA 19 – COMPORTAMENTO ANUAL DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, RESULTADO COMERCIAL E O *SPREAD* LÍQUIDO, APRESENTADOS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 61
FIGURA 20 – COMPARAÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DO *SPREAD* LÍQUIDO COM O VOLUME DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO BANCO DO BRASIL NO PERIODO 2002-2008..... 62
FIGURA 21 – COMPORTAMENTO ANUAL DAS RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, E O BALANÇO ENTRE AS DUAS REPRESENTADO PELO *SPREAD* BRUTO, APRESENTADAS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 65
FIGURA 22 – COMPORAÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DA RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA E A APLICAÇÃO DE RECURSOS NO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 66
FIGURA 23 – COMPORTAMENTO ANUAL DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, RESULTADO COMERCIAL E O *SPREAD* LÍQUIDO, APRESENTADAS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 69

FIGURA 24 – COMPARAÇÃO DO *SPREAD* LÍQUIDO E APLICAÇÃO DE RECURSOS APRESENTADOS PELO BRADESCO, AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 70

FIGURA 25 – VARIAÇÃO DO *SPREAD* BRUTO DO BANCO DO BRASIL E BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 71

FIGURA 26 – VARIAÇÃO DO VOLUME DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS APURADAS JUNTO AO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 72

FIGURA 27 – VARIAÇÃO DO VOLUME DAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS APURADAS JUNTO AO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 72

FIGURA 28 – VARIAÇÃO DAS RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 73

FIGURA 29 – VARIAÇÃO DAS DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 74

FIGURA 30 – COMPARAÇÃO ENTRE O *SPREAD* BRUTO DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL, AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008, E A SELIC 75

FIGURA 31 – COMPARAÇÃO ENTRE O *SPREAD* LÍQUIDO DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 75

FIGURA 32 – COMPARAÇÃO DO % DA REPRESENTATIVIDADE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO A MARGEM FINANCEIRA BRUTA, DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL, AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008..... 77

FIGURA 33 – COMPARAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS/ESTRUTURA E PROVENTOS/COLABORES APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL S.A. E BRADESCO S.A. NO PERÍODO 2002-2008..... 77

TABELA 1 – ESTRUTURA DO RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %) 25

TABELA 2 – ESTRUTURA DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %) 26

TABELA 3 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM R$ BILHÕES)..... 27

TABELA 4 - DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – PROPORÇÃO (%)..... 33

TABELA 5 - DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – PONTOS PERCENTUAIS..... 35

TABELA 6 - VALORES DO IPCA..... 36

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A 37

TABELA 8 - EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS DE PESSOAL..... 38

TABELA 9 – EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A 38

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS..... 39

TABELA 11 - EVOLUÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A..... 39

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A..... 40

TABELA 13 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORES AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A 41

TABELA 14 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A 42

TABELA 15 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A ESTRUTURA TOTAL DE ATENDIMENTO..... 42

TABELA 16 – EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO BRADESCO S.A 43

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO BRADESCO S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS DE PESSOAL..... 44

TABELA 18 – EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO BRADESCO S.A..... 44

TABELA 19 - EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS..... 45

TABELA 20 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 NO BRADESCO S.A..... 46

TABELA 21 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A..... 47

TABELA 22 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A ESTRUTURA DE ATENDIMENTO..... 47

TABELA 23 - EVOLUÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A..... 48

TABELA 24 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A..... 48

TABELA 25 - VALORES DO IPCA..... 54

TABELA 26 - VOLUME DE APLICAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BANCO DO BRASIL S.A. NO PERÍODO 2002-2008..... 55

TABELA 27 – COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E SEUS COMPONENTES DURANTE OS ANOS DE 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A 56

TABELA 28 - COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DO BANCO DO BRASIL S.A. DURANTE O PERÍODO 2002-2008..... 57

TABELA 29 – COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E SEUS COMPONENTES DO BANCO DO BRASIL DURANTE O PERÍODO 2002-2008 59

TABELA 30 - COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DO BANCO DO BRASIL DURANTE O PERÍODO 2002-2008..... 60

TABELA 31 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DO BANCO DO BRASIL S.A. E SUA RELAÇÃO COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PCLD NO PERÍODO 2002-2008..... 62

TABELA 32 - VOLUME DE APLICAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008..... 63

TABELA 33 – COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E SEUS COMPONENTES DURANTE OS ANOS DE 2002 A 2008 NO BRADESCO 64

TABELA 34 COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DURANTE O PERÍODO 2002-2008 NO BRADESCO S.A..... 65

TABELA 35 – COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E SEUS COMPONENTES DURANTE OS ANOS DE 2002-2008 NO BRADESCO S.A..... 67

TABELA 36 - COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DURANTE OS ANOS DE 2002-2008 NO BRADESCO S.A..... 68

TABELA 37 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DO BRADESCO S.A. E SUA RELAÇÃO COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PCL NO PERÍODO 2002-2008. 70

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central
BESC	Banco do Estado de Santa Catarina
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEF	Caixa Econômica Federal
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CDBs	Certificados de Depósitos Bancários
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Copom	Comitê de Política Monetária
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DEPEC	Departamento Econômico
DIEESE	Departamento Sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DPC	Diferencial da Paridade Coberta
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FGC	Fundo Garantidor de Crédito
FIPECAFI	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDU	*Interest Due and Unpaid*
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Nacional
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
LTCM	*Long Term Capital Management*
PIS	Plano de Integração Nacional
IR	Imposto de Renda
PDD	Provisões para Devedores Duvidosos
PIS	Programa de Integração Social
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SFH	Sistema Financeiro de Habitação

SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
TBF	Taxa Básica de Financiamento
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TIR	Taxa Interna de Retorno
TMS	Taxa Média Selic
WEF	Wold Economic Fórum

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo analisar o comportamento do *spread* bancário de dois bancos brasileiros, Banco do Brasil e Bradesco, identificando fatores que o afetam, enfatizando principalmente a importância dos custos administrativos em sua composição de seus *spreads*. Os resultados obtidos destacam a representatividade do impacto dos custos administrativos no *spread* bancário e que há diferença de impacto dos custos administrativos entre os bancos analisados, e ainda que este impacto é menor no Banco do Brasil, e, em que pese esta variável venha sendo trabalhada pelas duas instituições, dado que a partir de 2005 passou a apresentar uma menor participação sobre *spread* bruto, ainda representa parcela significativa do *spread* bancário. Concluímos ainda que, estratificando estes custos administrativos, observa-se que a parcela que representa os custos com pessoal é trabalhada na mesma grandeza entre os dois bancos, fincando como variável determinante do diferencial de custos, as suas estruturas de atendimento, dado esta situação podemos inferir que a industria financeira, venha a ter maior preocupação e atenção, com esta variável, que representa uma considerável influência na composição do lucro final dos bancos. Sendo assim, considerando as críticas com relação às altas taxas de juros cobradas pelos bancos, no Brasil, a redução destas no mercado bancário brasileiro, pode passar a ter na redução das despesas administrativas, notadamente nos custos relacionados às suas estruturas, um fator primordial para que este objetivo seja atingido.

ABSTRACT

This work aims to analyze the factors that affect “spread” in Brazilian Banks, with special emphasis to the importance of the administrative costs in the composition of banking “spread”. The results show the representative impact of administrative costs in the banking “spread” and the outstanding difference of impact between the analized banks, and yet it shows that this impact is smaller in Banco do Brasil. Considering the this variable has been worked out by both financial institutions, and mentioning that since 2005 it has represented a minor participation in the “gross spread” it still represents a meaninful item of the banking spread. It is also concluded that by scrutinizing these administrative costs it is observed that the component concerning personnel costs is dealt with the same importance between the financial institutions, being their structures to attend their clients a determining variable of differencial costs. Considering this fact it must be deduced that the financial industry must be alert e concerned about this variable, whereas it represents a great influence in the composition of net profits of both institutions. Thus, considering the criticism related to the high interest rates charged by the banks, in Brazil, their reduction in the Brazilian financial market may achieve the most important factor by reducing the administrative costs most remarkably related to their structures.

1 INTRODUÇÃO

O *spread* bancário brasileiro é objeto de trabalho na esfera pública (através do Banco Central do Brasil – Bacen), privada (através de entidades de classe), e das universidades, dado sua importância na composição do custo de financiamento e de seus reflexos na economia brasileira.

O *spread* bancário no Brasil, não obstante as medidas adotadas pelo governo e os avanços logrados nos últimos anos, ainda continua muito elevado, na ordem de 29,7% a.a. (em abril de 2006). Mesmo com a queda na taxa de juros básica (SELIC), que foi reduzida em 2,00 pontos percentuais (p.p.), no período de dezembro de 2004 a abril de 2006, o *spread* bancário cresceu, no mesmo período, em 2,90 p.p. (pontos percentuais), sustentando-se acima dos níveis praticados internacionalmente (BANCO CENTRAL, 2006).

O *spread* bancário brasileiro está acima dos padrões internacionais. Para citar alguns exemplos, em 2004, o *spread* do país estava em 27,20% a.a. enquanto que na Rússia ele era de 8,95% a.a., na Argentina de 8,53% a.a., na Bolívia de 8,12% a.a. e na Alemanha de 7,04 % a.a.. Esse elevado nível do *spread* praticado pode ser explicado por motivos macroeconômicos e microeconômicos. Por exemplo, pelos custos elevados do setor financeiro, além do reflexo das alterações metodológicas utilizadas pelo Bacen, a partir de 1999. (BANCO CENTRAL, 2005),

Analisando a decomposição do *spread* bancário, no período 2001 a 2007, apresentada no Relatório de Economia Bancária e Crédito do Bacen - 2007, que consolida os números dos principais Bancos Privados e Públicos, verifica-se que as margens brutas dos bancos vêm diminuindo juntamente com o Custo do Compulsório. Ao mesmo tempo pode-se perceber que as participações da inadimplência e dos custos administrativos em relação ao *spread* total cresceram, passando de 32,33%, em 2001, para 37,35%, em 2007, e de 13,18%, em 2001, para 13,50%, em 2007, respectivamente. (BANCO CENTRAL, 2008).

O efeito dos recolhimentos compulsórios sobre o *spread* bancário também vem caindo desde seu nível máximo em 2002. O BACEN relata que a participação relativa do compulsório caiu de 15,08%, em 2002, para 3,59%, em 2007 (BANCO CENTRAL, 2008).

Até 2003, os dados acima mencionados eram coletados somente dos bancos privados. A partir de 2004, foram incluídos dados do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF), que são os dois maiores bancos públicos do Brasil. Esta inclusão dos bancos públicos no cálculo do *spread* bancário no Brasil coincide com a elevação dos custos administrativos de 4,9%, em 2003, para 5,04%, em 2004, fazendo com que a participação do custo administrativo em relação ao *spread* total aumentasse de 11,79%, em 2003, para 14,18%, em 2004, o que representou um crescimento de 20,27% neste período.

O presente trabalho assume a hipótese de que o aumento da participação dos custos administrativos no total da composição do *spread* bancário pode ter como causa a inclusão dos bancos públicos na análise do Banco Central, a partir de 2004, pois estes possuem, supostamente, custos mais elevados que os bancos privados.

O propósito geral desta dissertação é o de analisar a formação do *spread* bancário do Banco do Brasil e do Bradesco, focando os aspectos microeconômicos, buscando compreender a importância dos custos administrativos em sua composição, bem como se existem diferenças entre estes custos apresentados pelas duas instituições bancárias. Esse enfoque microeconômico se justifica pelo fato de que grande parte dos trabalhos sobre o tema analisa a importância dos elementos macroeconômicos sobre o *spread*, enquanto que os efeitos das variáveis microeconômicas são relegados a um segundo plano.

Para alcançar o objetivo proposto, realiza-se uma análise comparativa, dos custos administrativos e do *spread* do Banco do Brasil e do Bradesco no período de 2002 a 2008, cujos números e valores foram obtidos a partir de documentos e balanços contábeis anuais das duas instituições na página eletrônica do Banco do Brasil (www.bb.com.br) e na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Estes bancos foram escolhidos, pois representam os maiores bancos público (Banco do Brasil) e privado (Bradesco) do país, no período analisado.[1]

---

[1] Em seu artigo "CRISE ACELERA UNIÃO DE ITAÚ E UNIBANCO" publicado em 04/11/2008 na Folha de São Paulo, Toni Sciarreta cita que o Itaú Unibanco S.A. passa a liderar o ranking dos maiores bancos no Brasil, ultrapassando o Banco do Brasil e Bradesco.

Além da presente introdução, a presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma: no capítulo 2, analisamos como os juros externos são formados e quais seus impactos nos juros domésticos; no capítulo 3, apresentamos um breve histórico do *spread* bancário no Brasil além de alguns fatores que afetam o *spread* bancário, sendo eles: a concentração de bancos; o volume de empréstimos bancários; os créditos subsidiados; e as operações de créditos consignados, além de tratarmos os aspectos metodológicos realizados pelo BACEN com destaque para a composição do *spread* bancário; no capítulo 4 analisamos o comportamento dos custos administrativos; identificação; análise e comparação, referente ao Banco do Brasil e Bradesco, e ainda, a relação com suas estruturas administrativas e de pessoal, no período 2002 a 2008; no capítulo 5, é apresentado o método utilizado para definição do *spread* bruto e líquido, bem como identificação e análise destes *spreads,* para o Banco do Brasil e Bradesco no período 2002 a 2008. Por fim, apresentamos as conclusões.

2 FORMAÇÃO DA TAXA DE JUROS BRASILEIRA

Neste capítulo será analisado como os juros externos são formados e ainda seus impactos nos juros domésticos, visto que estes se constituem em um fator macroeconômico fundamental para a composição do *spread* bancário.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CAPTAÇÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

A captação de recursos no exterior em moeda estrangeira por parte de indivíduos, empresas e governos de um país, compõe o total de sua dívida externa. A captação de moeda estrangeira se concretiza de diversas formas, como contratos de empréstimos, financiamentos para um projeto específico ou como emissão de título ou bônus. Os não-residentes ou não-brasileiros que adquirem tais instrumentos de dívidas passam a ter o direito de receber os juros, tornando-se credores do país. (ARRUDA; GONÇALVES, 2000).

Quanto aos instrumentos de dívida externa, os contratos de empréstimos e financiamentos permanecem com o credor. Já os títulos têm a possibilidade de serem negociados no mercado financeiro internacional. Nos anos 80, ocorreu uma mudança relativa à negociação da dívida externa: a transformação dos contratos de empréstimo em títulos da dívida externa, processo conhecido como securitização. A alteração significa que os títulos passam de um a outro credor, e o país endividado não sabe com quem estão os títulos de dívida externa ou não sabem quem são os credores. Dentre os novos credores do Brasil podem estar governos estrangeiros, organismos multilaterais, empresas estrangeiras, bancos comerciais, inclusive, brasileiros. (ARRUDA; GONÇALVES, 2000).

Um dos tipos de bônus da dívida brasileira é constituído pelos *C-bonds*, chamados *bradies* a partir da adesão do Brasil ao Plano Brady, em 1994. Segundo SANDRONI (1999), o Plano Brady foi idealizado por Nicholas Brady, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e tornou possível o refinanciamento de diversos países endividados ao propor aos bancos credores que abrissem mão de uma parte dos créditos a receber em troca de novos títulos lastreados por papéis do

Tesouro dos Estados Unidos, considerados de risco zero pelos mercados[2]. Em troca, os países devedores, em colaboração com o FMI e o Banco Mundial, teriam que adotar políticas de crescimento, que encorajassem o fluxo de investimentos estrangeiros, o fortalecimento da poupança interna e a promoção do retorno de capitais depositados no exterior. As dívidas seriam reduzidas por meio de mecanismos voluntários com base no mercado. Em relação ao Brasil, ele deveria manter programas viáveis de conversão da dívida e possibilitar que investidores internos participassem dessas transações para que os capitais depositados no exterior retornassem ao país. Receberia apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para a conversão de empréstimos bancários em novos títulos com redução de taxas de juros. Os bancos comerciais possibilitariam dinheiro novo na forma de créditos comerciais, entre outros itens.

GARCIA e DIDIER (2003) chamam a atenção para uma das medidas mais adequadas da mobilidade de capitais: a paridade coberta das taxas de juros, por possibilitar que os fluxos de capitais sejam equalizados às taxas de juros entre os países ao serem apresentadas na mesma moeda. O Diferencial da Paridade Coberta (DPC) das taxas de juros é conhecido como risco país, o que só ocorre em países emergentes, pois nos países desenvolvidos o risco é considerado nulo. Pelo fato de atingir todos os ativos financeiros que um país emite, o risco país não é passível de *hedge*, o que significa que não tem a possibilidade de ser eliminado pela diversificação dos investimentos entre ativos do país. O risco país é conseqüência da situação econômica e financeira.

GARCIA e DIDIER (2003) utilizam, em sua análise, o *C-bond* e os *Interest Due and Unpaid* (IDU). Os IDU, títulos soberanos, foram emitidos em 20 de novembro de 1992, em US$ 7,1 bilhões, e tiveram vencimento em 1.^{0} de janeiro de 2001, conforme acordo de refinanciamento Brady. Os *C-bonds – Brazil Capitalization Bond C*, também soberanos, que foram emitidos em 15 de abril de 1994, em US$ 7,4 bilhões, com vencimento em 2014. O IDU era o título brasileiro mais líquido em negociações externas. No entanto, ele foi perdendo liquidez e, próximo de seu vencimento, o *C-bond* se transformou no título mais líquido de todos os *brady bonds*, o principal título da dívida externa do país.

---

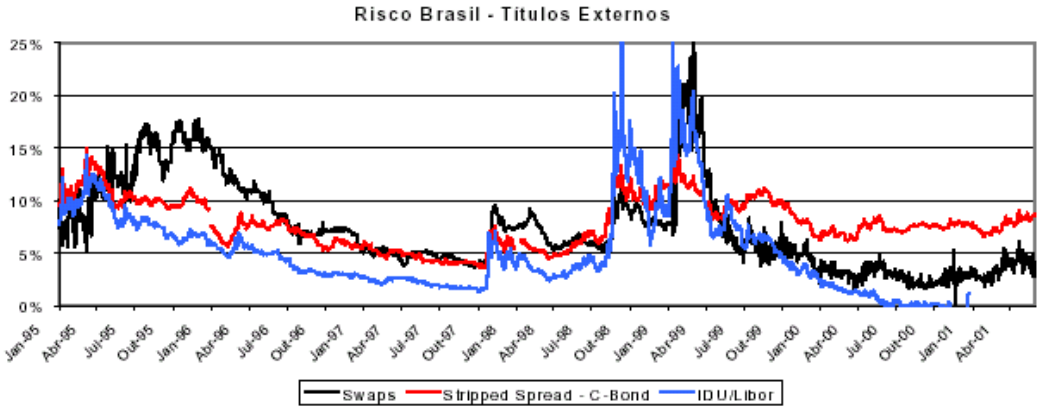
[2] O Brasil emitiu US$ 50 bilhões de *bradies*. O valor total de *C-bond* emitido em abril de 1994 foi de 7,4 bilhões de dólares, em 21 parcelas semestrais até 2014, com juros crescentes a partir de 4% para as primeiras parcelas e de até 8% para as últimas.

2.2 RISCO BRASIL

ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002, p. 6) analisaram os determinantes do *spread* implícito no *C-bond*, o que significa dizer, “o diferencial da taxa de juros brasileira em relação a um título sem risco. Este *spread* é o prêmio requerido pelo mercado devido à possibilidade de o país declarar moratória no futuro”.

Os autores utilizaram a abordagem de modelos estruturais de análise de risco de crédito, que presume o comportamento racional dos credores, “para relacionar o *spread* implícito no *C-bond* com a probabilidade da ocorrência de moratória, probabilidade que é suposta contingente a uma medida da capacidade ou do interesse de o país servir a sua dívida, medida (...) [denominada] grau de endividamento”. (ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES, 2002, p. 6).

FIGURA 1 – RISCO BRASIL – TÍTULOS EXTERNOS



FONTE: GARCIA e DIDIER (2007, p. 8).

GARCIA e DIDIER (2003, p. 264) relatam que as medidas de risco Brasil mudam em conjunto:

> Todas as medidas vinham após a crise do México (dezembro de 1994) até a eclosão da crise asiática em outubro de 1997. A partir daí elas reiniciam uma tendência de queda, embora em patamar mais elevado do que antes da crise asiática, até a crise russa e o colapso do *hedge fund Long Term Capital Management (*LTCM) em agosto de 1998. elevam-se enormemente na crise russa e voltam a cair, embora para um patamar ainda mais elevado, até a desvalorização, em janeiro de 1999. Com a desvalorização, as medidas de risco Brasil voltam a explodir, tendo decrescido paulatinamente desde o segundo trimestre de 1999. (...) Em suma, as medidas de risco Brasil apresentam uma alta correlação, respondendo fortemente às crises locais e internacionais.

Na Figura 1, os autores mostram as medidas de risco Brasil.

ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002) destacam a possibilidade de explicação do *spread* brasileiro pelo grau de endividamento externo. Para reduzir o *spread*, a maneira recomendada é a redução do endividamento externo. Adicionalmente, os autores sugerem que outros indicadores empregados comumente como dívida externa ou exportação, ou "importação/reservas" têm resultados piores. Eles ainda afirmam, que os modelos estruturais de análise de risco que se embasam em elementos macroeconômicos esclarecem o risco soberano e o nível de *spread*, e que os modelos econométricos não são adequados para explicarem o *spread* como indicadores macroeconômicos, em virtude da não-linearidade existente. Finalmente, considerando o nível atual de endividamento medido pela razão "dívida externa líquida/PIB comercializável", cada acréscimo percentual eleva o *spread* em 0,25% a.a." (p. 11).

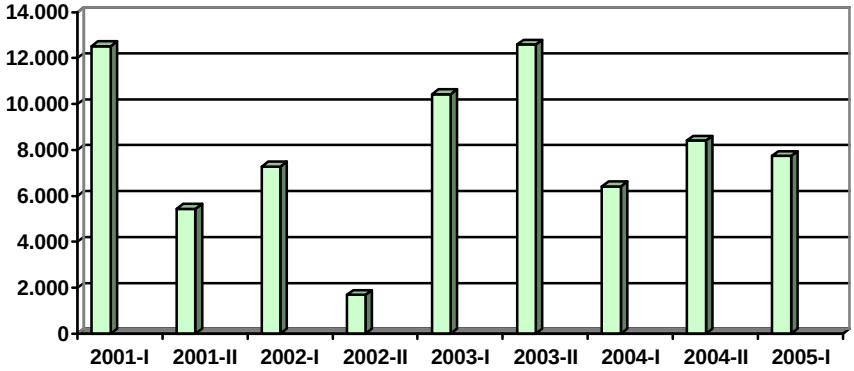
2.3 EMISSÕES DE TÍTULOS DA DÍVIDA NO MERCADO EXTERNO

A partir de 2004, alguns fatores desestimularam a captação de recursos externos, especialmente dois: a estrutura atual referente aos juros em dólares apurados no mercado brasileiro (cupom cambial) e no mercado externo com risco brasileiro. De acordo com o Relatório de Captações de Mercado (2005, p. 4),

> (...) como o cupom cambial encontra-se bastante reduzido, com níveis próximos à LIBOR e, portanto abaixo da curva externa brasileira em dólares, reduz-se a atratividade de captações de bancos para aplicação no mercado local (seja em dólares ou em reais) e encarecem-se as operações de proteção cambial local das empresas para suas dívidas em dólares. Adicionalmente, a existência de acúmulos de caixa nas empresas para suas dívidas em dólares.

A Figura 2 indica que tanto os bancos de primeira linha quanto as empresas de grande porte, principais emissores brasileiros no exterior, após a melhor performance apresentada no ano de 2003, passaram a reduzir suas emissões de bônus a partir 2004. Em 2005, o total foi de US$ 7,7 bilhões e o prazo médio das emissões, de 11,7 anos, sendo este o maior prazo desde 2000. "(...) Embora reduzidas em volume perante os demais exercícios, as emissões brasileiras, especialmente as soberanas, têm aproveitado a situação de abundante liquidez internacional para alongar os prazos". (RELATÓRIO DE CAPTAÇÕES DE MERCADO, 2005, p. 4).

FIGURA 2 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE BÔNUS INTERNACIONAIS POR SEMESTRE 2001 – 2005 (em milhões de reais)



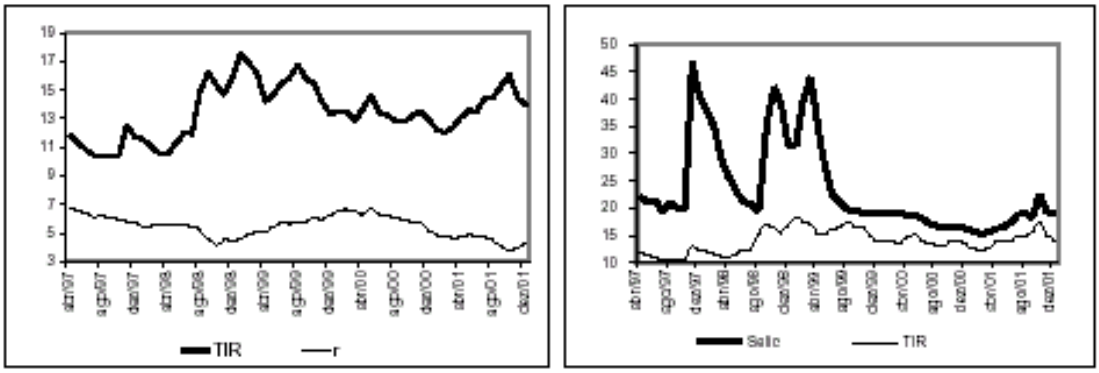
FONTE: RELATÓRIO DE CAPTAÇÕES DE MERCADO, 2005

A média ponderada da taxa de juros de captação de recursos no exterior em moeda estrangeira realizada pelo setor público e privado, através de contratos de empréstimos, emissão de títulos e bônus, forma a taxa de juros externa.

2.4 RELAÇÃO ENTRE TAXA DE JUROS EXTERNAS E TAXA DE JUROS INTERNA

Qual a relação existente entre os determinantes de juros externos e o patamar de juros domésticos?

FIGURA 3 – TAXAS DE JUROS DOMÉSTICA E ESTRANGEIRA (% a.a.)



FONTE: ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002, p. 2)

Segundo GARCIA e DIDIER (2007), a taxa de juros doméstica é a soma dos seguintes componentes: taxa de juros internacional; depreciação cambial esperada; risco cambial; e risco Brasil.

Para ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES (2002, p. 6), os determinantes dos juros externos estabelecem também o patamar inferior dos juros internos ou domésticos e limita o espaço para sua redução.

Por meio da Figura 3, os autores mostram, à direita, a taxa de juros doméstica, medida pela Selic[3] e a taxa de juros externa medida pela Taxa Interna de Retorno (TIR) (*spread + r)* do *C-bond*. Eles ainda apontam, no lado esquerdo da Figura 3, dois importantes aspectos: que a taxa de juros externa TIR age "como um limite inferior para a taxa de juros doméstica Selic"; e que "após a mudança de regime cambial em fevereiro de 1999, a taxa doméstica se aproxima da taxa externa, indicando uma diminuição no espaço para a redução dos juros domésticos". (ROCHA, MOREIRA e MAGALHÃES, 2002, p. 11). Dessa forma, os juros domésticos diminuem se houver uma diminuição do *spread*

A taxa básica da economia brasileira, a Selic, tem sua meta determinada pelo Copom[4]. Para calcular essa taxa o Copom avalia fatores, como previsão da inflação futura, de 30 dias, tendências de queda ou de elevação de preços da economia, as condições da economia internacional, especialmente se existe excesso de dinheiro no mercado internacional ou sua falta.

O Copom, ao determinar uma meta para a taxa Selic, controla a pressão inflacionária e o valor da moeda através da supressão da sua oferta. "Juros altos

---

[3] A taxa Selic, o instrumento primário de política monetária do Copom, é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (*overnight)* lastreados por títulos públicos registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O Copom estabelece a meta para a taxa Selic, e cabe à mesa de operações do mercado aberto do Banco Central manter a taxa Selic diária próxima à meta. (BANCO CENTRAL DO BRASIL – site www.bacen.gov.br)

A taxa Selic se origina de taxas de juros efetivamente observadas no mercado. As taxas de juros relativas às operações em questão refletem, basicamente, as condições instantâneas de liquidez no mercado monetário (oferta versus demanda de recursos). Estas taxas de juros não sofrem influência do risco do tomador de recursos financeiros nas operações compromissadas, uma vez que o lastro oferecido é homogêneo. Como todas as taxas de juros nominais, por outro lado, a taxa Selic pode ser decomposta 'ex post', em duas parcelas: taxa de juros reais e taxa de inflação no período considerado. A taxa Selic, acumulada para determinados períodos de tempo, correlaciona-se positivamente com a taxa de inflação apurada 'ex post'. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005, p. 1).

[4] O Comitê de Política Monetária (Copom), é o órgão decisório da política monetária do Banco Central do Brasil, responsável por estabelecer a meta para a taxa Selic. O Comitê foi criado em junho de 1996 com o objetivo de estabelecer um ritual adequado ao processo decisório de política monetária e aprimorar sua transparência. O Copom é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do Banco Central: o presidente e os diretores de Política Monetária, de Política Econômica, de Estudos Especiais, de Assuntos Internacionais, de Normas e Organização do Sistema Financeiro, Administração, Fiscalização e Liquidações e Desestatização. O presidente tem direito ao voto decisório em caso de empate na decisão da política monetária. (BANCO CENTRAL DO BRASIL – site www.bacen.gov.br)

inibem maiores gastos e, portanto reduzem a pressão inflacionária”. (NUSDEO, 2001, p.216).

Fatores macroeconômicos, como a taxa de juros externa e a taxa de juros doméstica, que estão interligadas, compõem o custo de captação dos bancos no Brasil e afetam diretamente o *spread* bancário, que é o resultado da diferença entre o custo de captação e aplicação.

Após essa contextualização, analisamos, no próximo capítulo, os principais fatores que afetam o *spread* bancário.

3 FATORES QUE AFETAM O *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL

Neste capítulo analisam-se alguns fatores que afetam o spread bancário, como: as taxas de captação; a concentração de bancos; o volume de empréstimos bancários; os créditos subsidiados e o início das operações de créditos consignados. Inicia-se por um breve histórico dos spreads bancários no Brasil.

3.1 HISTÓRICO DO *SPREAD* BANCÁRIO

O uso do *spread* recebeu maior ênfase a partir do final dos anos 70 e começo dos anos 80, principalmente depois da segunda elevação dos preços do petróleo, em 1979, que teve grandes efeitos sobre a dívida externa brasileira nos anos 80. Segundo SANDRONI (1999, p. 575), “o Brasil pagou *spreads* muito elevados no processo de rolagem de sua dívida externa durante os anos 80”.

Depois do Plano Real, os *spreads* bancários apresentaram as seguintes características:

> 1) os *spreads* bancários caíram vertiginosamente desde a implantação do Plano Real, porém ainda permanecem em níveis muito elevados; 2) os recolhimentos compulsórios sobre as operações ativas dos bancos no período logo após o Plano Real foram determinantes para os elevadíssimos níveis alcançados pelos *spreads* bancários logo após o Plano Real; 3) em geral, os *spreads* cobrados nas operações com pessoas físicas são bem superiores aos praticados com empresas; 4) as margens cobradas pelos bancos em suas operações de empréstimos são bastantes suscetíveis a mudanças do cenário macroeconômico sejam elas provenientes de choques externos ou domésticos; 5) descontada a trajetória do spread antes de outubro de 1999, a queda observada mostra-se bem pronunciada, mas ainda assim significativa. (OREIRO *et al*., 2006. p.10).

Pela Figura 4, pode-se constatar que o Brasil está, em relação ao nível do *spread,* bem à frente dos demais países. O “*spread* médio dos empréstimos para pessoas físicas e jurídicas praticados no sistema bancário brasileiro, em 1994, era de cerca de 120%, um valor aproximadamente oito vezes maior do que o país, que possuía a segunda maior taxa cobrada dentre os selecionados”. (OREIRO *et al.,* 2006, p. 9).

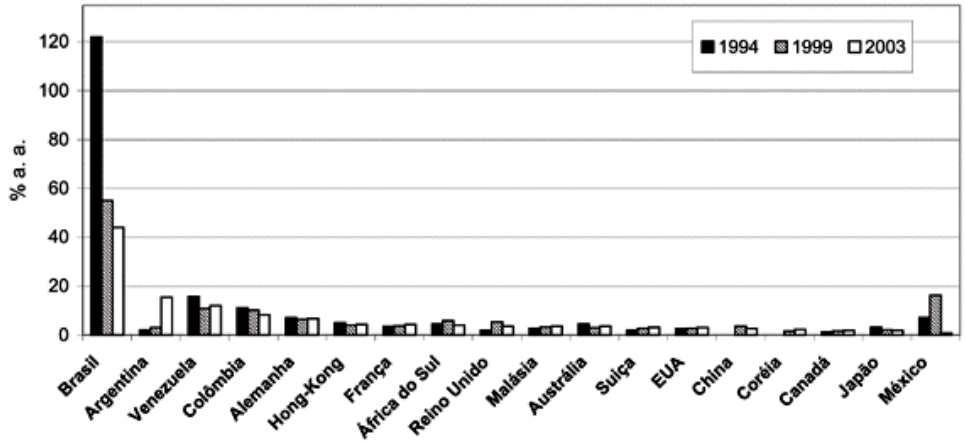
No começo de 1995, os bancos brasileiros cobravam um *spread* médio de 150%. Um estudo abrangendo 1400 instituições financeiras em 72 países, relacionando o *spread* bancário a diversas variáveis (DERMIGÜC-KUNT, LAEVEN E LEVENE, 2004). Dos resultados obtidos, destacou-se a constatação de que as restrições regulatórias tendem a aumentar substancialmente o *spread* bancário e,

em contra-partida, um aumento na variável liberdade bancária[5] tende a reduzir o *spread*. Ainda, os autores encontraram uma relação existente entre receita com serviços e *spread* bancário, onde a primeira tende a reduzir com o aumento do segundo.

A relação inversa encontrada pelos autores no parágrafo anterior, conforme os dados apresentados pelo BACEN (2007) também pode ser encontrada para o Brasil. Durante o período 2000-2007, o *spread* bancário apresentou uma redução de 39,95% pra 28,40%. Neste mesmo período, a receita com prestação de serviços apresentou um crescimento real de 94,4%. Há de se considerar, como alerta TAKEDA, BADER E KOYAMA (2007) que o comportamento desta receita não pode ser analisado separadamente pois

> "(...) seu comportamento está atrelado ao comportamento de outras variáveis que, de certa forma, mensuram a demanda por tais serviços, como o volume de créditos concedidos e o número de contas correntes."

FIGURA 4 – *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL E NO MUNDO



FONTE: IEDI, Carta n. 100, 2004, a partir de dados do FMI e do BCB.

Ainda analisando a Figura 4, observa-se, em 1999, o início do processo de queda do *spread* bancário, chegando a aproximadamente 55%. Em 2000, ele passou para 40% e para 44%, em 2003. Mesmo assim, o *spread* permaneceu em

[5] Definida pelos autores do artigo como o grau da presença do Estado no setor, a influência do governo na alocação dos créditos e se os bancos são livres para oferecer aos clientes produtos como seguros e ações.

um nível três vezes superior em relação à taxa dos países latino-americanos e 10 vezes acima do que cobram os países do leste da Ásia.

Em um estudo publicado em 2007, Leonardo S. Alencar, Daniel B. Leite e Sérgio G. Ferreira[6] examinam o *spread* bancário em dezessete países emergentes e encontraram um dado interessante. Os resultados obtidos pelos pesquisadores indicam que existe um forte relacionamento entre risco cambial (medido pela volatilidade da taxa de câmbio) e o spread bancário, no qual países que apresentam uma maior volatilidade cambial apresentam um maior spread bancário. Os autores até apresentam um dado interessante citando que se o Brasil estivesse sujeito a mesma volatilidade cambial que o México, ele teria em média, no período 2001-2005, um spread bancário 11,4% menor.

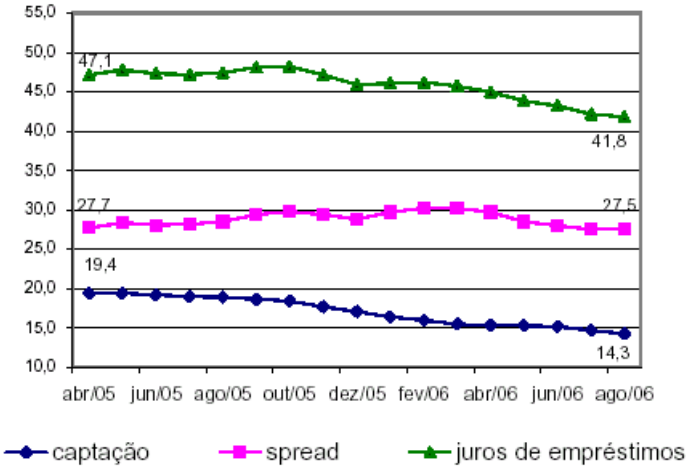
Segundo o relatório do BACEN (2005), com a consolidação da estabilidade macroeconômica, ocorreu uma expansão do crédito livre doméstico, tanto para pessoa jurídica como para a pessoa física, e melhoria na qualidade das carteiras e nas condições das operações (prazos e *spread*). Sobre a evolução dessas variáveis no passado recente, tem destaque, no relatório do BACEN, que o efeito favorável da estabilidade macroeconômica e das medidas de caráter institucional e microeconômica suplantou o efeito da elevação da taxa de juros básica a partir de setembro de 2004. Porém, os *spreads* bancários ainda ficaram em patamares elevados (27,20% a.a. em 2004), em relação aos níveis internacionais (Rússia em 8,95% a.a., Argentina em 8,53% a.a., Bolívia em 8,12% a.a. e Alemanha em 7,04% a.a.). Para compreender as razões de um spread tão elevado é preciso investigar a contribuição de cada um dos seus componentes. Em 1999, esse esforço foi feito pelo próprio BACEN e a análise foi atualizada até 2007.

Segundo o Departamento Sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no mês de agosto de 2006 o *spread* médio manteve-se no mesmo patamar de abril de 2005, embora tenham ocorrido diversas reduções no custo de captação, sendo estas de aproximadamente, 26,3%, no período. A taxa média do empréstimo bancário baixou, desse modo, de 47,1% para 41,8%, mas não houve redução do *spread*. (Figura 5).

---

[6] ALENCAR, L.S., LEITE, D. B. & FERREIRA, S. G. *Spread* bancário: um estudo *cross-country*. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito.** Brasília: Banco Central do Brasil, 2007, p. 23-34.

FIGURA 5 – TRAJETÓRIA DAS TAXAS MÉDIAS DE EMPRÉSTIMO, CAPTAÇÃO E *SPREAD* NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO BANCÁRIO.* BRASIL – ABRIL DE 2005 A AGOSTO DE 2006.



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL.

(*) inclui as operações pactuadas a juros pré-fixados, pós-fixados e flutuantes, realizadas com pessoas jurídicas e físicas**.**

Em 8 de agosto de 2006, o Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul divulgava o Estudo do Banco de Compensações Internacionais (BIS) sobre sistemas bancários em países emergentes. O Brasil destacava-se negativamente como “o caso mais extremo de *spreads* altos cobrados sobre os empréstimos”, relatou o estudo. Em entrevista, o chefe de departamento de assuntos dos mercados emergentes, Ramon Moreno (2007), alertava para o fato de que a manutenção por muito tempo de margens de intermediação bancárias elevadas era preocupante, pois inclui, entre outros itens, a falta de competitividade e de regulamentações governamentais.

Na *Análise do relatório de competitividade de 2006-2007* do *World Economic Forum* (WEF), o Brasil continua “perdendo posições significativas no *ranking* geral de competitividade. A coleta de dados no Brasil, que é realizada entre os empresários, concretiza-se por meio da Fundação Dom Cabral e pelo Movimento Brasil Competitivo, parceiros brasileiros do Fórum Econômico Mundial. O Fórum entende a competitividade como a capacidade de uma economia “manter taxas de crescimento econômico no curto e médio prazo, gerando prosperidade para sua população”. (ARRUDA, TELO; ARAUJO, 2007, p. 1). Segundo os autores, “o Brasil se depara com grandes problemas em diversas áreas,

apresentando queda de nove posições no *ranking* (de 57.º para 66.º). Destaca-se o péssimo posicionamento no pilar Macroeconomia (114.º lugar) e Instituições (91.º lugar), equilibradas apenas por posições boas nos pilares Sofisticação Empresarial (38.º lugar) e Inovação (38.º lugar)".

O Relatório ressalta que o alto *spread* bancário por diversos anos é um dos problemas que prejudicam a competitividade. Adicionalmente, o país enfrenta outros problemas como: alto nível de gastos públicos e alta carga tributária; baixa eficiência do setor público que não consegue prover infra-estrutura de qualidade; sistema legal lento; além de crédito escasso e caro.

Apesar deste cenário, o resíduo bruto da decomposição do *spread* bancário vem registrando reduções nos últimos anos e o cenário econômico apontam para perspectivas, a médio e longo prazo, para a expansão das operações de crédito bem como para a redução dos *spreads* bancários (BANCO CENTRAL, 2007).

O *spread* é definido por SANDRONI (1999, p. 575) como "taxa adicional de risco cobrada sobretudo (mas não exclusivamente) no mercado financeiro internacional. É variável conforme a liquidez e as garantias do tomador do empréstimo e o prazo do resgate".

TAVARES, TAVARES e MOURA (2006, p. 12) explicam a composição do *spread* bancário:

> O *spread* bancário é composto por despesas administrativas, impostos indiretos (CPMF), risco de crédito (inadimplência), Imposto de Renda (IR)/Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e lucro do banco. Assim, para reduzir o *spread* e, conseqüentemente, incrementar a atividade econômica, cabem medidas sobre cada um desses componentes. Há os que defendam a redução dos tributos que incidem sobre a atividade bancária, como forma de reduzir seus custos. Maior concorrência entre as instituições financeiras pode resultar em menores despesas administrativas e margens de lucro equivalentes às das demais atividades não financeiras da economia.

ASSAF NETO (2003) complementa que os fatores que compõem o *spread* cobrado pelos bancos são os seguintes:

a) "taxa de captação do banco", envolvendo o custo do "depósito compulsório sobre captação";
b) impostos indiretos e contribuições Plano de Integração Nacional (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), além da contribuição

financeira das instituições financeiras com o Fundo Garantidor do Empréstimo (FGC) estimada através de um percentual que incide sobre o saldo mensal de captação;

c) gastos administrativos incididos pela instituição e calculados sobre cada unidade de crédito concedido;
d) inadimplência, a ser estabelecida pela relação sobre a provisão de pessoas cujo pagamento é duvidoso e o volume de crédito concedido;
e) impostos sobre os lucros, a exemplo do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
f) lucro do banco, que precisa refletir a margem de lucro que a instituição espera que seja alcançada com a operação, que é constituída de modo especial pelas “condições de negócios do mercado e risco de crédito concedido”.

3.2 A CONCENTRAÇÃO DOS BANCOS X *SPREAD* BANCÁRIO

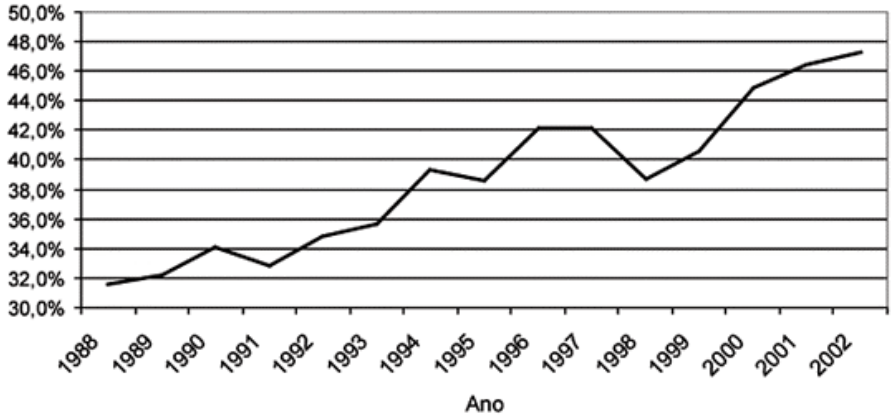
Para MEIRELLES (2004, p. 21), a redução do *spread* bancário e do lucro envolvem: “estímulo à concorrência, fortalecimento das garantias e segurança jurídica, e redução da cunha fiscal sobre a intermediação”.

Para OREIRO *et al.* (2006), o alto *spread* bancário do Brasil deve-se ao:

a) aumento da concentração bancária e do poder dos bancos. A propósito, no estudo de NAKANE (2002), que utilizou séries temporais agregadas no período de 1994-1998, foram encontradas evidências de estrutura de mercado-não competitiva no setor bancário do Brasil. Embora não há hipótese de formação de cartel, o fato dos bancos trabalharem com *spread* altos e formação de receitas suficientes para cobrir os elevados custos e, como conseqüência da capacidade de precificar os serviços em nível superior ao custo marginal, no que se refere aos serviços bancários, não os estimulam a aumentar sua eficiência operacional;

A Figura 6 mostra que, no período de 1988 a 2003, a cota de mercado dos 15 maiores bancos privados subiu de, aproximadamente 29%, em junho de 1988, para aproximadamente 47%, em janeiro de 2003. (OREIRO, et al. 2006, p. 11)

FIGURA 6 – PARTICIPAÇÃO DOS 15 MAIORES BANCOS PRIVADOS NO ATIVO TOTAL DO SISTEMA BANCÁRIO (1988-2003)



FONTE: COUTINHO (2003, p. 20).

ARAÚJO, JORGE NETO e PONCE (2005) também investigaram o grau de competição entre os bancos brasileiros, utilizando o modo de PANZAR e ROSSE (1987). Os autores obtiveram evidências de que existe uma relação negativa entre a competitividade a concentração no sistema bancário brasileiro.

Segundo TROSTER (2005), o setor bancário sofreu grandes transformações no período 1994-2003 pela confluência de elementos, como: saneamento do sistema financeiro; estabilização da moeda; abertura aos bancos estrangeiros; fluxo crescente de capitais internacionais; privatização de bancos estatais; entre outros. Aproximadamente, metade dos bancos deixaram de existir ou mudaram de controle. A redução no número de bancos não foi um fenômeno somente brasileiro, ocorrendo também em outras economias latino-americanas, como Argentina, Chile e México. Os ganhos de produtividades nesse período foram expressivos, correspondendo a 66%. Com relação a este fato, FACHADA (2007) demonstrou que a maior abertura do mercado bancário brasileiro ao exterior a partir da segunda metade dos anos 90, contribuiu para a redução de seus custos, mas sem afetar a rentabilidade. Ele conclui que esse resultado é consistente com a evidência internacional de que a concorrência estrangeira no mercado bancário força as empresas locais a operarem de forma mais eficiente. Uma consideração a ser feita no trabalho de FACHADA é que neste estudo não

são levados em consideração os dados referentes aos bancos estatais, sendo analisados apenas os bancos comerciais privados instalados no Brasil durante o período 1996-2006.

Diante deste cenário, uma pergunta relevante a se fazer seria: a concentração nesse mercado favoreceu a formação de conluio ou cartel entre os bancos?

Um teste empírico realizado por NAKANE (2001) a respeito do poder de mercado por parte dos bancos, utilizando o modelo de Bresnahan & Lau (1982), forneceu evidências de que os bancos não agem em cartel, mas que é necessário maiores estudos sobre a natureza da imperfeição do mercado, específica do sistema bancário no Brasil.

PETTERINI e JORGE NETO (2003) estudaram a competição existente entre os bancos privados no Brasil, por meio do modelo de JAUMANDREAU e LORENCES (2002). Estes autores também concluíram que os bancos não agem em conluio e indicaram o oligopólio como a estrutura de mercado mais próxima às operações de crédito.

3.3 VOLUME DO CRÉDITO DESTINADO ÀS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA

Antes de entrar mais especificamente no tema dessa seção, observa-se que, até 2004, as análises relativas ao *spread* que foram realizadas pelo Banco Central não levaram em consideração o crédito direcionado a empréstimos rurais, dado pela exigibilidade de aplicação de 25 % dos depósitos a vista, captados pelos bancos, além do direcionamento obrigatório de 65 % dos recursos captados em poupança para o financiamento imobiliário. É importante ainda destacar que o crédito consignado em folha, que já representa cerca de 45 % do total do mercado de crédito pessoal, foi regulamentado em dezembro de 2003.

Com o reaquecimento econômico e o crescimento da disponibilidade de recursos para empréstimos juntamente com a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre empréstimos para pessoas físicas, principalmente a partir do terceiro semestre de 1999, o aumento nos empréstimos do sistema financeiro na modalidades de crédito para pessoas física e jurídica foi mais intenso.

Segundo o BANCO CENTRAL (2000), as principais modalidades de crédito subiram em 50,2% de outubro de 1999 a outubro de 2000. A taxa de crescimento para operações de pessoas jurídicas foi de 20,2% e para pessoa física de 106,2%.

Tal crescimento do volume total de créditos livres concedidos é associado, de acordo com o Banco Central a fatores, como o crescimento da demanda, que se deu pelo reaquecimento econômico, pela queda da taxa SELIC, por ter proporcionado operações de crédito mais acessíveis à população, e pela priorização dos bancos nas pessoas físicas, pois esse mercado representa maiores *spreads* em relação ao de pessoas jurídicas.

Nas operações de pessoa jurídica, o BANCO CENTRAL (2005, p. 15) acentua a evolução dos volumes concedidos “na modalidade conta garantida em relação aos concedidos na modalidade de capital de giro; enquanto na primeira não houve alteração entre janeiro de 2000 e outubro de 2000, na última houve um crescimento de 24,9% no mesmo período”. No que se refere às modalidades de crédito para pessoa física, a modalidade de cheque especial aumentou de 26,6%, enquanto que a expansão do volume de crédito pessoal foi de 54,4%, e o aumento do volume concedido para compra de bens foi de 198,4%, considerando o mesmo período. A partir de 2006, dados do BANCO CENTRAL mostram uma expansão das operações de crédito pessoal com relação aos períodos anteriores em função da evolução do crédito consignado em folha de pagamento, acentuada ainda mais após sua extensão a aposentados e pensionistas do INSS que passou a ser permitida a partir de 2004. O Crédito consignado, por apresentar um menor risco de inadimplência, contribuiu para a queda no custo médio de crédito pessoal.

3.3.1 Direcionamentos de crédito: as aplicações obrigatórias em crédito rural e habitacional

Ao se examinar medidas que levem a redução dos *spreads* bancários no Brasil, é importante considerar

> os direcionamentos de crédito a que os bancos intermediadores de poupança pública estão sujeitos. Isso explica na medida que os direcionamentos impactam diretamente na decisão alocativa dos bancos e, portanto, em seus retornos esperados, com efeitos potenciais não desprezíveis sobre volumes e preço de crédito concedido. (COSTA; LUNDBERG, 2004, p. 49).

COSTA E LUNDBERG (2004) realizaram uma investigação dos sistemas de direcionamento obrigatório de recursos existentes no Brasil, no que se refere aos segmentos rural e habitacional. Eles destacam duas normas:

> (...) a exigibilidade de aplicação de 25% dos depósitos à vista em empréstimos rurais à taxa de 8,75% a.a.[7] (sob pena desses recursos ficarem esterilizados sem remuneração no Banco Central) e o direcionamento obrigatório de 65% dos recursos captados em caderneta de poupança para o financiamento imobiliário, dos quais 80% devem ser aplicados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) com taxas de juros limitadas a TR + 12% a.a. e *spread* de 6% a.a (p. 49)

Na década de 1960, a criação dos sistemas de financiamentos, que favorecem os setores habitacional e rural, tinha como justificativas razões econômicas, além do bom desempenho do SFH até o fim dos anos 1970 e do apoio creditício ao setor rural. Mas após a década de 70, tornou-se necessário realizar uma avaliação do desempenho desses mecanismos, especialmente quanto ao seu papel de garantia de acesso de financiamento com baixo custo para indivíduos e empresas.

COSTA e LUNDBERG (2004) destacam terem realizado essa avaliação cuja análise se concentrou na evolução do crédito dirigido de mercado, sem avaliações sobre as várias políticas sociais voltadas para os referidos setores. Dessa forma, os autores procuraram identificar problemas e abrir debates quanto ao provimento de recursos para esses setores.

Em primeiro lugar, eles fizeram uma apresentação teórica dos pontos fortes e fracos quanto ao direcionamento de crédito, destacando que se justifica a presença de direcionamentos obrigatórios de recursos como suprimento a determinados setores que, sem esta opção, não teriam como realizar financiamentos suficientes para terem um bom funcionamento. Adicionalmente, eles apontam para a teoria formalizada por STIGLITZ e WEISS (1981), ao defenderem que

> (...) o equilíbrio do mercado se dá em quantidades ao ponto que iguala oferta e demanda, caracterizando uma situação de escassez na oferta de crédito. As bases desses fenômenos estão, mais uma vez, vinculadas a problemas de incerteza, além da hipótese natural de que elevações nas taxas de juros de empréstimos superiores a determinado nível implicam no financiamento de projetos mais arriscados e, portanto, com reflexos negativos sobre o retorno médio da carteira total. (COSTA; LUNDBERG, 2004, p. 50).

---

[7] Em 2009, a taxa praticada - 6,75 % a.a.

O direcionamento obrigatório de crédito é adotado visando à redução do problema de racionamento de crédito em setores sociais. Continuando haver problemas de escassez de crédito para estes setores, o órgão regulador exerce intervenção no processo alocativo dos bancos para que esses setores consigam receber um mínimo de recurso. COSTA e LUNDBERG (2004, p. 50) lembram um outro aspecto: a transferência sobre o processo de escolha do banco e a restrição que, com isso, é imposto ao seu programa de otimização.

> (...) insere um *trade-off* entre eficiência e provimento (...). Ao se depararem com as exigibilidades, os bancos passam a considerá-las no processo completo de decisão e (...) se elas (...) determinam volumes acima e preços abaixo do que os bancos praticariam na ausência da obrigatoriedade – o reflexo se dá no preço e quantidades de equilíbrio das operações. O reflexo ocorre também 'na escolha do volume total de crédito concedido e nos *spreads* praticados nas demais modalidades de crédito'.

A imposição de direcionamentos obrigatórios resulta em impactos de duas ordens. Na primeira, estão os problemas de ineficiência alocativa e de subsídios cruzados. A ineficiência acontece se a obrigatoriedade de aplicação de recursos em setores específicos gera redução dos recursos em setores com melhor produtividade. No que se refere aos subsídios cruzados, "a exigência de taxas de juros menores do que as livremente pactuadas em mercado impõem aos setores não-beneficiados taxas de juros maiores do que as que seriam praticadas normalmente" (COSTA e LUNDBERG, 2004, p. 51).

Mesmo com a presença de benefícios, o direcionamento de crédito impõe ineficiências ao sistema econômico e, especialmente, aos outros segmentos tomadores de crédito, pois estes, precisam arcar com os subsídios impostos pelo direcionamento de crédito. Além disso, o direcionamento somente se justifica no modo como está desenhado, se esse *trade-off* melhorar o bem estar social.

Quanto ao crédito imobiliário, COSTA e LUNDBERG (2004) se referem à preocupação existente por parte dos governos quanto à determinação de um mercado ativo de crédito imobiliário, em geral, e o de financiamento habitacional, em particular. A preocupação está no fato dos ganhos de bem-estar social relacionados pertencerem a um mercado de financiamento habitacional eficaz, como nas conseqüências multiplicativas que seu desenvolvimento coloca no aspecto de crescimento da renda e do emprego, questão esta que está sendo

discutida no Brasil desde a década de 90. Falta, no entanto, uma análise mais aprofundada das causas que impedem o desenvolvimento desse mercado.

Duas são as estruturas formais de financiamento habitacional existentes, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com determinações fixas relativas a taxas e opções contratuais, e o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que substituiu o SFH. O SFI foi criado em 1997 (Lei 9.514) e também determina as bases formais para um mercado secundário de crédito imobiliário, procurando dar liquidez ao sistema. No entanto, o déficit habitacional não teve significativa redução.

Um estudo realizado por COSTA (2004), que se tratou de exercício econométrico, buscou provar a ineficiência alocativa com o direcionamento do crédito habitacional, no período de 1995-2001. O autor concluiu que a variável denominada empréstimos totais tem a função de fazer os ajustes necessários para que ocorra a relação de equilíbrio e que a variável empréstimos habitacionais teve coeficiente igual a zero.

Diante disso, COSTA e LUNDBERG (2004, p. 54) comentam que

> (...) o volume de empréstimos habitacionais é prioritariamente definido por questões exógenas às decisões de investimento dos bancos, fruto da normatização e dos objetivos da política econômica, sua capacidade de resposta aos desequilíbrios na relação com o volume total de empréstimos fica prejudicada. Ao contrário, os bancos ajustam os desequilíbrios de curto prazo ocorridos no volume total de empréstimos concedidos.

O que as evidências indicam, conforme os autores, é que o mercado de crédito imobiliário no Brasil não vem sendo conseqüência do atual sistema de direcionamento obrigatório, porque são pequenos os volumes de financiamento; o mercado secundário não se estabeleceu com solidez, limitando, portanto, o mercado primário. Essas constatações sugerem que a estrutura do sistema de financiamento imobiliário no Brasil deve ser melhor analisada. Mesmo assim, dados publicados pelo BANCO CENTRAL (2007) revelam que o crédito habitacional vem apresentando uma forte recuperação, resultado da conjunção favorável ao crédito e das medidas específicas adotadas para estimular o segmento.

Quanto ao crédito rural obrigatório, mesmo sendo importante para a agricultura e para a agroindústria, gera custos à sociedade. Em 2004, o Banco Mundial divulgou que o aumento da produção e a produtividade têm pouca relação com o crescimento do crédito subsidiado ao setor. Os financiamentos com apoio

de recursos governamentais diversos, “cadernetas de poupança rural e recursos livres caíram, respectivamente, de 35,0%, 36,0% e 16,0%, em 1995, para 29,5%, 26,0% e 5,2% em 2002. Por outro lado, as aplicações obrigatórias tiveram sua participação elevada de cerca de 13,0% dos financiamentos rurais, em 1995, para 52,7% em 2002”. (COSTA; LUNDBERG, 2004, p. 57).

Na verdade, no Brasil existe um crédito rural voltado aos grandes produtores rurais e às grandes agroindústrias. Segundo KESSEL (2001), somente 5,89% dos volumes orientados ao crédito rural têm valor abaixo de R$ 10.000,00. Não existem sinais de que os pequenos produtores rurais, que não tem acesso ao crédito, se beneficiem.

COSTA e NAKANE (2005) buscando desenvolver uma medida quantitativa da importância do direcionamento de crédito como elemento do *spread* bancário nas operações de crédito livre, concluíram que

> “(...) a parcela relevante do *spread* dos empréstimos bancários do segmento de crédito livre é explicada pela existência de operações obrigatórias de crédito, efetuadas com taxas de juros inferiores à taxa de equilíbrio e que, portanto, implicam perdas que são recompostas por meio das operações da carteira livre.”

3.3.2 Consignação em folha de pagamento, fatores da impulsão do crédito

Segundo TAKEDA e BADER (2005), dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (2005) indicam aumento dos saldos de todas as modalidades de crédito livre, especialmente no crédito pessoal. A Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata das operações de crédito em consignação em folha de pagamento, possibilitou a oferta de empréstimo consignado aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) de um produto bancário já oferecido aos servidores públicos. Adicionalmente, ela também proporcionou aos pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Nacional (INSS) acesso ao crédito, com desconto das prestações diretamente na folha de pagamento.

O empréstimo consignado tem como regra que a parcela da renda mensal dos trabalhadores da CLT para a consignação não deve estar acima de 30% da renda mensal líquida e deve considerar se o trabalhador tem outros descontos em folha de pagamento, não podendo a parcela do empréstimo ir além de 40% de sua

renda. Além disso, em caso de demissão, o credor tem acesso até 30% de indenização recebida pelo ex-funcionário. Também tem amparo no crédito consignado os aposentados e pensionistas do INSS, cuja parcela mensal comprometida não pode ultrapassar 30% da renda mensal líquida.

Segundo TAKEDA e BADER (2005), as taxas de juros do empréstimo consignado são mais baixas em relação àquelas praticadas no mercado de crédito pessoal, uma vez que as parcelas de pagamento são descontadas diretamente do salário, reduzindo o risco de inadimplência. Mesmo aqueles indivíduos cujos nomes estão cadastrados em agência como Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), podem fazer tais empréstimos.

Os autores relatam pesquisa do Banco Central, sobre a taxa de juros, referente a uma amostra de 13 bancos. A totalidade do saldo de consignação, de R$21 bilhões equivale, aproximadamente, 35%-45% do mercado de crédito pessoal. Eles relatam ainda que a parcela dessa categoria de crédito destinada aos trabalhadores privados é pequena e que ela se manteve constante. Quanto aos aposentados, aproximadamente 25% têm empréstimos consignados; na região Norte a porcentagem vai além de 30%.

A respeito da melhora da qualidade da carteira de crédito com o empréstimo consignado do INSS, TAKEDA e BADER (2005, p. 84) observam que

> Há uma interessante característica do empréstimo consignado em folha de pagamento, que pode estar relacionada com o empregador do tomador do crédito. Nesse mercado, a qualidade do crédito é classificada como “A”, mesma classificação dada quando o empregador do trabalhador que toma o crédito é, por exemplo, o governo federal. Isso significaria uma oportunidade para os bancos melhorarem a qualidade de crédito da carteira para pessoas físicas e, como conseqüência, menos exigência de capital próprio para as provisões. Dessa forma, o aumento da proporção em carteira do crédito consignado em folha dos aposentados e pensionistas do INSS pôde aliviar a situação dos bancos que estavam operando próximo ao limite de alavancagem regulamentar.

Essa situação mais vantajosa em termos de risco da operação, tornou tal modalidade um padrão para que se estruturassem as diversas parcerias de cessões de crédito entre bancos, a partir do final de 2004. Esta situação, conforme o BACEN, favoreceu o crescimento do volume de crédito consignado no país, saltando de R$ 30,6 bilhões em 2005 para R$62,8 bilhões em 2007, um crscimento de 105,2% (BANCO CENTRAL, 2007).

3.4 A APURAÇÃO DO *SPREAD* DA INDÚSTRIA BANCÁRIA

Em estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) (2005), sobre a apuração do *spread* da indústria bancária, em 2003 e 2005, é realizada uma comparação entre dados do Sistema Financeiro Nacional e dos bancos que participaram da pesquisa do desenvolvimento do modelo do *spread* das instituições bancárias. A amostra se constituiu de 75,8% do ativo total das instituições do setor bancário e 76,4% do total de créditos do setor. Quanto à "composição em termos percentuais, da Carteira Total de Crédito das 11 instituições pesquisadas em relação ao total de ativos de cada instituição, a média da amostra situou-se em 33, 5% e, para o total do setor, em 33,2%." (FIPECAFI, 2005, p. 9).

Tendo como base as modalidades de produtos consumidos entre as 11 instituições participantes, o direcionamento do crédito concedido com recursos livres do setor bancário às Pessoas Físicas e Jurídicas, divide-se em 53,1% dos créditos destinados às Pessoas Jurídicas e 46,9% às Pessoas Físicas (Tabela 1). A FIPECAFI (2005) considera que a amostra do trabalho que realizou compõe 68,8% do volume de crédito à pessoa jurídica e 63,9% do crédito à pessoa física, do total de crédito aplicado pelas instituições do setor bancário no Brasil.

TABELA 1 – ESTRUTURA DO RESULTADO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	**PF**	**TOTAL**
A – receita de aplicação financeira	100,0	100,0	100,0
B – Despesa de captação	(50,8)	(29,6)	(38,0)
Margem direta	34,6	46,0	41,5
Margem líquida	5,3	10,0	8,1

FONTE: FIPECAFI (2005)

O foco da análise do estudo acima mencionado foi o *spread* líquido total, que representa o cenário do *spread* auferido pelo sistema financeiro no Brasil. O *spread* é deduzido do bruto, tanto no que se refere às despesas financeiras e demais componentes inseridos no processo de intermediação financeira, como impostos diretos, provisão para devedores duvidosos, despesas com o fundo

garantidor de crédito, entre outros. Nas duas tabelas seguintes são apresentados os resultados das três categorias de margem/*spread* bancários.

Ainda, o trabalho faz referencia, a participação de cada categoria de margem explicitada no trabalho (bruta e líquida) sobre a totalidade da receita de aplicação (A Tabela 2). A FIPECAFI (2005) conclui que, para uma receita de 12,7 unidades monetárias, as instituições financeiras auferiram margem bruta de 62% e margem líquida de apenas 8,1%.

TABELA 2 – ESTRUTURA DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM %)

	PJ	**PF**	**TOTAL**
Saldo médio do capital emprestado	100,0	100,0	100,0
A - Receita de aplicação financeira	9,4	16,5	12,7
B - Despesa de captação	(4,8)	(4,9)	(4,8)
Spread bruto	4,6	11,6	7,9
Spread líquido	0,5	1,6	1,0

FONTE: adaptado de FIPECAFI (2005)

Dentre os outros componentes do modelo estão o saldo médio do capital emprestado, a receita de operações de crédito, a despesa de captação, a despesa direta e a despesa operacional.

No mesmo estudo, foi apurada a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) dos bancos, abordando as demonstrações financeiras das empresas que possibilitam mostrar como um setor cria riqueza. Sua apuração demonstrou que “os bancos ganharam mais com operações de crédito (42% do lucro líquido) do que com as operações com tesouraria (20%), diferentemente do que se proclama, sem comprovação, que os bancos preferem operar com títulos públicos, em vez de emprestar para empresas e pessoas” (FIPECAFI, 2005, p. 5).

Além disso, observou-se que boa parte dos ganhos com juros não permanece com os bancos, mas com os aplicadores, uma vez que somadas as operações de crédito, tesouraria e serviços, a cada R$ 1,00 cobrado como juro pelo setor bancário no Brasil, R$ 0,48 serviu para pagar juros aos aplicadores (grandes empresas, pequenos poupadores de caderneta de poupança, famílias, entre outros), R$ 0,18 foi utilizado para pagar recursos humanos que trabalham para os bancos, R$ 0,15 como tributos para o governo e R$ 0,09 com

inadimplência, enquanto R$ 0,10 permaneceram com os acionistas que também recebem mais R$ 0,05 das receitas de serviços, e outras.

Considerando-se a inclusão de toda a receita financeira como origem no primeiro semestre de 2005, de R$ 87,2 bilhões, R$ 42,0 bilhões foram utilizados para a remuneração dos aplicadores.

TABELA 3 – DVA ADAPTADA: DEMONSTRAÇÃO DE GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS (EM R$ BILHÕES)

	Créd.	**Tes.**	**Serv.**	**Total**
Origens				
Receitas de juros	59,1	28,1		87,2
(-) Prov. P/ créd. Liq. Duvidosa	(7,4)			(7,4)
receita de serviços e outras			39,8	39,8
(-) Desp. C/ 3.º s, deprec. E amortiz (*)	(14,0)	(2,0)	(20,1)	(36,1)
Riqueza obtida	**37,7**	**26,1**	**19,7**	**83,5**
Destinações				
Despesas de juros	21,4	20,6	-	42,0
Recursos humanos	6,1	0,9	8,7	15,7
Tributos	4,7	1,9	6,1	12,7
Lucro líquido	5,5	2,6	4,9	13,0
Riqueza distribuída	**37,7**	**26,1**	**19,7**	**83,5**

FONTE: FIPECAFI (2005)

Na Tabela 3, tomando-se a receita de cada coluna como 100%, percebe-se que

> [...] de cada R$ 1,00 da receita financeira obtida, 9% foram perdidos com inadimplência; a essa diferença foram adicionados 5%, já que nesse semestre as receitas dos serviços e outras cobriram o pagamento das despesas operacionais com terceiros, sobrando, líquidos, 96% de cada R$ 1,00 de receita de juros. (FIPECAFI, 2005, p. 6).

Os *spreads* bancários podem ser afetados por outras variáveis, além das taxas de juros externas e internas com foi visto no capítulo 2. Neste capítulo, são sugeridas algumas dessas variáveis, como a concentração bancária, que com o conseqüente aumento na competitividade entre os agentes poderá exercer uma pressão sobre os *spreads* na medida em que se reduzem os juros cobrados dos clientes. Essa redução das taxas de juros pode também ser fruto de um aumento no volume de crédito disponibilizado pelos bancos junto ao mercado, afetando mais uma vez a competitividade. Ainda podemos verificar uma redução nos

spreads bancários através de operações com menor risco de crédito, como o crédito consignado. Já as operações que contam com recursos subsidiados pelo Governo Federal, como os créditos agrícolas e as operações orientadas para o crédito imobiliário podem reduzir ou aumentar os spreads bancários, dependendo do efeito do resultado líquido desta carteira de crédito subsidiado no resultado liquido da carteira total de crédito dos bancos.

3.5 ESTUDOS PARA O BRASIL DOS FATORES MICROS QUE AFETAM O *SPREAD*

Nesta seção apresentamos resultados empíricos do período entre 2001 e 2007, conforme os estudos do Banco Central.

3.5.1 Aspectos metodológicos dos trabalhos do Bacen sobre *spread* bancário

Em 1999, o BACEN realizou seu primeiro trabalho sobre *spread* bancário, sendo ele denominado “Relatório do Bacen – Juros e *Spread* Bancário no Brasil – 1999”. Com isso, dá-se inicio à metodologia da decomposição do *spread* bancário, que vem sendo atualizada a cada ano pelo Banco Central.

Em seu primeiro relatório, o Banco Central analisou dados agregados dos principais bancos privados do país, construindo uma composição para o spread bancário brasileiro que teve início com os componentes: inadimplência; despesas administrativas; impostos indiretos (inclusive CPMF); impostos diretos; e lucro líquido.

No relatório de 2000, a principal alteração refere-se ao cálculo das despesas de inadimplência. Na estimação destas despesas foram, utilizados os fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito, apurados a partir dos demonstrativos mensais de resultado dos bancos, ao invés de saldos de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD). Apesar do saldo do PDD ser um tradicional indicador de inadimplência bancária, sua utilização ficou seriamente prejudicada após as alterações nas regras de provisionamento determinadas pela Resolução 2.682, de 21.12.1999.

A metodologia utilizada em 2001 é exatamente a mesma daquela utilizada em Juros e Spread Bancário no Brasil – 2000. Porém, neste relatório, utilizando-se

de técnicas econométricas, NAKANE e KOYAMA (2001), realizaram a decomposição do spread bancário em fatores relacionados à taxa Selic, a uma medida de risco, às despesas administrativas e aos impostos indiretos. Adicionalmente, NAKANE e KOYAMA (2001), através de exercício estatístico, avaliaram o comportamento do spread bancário, segmentando sua composição em dois fatores: um de ordem inercial, denominado de persistência, que indica uma relação entre os valores presentes e passados do spread; e outro de ordem conjuntural que, tendo sido retirado a componente persistência, resulta da influência de fatores macroeconômicos de curto prazo.

Nos relatórios de 2002 e 2003, foi utilizada a mesma metodologia anterior, incluindo apenas o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) na composição do spread. Nesses relatórios não foi possível repetir os exercícios realizados por NAKANE e KOYAMA, em 2001, em função de uma quebra estrutural na série, pois o comportamento mais estável do spread bancário doméstico não pode mais ser explicado pelo risco do *C-Bond* utilizado naquele trabalho.

Em 2004, alguns aspectos metodológicos, como, o cálculo do custo de contribuição para o sistema de seguro de depósitos e da cunha tributária, foram adotadas sem alterações. Por outro lado, retomou-se a mensuração do custo do compulsório e corrigiram-se problemas de mensuração da inadimplência. Além disso, agregou-se uma nova abordagem de alocação de custos administrativos que passou a incorporar as proporções encontradas com base no algoritmo de Aumann-Shapley. Vale destacar que, nesse relatório, os subsídios cruzados, gerados pelas operações de crédito direcionado, ainda não foram incluídos.

No Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2005, o Bacen realizou importantes avanços metodológicos, embora a base utilizada seja a mesma apresentada no “Relatório de Economia Bancária” de 2004. Abaixo algumas modificações que foram destacadas no Relatório de 2005.

A primeira delas se refere ao cálculo da inadimplência. A partir deste ano, a componente de inadimplência passa a ser definida com base nas regras de provisionamento ditadas pela Resolução 2.682/1999. Isso significa que a inadimplência é calculada com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e em suas respectivas provisões mínimas.

A segunda alteração diz respeito a um ajuste na metodologia de alocação de custos administrativos, mais precisamente na estimação da função custo para o setor bancário brasileiro. Repete-se aqui a formulação adotada no ano anterior, ou seja, estima-se a função custo para o setor bancário brasileiro com base nas informações contábeis dos bancos comerciais, bancos múltiplos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O período considerado compreende de 2000 a 2004, com dados de dezembro de cada ano. Para tanto, são considerados os volumes dos produtos ofertados pelos bancos em tesouraria, crédito livre, crédito direcionado, câmbio e o preço dos insumos trabalho, administrativos, depósitos e capital. É justamente neste último que se concentra a alteração relevante. A partir de 2005, o preço do capital passa a ser a razão entre a soma de quatro contas de despesas – aluguéis, arrendamento de bens, manutenção de bens (antes considerados no cômputo das despesas administrativas) e despesas com depreciação – e ativo permanente. Isso gerou alterações nos parâmetros estimados da função custo e, por conseqüência, nos preços de Aumann – Shapley encontrados.

A terceira alteração diz respeito à inclusão dos subsídios cruzados relativos ao credito habitacional e ao credito rural, objetivando mais um avanço no sentido de precisar a composição do *spread* bancário no Brasil.

Finalmente, vale ressaltar que, na etapa inicial de cálculo da decomposição, especificamente na estimação da função custo, diferentes especificações envolvendo tratamentos alternativos para as receitas de serviços foram testadas. Adicionalmente, foram estimadas funções custo em que serviços receberam o mesmo tratamento da formulação do ano anterior. A saber, suas receitas foram abatidas das despesas de depósito e do custo total (decomposição REV); outra desconsidera as receitas de serviços (decomposição Revnoserv); outra em que o item serviços é tratado como um quinto produto; e a última, em que a receita de serviços é utilizada para abater apenas o custo dos depósitos.

Infelizmente, embora os resultados tenham se mostrado bastante robustos, tanto em termos de sinais dos coeficientes como na sua significância, o padrão não se repetiu no cálculo dos preços de Aumann-Shapley e no próprio calculo da decomposição. Com isso, optou-se por reportar apenas os resultados das duas primeiras formulações.

No Relatório de Economia Bancária e Crédito (2006) publicado pelo Banco Central do Brasil, em seu capítulo inicial, o BACEN descreve o comportamento recente dos principais indicadores do mercado de crédito, destacando a evolução das taxas de empréstimos, do *spread* bancário e dos volumes de crédito. Também faz referência com relação as principais mudanças de cunho institucional que afetaram o mercado de crédito, como a regulamentação da portabilidade das operações de crédito e informações cadastrais, medidas para a redução dos custos dos financiamentos, e desoneração das operações destinadas ao setor habitacional. Neste capítulo é citado que a metodologia de decomposição contábil do *Spread* bancário não sofreu alteração e é a mesma que a utilizada no Relatório de 2005, fazendo apenas uma menção sobre a revisão dos dados apresentados para a decomposição do *Spread* no período 2001-2004:

> (...) em função da utilização de um modelo estatístico para o cálculo da contribuição relativa às despesas administrativas, o acréscimo de novas informações na base de dados implica a revisão desse componente para toda a série.

Ainda, esta mesma publicação em seu capítulo III mostra um estudo realizado por Márcio Nakane no qual avalia a forma de mensuração do *spread* bancário pela comparação do *spread* bancário absoluto (a diferença entre uma taxa de empréstimo e o custo de oportunidade dos fundos) e o *spread* proporcional (a razão entre essas duas taxas). Buscando defender o argumento de que o *spread* proporcional é mais apropriado para países com níveis elevados de taxas de juros e com um histórico de inflações elevadas, apresenta um teste baseado em *pass-throug* onde não são encontradas evidências em favor da versão absoluta, e sim alguma evidência favorável a versão proporcional.

Na publicação de 2007, o BACEN não apresenta mudanças na metodologia de Decomposição do *spread* bancário, apenas efetuando um ajuste através de utilização de um novo modelo estatístico para o cálculo da contribuição relativa as despesas administrativas, acarretando mais uma vez, como havia informado em 2006, na revisão desta componente para toda a série. Os dados desta revisão mostram que a inadimplência continua sendo o componente mais importante com relação ao custo do crédito.

3.5.2 Composição do *spread* bancário

Os componentes do *spread* foram contemplados por KOYAMA e NAKANE (2002), que realizaram estudos econométricos do *spread* bancário brasileiro e identificaram a importância de fatores associados à taxa de juros Selic, aos impostos indiretos, aos custos administrativos e ao risco dos títulos da dívida externa do governo. Os autores observaram que o fator que mais se destaca é o risco, sendo este de grande importância na formação do *spread*.

Quanto aos impostos indiretos e as contribuições PIS CONFINS IOF, em 10 de setembro de 2004, o jornal *Valor Econômico* publicou que o governo não aceita totalmente a idéia de desonerar a intermediação financeira do PIS/COFINS, como alternativa de induzir à redução do *spread* bancário. O estudo indicava que se deveria baixar de 3,65% para zero a alíquota do PIS/COFINS que incide sobre as receitas financeiras totais dos bancos abatidas das despesas de captação, ou seja, toda a receita apurada com a intermediação financeira. O estudo ainda aponta que, simultaneamente, deveria dobrar a alíquota sobre receitas apuradas com serviços bancários (tarifas), a qual passaria de 4,65% para 9,25%. Isso porque não existiriam garantias de que a receita renunciada, aproximadamente R$ 12 bilhões ao ano, seria transferida ao tomador final do crédito no modo de redução de *spread* bancário.

No relatório do BACEN (2008), pode-se observar os itens que compõem o *spread* bancário no Brasil. Sua composição é formada pelos custos administrativos; inadimplência; compulsório e tributos; impostos diretos; e resíduo líquido, ou seja, o lucro dos bancos. Desses itens, como pode ser observado na Tabela 5, destaca-se na participação da composição total do *spread*, a inadimplência, com 37,35% de participação, e os custos administrativos, com 13,50%.

No que se refere à inadimplência, segundo MEIRELLES (2004, p. 17), ela aumenta o *spread* bancário “porque exige que o banco, para cobrir seus custos, imponha uma taxa mais elevada para os tomadores que pagam seus empréstimos em dia, de forma a compensar aqueles que não pagam”. COSTA e NAKANE (2004, p. 11) afirmam que “a inadimplência responde por uma parcela expressiva do *spread* bancário no Brasil”. Essa afirmação está de acordo com a análise de

PINHEIRO (2003), onde o autor conclui que isso é reflexo de um ambiente de insegurança causado pelas dificuldades de execução de garantias e recuperação de créditos. No que se refere aos custos administrativos do setor bancário no Brasil, segundo NAKANE e KOYAMA (2002), esses ainda são altos se comparados a padrões internacionais. Ainda segundo estes autores, isso reflete o superdimensionamento do setor, principalmente no que diz respeito ao número de agências e à baixa alavancagem de operações de empréstimo no país. As despesas administrativas, por apresentarem um custo fixo elevado, exigem economias de escala. Sua redução, no passado recente, reflete o aumento do volume de operações de crédito, ou seja, ganhos de escala e a maior eficiência do setor bancário.

Para o relatório do BACEN (2005), o alto custo administrativo constitui uma parcela significativa do *spread* bancário no Brasil, e vem crescendo em importância na composição do *spread* bancário na medida em que a taxa básica de juros vem caindo e que o cenário macroeconômico ganha maior estabilidade. Juntamente com a componente inadimplência eles foram os únicos elementos que tiveram elevação relativa na composição do *spread*, no período 2004-2005. O problema é particularmente grave no caso de empréstimos concedidos a pessoas físicas, em que o custo fixo da administração do empréstimo é diluído em um reduzido volume de operações, levando a um alto custo administrativo por unidade monetária de crédito concedido. (BACEN, 2005).

TABELA 4: DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO - PROPORÇÃO (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1 - Spread Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
2 - Custo Administrativo	**13,18%**	**15,02%**	**11,79%**	**14,18%**	**15,46%**	**12,36%**	**13,50%**
3 - Inadimplência	**32,36%**	**32,20%**	**31,96%**	**34,66%**	**36,10%**	**38,34%**	**37,35%**
4 - Custo do Compulsório	**5,30%**	**15,08%**	**4,81%**	**6,45%**	**4,96%**	**3,39%**	**3,59%**
Depósito a Vista	5,00%	9,62%	5,57%	6,30%	5,07%	3,47%	3,54%
Depósito a Prazo	0,30%	5,46%	-0,76%	0,15%	-0,10%	-0,09%	0,08%
5 - Tributos e Taxas	**6,93%**	**7,78%**	**7,09%**	**7,61%**	**8,13%**	**7,67%**	**8,09%**
Impostos Indiretos	6,69%	7,39%	6,85%	7,39%	7,85%	7,43%	7,81%
Custo do FGC	0,25%	0,38%	0,24%	0,22%	0,28%	0,24%	0,28%
6 – Resíduo Bruto (1-2-3-4-5)	**42,23%**	**29,92%**	**44,36%**	**37,10%**	**35,35%**	**38,24%**	**37,46%**
7 - Impostos Diretos	**14,11%**	**11,50%**	**13,37%**	**11,03%**	**9,92%**	**10,05%**	**10,53%**
8 – Resíduo Líquido (6-7)	**28,12%**	**18,42%**	**30,99%**	**26,07%**	**25,43%**	**28,19%**	**26,93%**

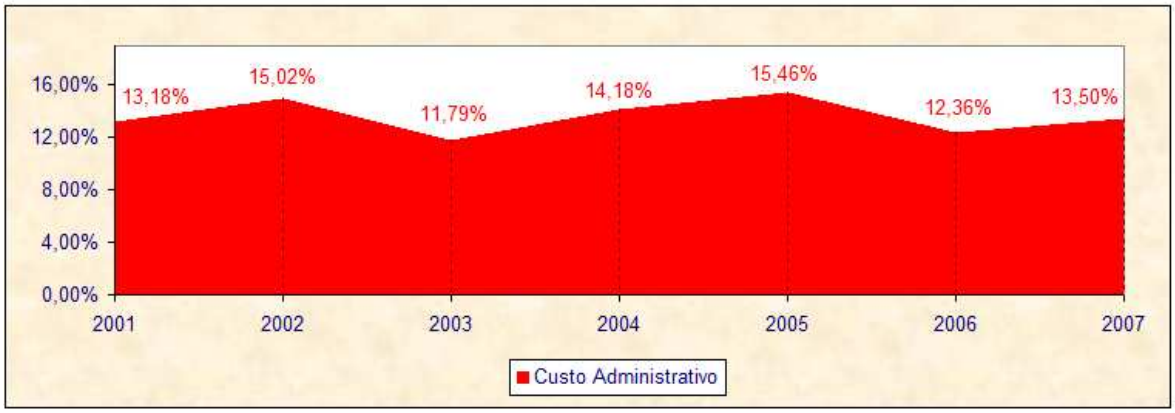
FONTE: RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA E CRÉDITO – 2007.

As Tabelas 4 e 5 mostram a decomposição do *spread* bancário no Brasil durante o período 2001-2007. Enquanto na primeira são apresentadas as estimativas de cada componente em forma do percentual do *spread* total, na segunda são apresentados os valores percentuais.

Apontado como um dos fatores que ajudam a explicar a queda nos juros e *spread*, conciliado com o forte crescimento das operações de crédito, os custos administrativos vem apresentando uma redução na sua forma percentual (Tabela 5) de 5,27% em 2001 para 3,83% em 2007, porém neste mesmo período sua participação em relação ao *spread* total aumentou de 13,18% em 2001 para 13,50% em 2007, ocupando uma parcela significativa do *spread* bancário (BANCO CENTRAL, 2008).

A Figura 7 mostra, em valores percentuais, a variação da participação relativa do custo administrativo no *spread* bruto durante o período 2001-2007.

FIGURA 7: PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) DO CUSTO ADMINISTRATIVO NO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL (PERÍODO 2001-2007)



FONTE: RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA E CRÉDITO – 2007.

Por sua vez, a analise apresentada no Relatório de 2007 com relação a decomposição do *spread* em termos percentuais, ressaltou-se que todos os componentes contribuíram para a redução nominal do *spread* bancário nos últimos anos, como pode ser observado na Tabela 5, que caiu de quase 40% em 2001 para pouco mais de 28% em 2007.

TABELA 5: DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – PONTOS PERCENTUAIS

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1 - Spread Total	**39,95%**	**42,46%**	**41,52%**	**35,56%**	**36,40%**	**34,76%**	**28,40%**
2 - Custo Administrativo	**5,27%**	**6,38%**	**4,90%**	**5,04%**	**5,63%**	**4,30%**	**3,83%**
3 - Inadimplência	**12,93%**	**13,67%**	**13,27%**	**12,33%**	**13,14%**	**13,33%**	**10,61%**
4 - Custo do Compulsório	**2,12%**	**6,40%**	**2,00%**	**2,29%**	**1,81%**	**1,18%**	**1,02%**
Depósito a Vista	2,00%	4,08%	2,31%	2,24%	1,85%	1,21%	1,01%
Depósito a Prazo	0,12%	2,32%	-0,32%	0,05%	-0,04%	-0,03%	0,02%
5 - Tributos e Taxas	**2,77%**	**3,30%**	**2,94%**	**2,71%**	**2,96%**	**2,67%**	**2,30%**
Impostos Indiretos	2,67%	3,14%	2,84%	2,63%	2,86%	2,58%	2,22%
Custo do FGC	0,10%	0,16%	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%	0,08%
6 - Resíduo Bruto (1-2-3-4-5)	**16,87%**	**12,70%**	**18,42%**	**13,19%**	**12,87%**	**13,29%**	**10,64%**
7 – Impostos Diretos	**5,64%**	**4,88%**	**5,55%**	**3,92%**	**3,61%**	**3,49%**	**2,99%**
8 - Resíduo Líquido (6-7)	**11,23%**	**7,82%**	**12,87%**	**9,27%**	**9,26%**	**9,80%**	**7,65%**

FONTE: RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA E CRÉDITO – 2007.

Através dos dados apresentados pelo BACEN na Tabela 5 podemos verificar o comportamento dos custos administrativos ao longo do período 2001-2007 e compará-lo ao comportamento do *spread* total neste mesmo período. Nesta comparação se destaca o período 2003-2004 que foi o único da série onde o comportamento do *spread* foi divergente do comportamento do custo administrativo. Neste período observamos uma redução do *spread* total de 41,52% em 2003 para 35,56% em 2004, enquanto que os custos administrativos cresceram de 4,90% para 5,04%. Esta divergência na série pode ser explicada pela inclusão dos Bancos Públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no estudo do Banco Central a partir de 2004.

Finalmente, destacada a importância da análise dos custos administrativos na composição do *spread* bancário no Brasil., Como forma de atingir os objetivos propostos, foram analisados os números apresentados pelos balanços contábeis, quadro funcional e estrutura de atendimento de duas instituições bancárias, entre os anos de 2002 e 2008, o Banco do Brasil S.A e o Bradesco S.A. A análise destas informações é apresentada nos próximos capítulos.

4. CUSTOS ADMINISTRATIVOS

Neste capítulo será analisado o comportamento dos custos administrativos do Banco do Brasil e do Bradesco e, ainda, a relação com suas estruturas administrativas das duas instituições, no período 2002 a 2008. Como forma de equiparar os valores apresentados nos balanços contábeis das duas instituições bancárias analisadas, estes foram deflacionados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), tendo como base o ano de 2002. Os percentuais utilizados para cada ano são apresentados na Tabela 6.

TABELA 6: VALORES DO IPCA

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
IPCA ano	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%	3,14%	4,46%	5,90%
IPCA corrigido em função do ano de 2003	0%	9,30%	17,61%	24,30%	28,20%	33,92%	41,82%

FONTE:Fundação Getúlio Vargas[8].

A utilização do IPCA como índice de deflação foi escolhido pelo fato deste ser considerado, de acordo com o IBGE, o índice oficial de inflação do país. Visto que a fonte consultada disponibiliza os valores referentes ao IPCA de forma mensal, primeiramente foi necessário calcular o IPCA acumulado para cada período[9].

4.1 CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO 2002 A 2008 E A RELAÇÃO COM SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

As Tabelas a seguir mostram, em valores nominais e percentuais, a evolução dos custos relacionados a Despesas de Pessoal (Tabelas 7 e 8) e Outras Despesas Administrativas (Tabelas 9 e 10) durante o período de 2002 a

[8] http://www.fgvdados.fgv.br. Acesso em 31/07/2009

[9] Desta forma, primeiro foi pego o valor percentual mensal de janeiro de cada ano e multiplicado pelos meses subseqüentes até dezembro resultando no índice acumulado do ano, que na Tabela 6, é reportado como IPCA ano. Em seguida foi multiplicado o IPCA ano de 2003 com 2004, em seguida 2003 com 2004 e com 2005, logo após 2003 com 2004 com 2005 e com 2006, depois 2003 com 2004 com 2005 com 2006 e com 2007 e, finalmente, 2003 com 2004 com 2005 com 2006, com 2007 e com 2008, obtendo assim o IPCA acumulado para os períodos de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 respectivamente. A partir de então, objetivando obter o valor final deflacionado, foi dividido o valor absoluto apresentado no balanço contábil das duas instituições bancárias analisadas, ano a ano, pelo seu respectivo IPCA acumulado.

2008, as quais, analisadas de forma conjunta, representaram um aumento de 7,79% nas Despesas Administrativas do Banco do Brasil.

As despesas com pessoal levaram em consideração os custos relacionados com proventos, benefícios, encargos sociais, treinamento, honorários de diretores e conselheiros e provisões administrativas de pessoal. Este indicador teve uma variação de apenas 0,71% durante o período de análise, passando de R$ 5.533 milhões, em 2002, para R$ 5.573 milhões, em 2008. Vale ressaltar que em 2004 e em 2007 as despesas com pessoal apresentaram reduções no montante apurado com relação aos seus respectivos períodos anteriores.

TABELA 7: EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas de Pessoal	**5.533**	**5.585**	**5.340**	**5.499**	**5.671**	**5.343**	**5.573**
Proventos	2.771	2.728	2.692	2.757	2.776	2.694	2.843
Benefícios	538	639	646	672	675	745	813
Encargos Sociais	1.040	1.054	1.056	1.062	1.267	1.014	999
Treinamento	30	37	44	42	48	54	52
Honorários de Diretores e Conselheiros	6	5	8	10	10	10	12
Provisões Administrativas de Pessoal	776	787	894	958	895	826	854
Outros	**373**	**335**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Como pode ser observado na Tabela 7, todos os itens que compõem o total de despesas com pessoal apresentaram aumentos reais ao longo do período 2002-2008, com exceção do item encargos sociais que apresentou uma variação negativa ao final do período, inclusive em relação a sua participação no total de despesas de pessoal (Tabela 8). Este comportamento pode ser explicado pela redução significativa, em 2007, no montante apurado para o item proventos, que reduziu cerca de 80 milhões em relação a 2006.

Por outro lado, é interessante notar que mesmo com o aumento no montante relacionado a proventos em 2008, em comparação com 2007, o montante relacionado a encargos sociais apresentou redução com relação ao período anterior.

TABELA 8: EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS DE PESSOAL

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas de Pessoal	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Proventos	50,07%	48,84%	50,41%	50,13%	48,96%	50,42%	51,02%
Benefícios	9,72%	11,45%	12,09%	12,22%	11,90%	13,94%	14,59%
Encargos Sociais	18,79%	18,88%	19,78%	19,30%	22,34%	18,98%	17,92%
Treinamento	0,55%	0,66%	0,82%	0,76%	0,84%	1,02%	0,93%
Honorários de Diretores e Conselheiros	0,11%	0,09%	0,15%	0,18%	0,18%	0,19%	0,22%
Provisões Administrativas de Pessoal	14,02%	14,08%	16,74%	17,41%	15,79%	15,46%	15,32%
Outros	6,74%	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Neste mesmo período, a análise do indicador Outras Despesas Administrativas, apresentou uma variação de 17,39%, ou seja, dos R$ 4.081 milhões referentes a 2002.

TABELA 9: EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Outras Despesas Administrativas	**4.081**	**4.126**	**4.522**	**4.359**	**4.374**	**4.645**	**4.790**
Comunicação e Processamento de Dados	984	1.021	1.065	1.128	1.155	1.174	1.195
Amortização e Depreciação	445	436	439	519	545	545	559
Serv. de Vigilância, Segurança e Transporte	589	588	616	595	642	725	751
Imóveis e Bens de Uso	434	488	531	566	594	604	623
Marketing e Relações Públicas	289	308	472	363	328	310	293
Serviços de Terceiros	293	339	443	441	422	523	657
Demais Despesas Administrativas	1.046	946	955	748	688	765	712

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA
.

O Indicador Outras Despesas Administrativas contabiliza a soma dos valores anuais referentes a despesas com comunicação e processamento de dados, amortização e depreciação, serviços de vigilância, segurança e transporte, imóveis e bens de uso, marketing e relações públicas, serviços de terceiros e demais despesas administrativas.

Com exceção ao item demais despesas administrativas, todos os demais itens apresentaram crescimento no período 2002-2008, principalmente os itens imóveis e bens de uso e serviços de terceiros que apresentaram elevações de

43,67% e de 124,04%, respectivamente,. O maior crescimento destes itens sugere que o Banco do Brasil tenha expandido sua rede de atendimento no período.

Em que pese o item marketing e relações públicas ter apresentado um crescimento, como pode ser observado na Tabela 10, sua participação no total do indicador reduziu de 7,08%, em 2002, para 6,11%, em 2008. Esta redução na participação do indicador, também foi observada no item demais despesas administrativas que reduziu de 25,64%, em 2002, para 14,87%, em 2008.

TABELA 10: EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Outras Despesas Administrativas	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Comunicação e Processamento de Dados	24,12%	24,75%	23,55%	25,88%	26,40%	25,28%	24,95%
Amortização e Depreciação	10,90%	10,57%	9,70%	11,91%	12,46%	11,74%	11,67%
Serv. de Vigilância, Segurança e Transporte	14,44%	14,26%	13,62%	13,66%	14,67%	15,60%	15,68%
Imóveis e Bens de Uso	10,63%	11,82%	11,74%	12,97%	13,58%	13,00%	13,01%
Marketing e Relações Públicas	7,08%	7,45%	10,45%	8,32%	7,49%	6,66%	6,11%
Serviços de Terceiros	7,19%	8,23%	9,80%	10,11%	9,66%	11,25%	13,72%
Demais Despesas Administrativas	25,64%	22,92%	21,13%	17,15%	15,73%	16,46%	14,87%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

A Tabela 11 mostra a evolução dos custos relacionados às despesas de pessoal e outras despesas administrativas ao longo do período 2002-2008.

TABELA 11: EVOLUÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas Administrativas Totais	9.614	9.711	9.861	9.859	10.045	9.989	10.363
Despesas de Pessoal	5.533	5.585	5.340	5.499	5.671	5.343	5.573
Outras Despesas Administrativas	4.081	4.126	4.522	4.359	4.374	4.645	4.790

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Apesar do montante apurado para despesas de pessoal ter sido sempre superior ao montante apurado para outras despesas administrativas, como pode ser observado na Tabela 12, este indicador apresentou um crescimento mais significativo do que o indicador de despesas com pessoal.

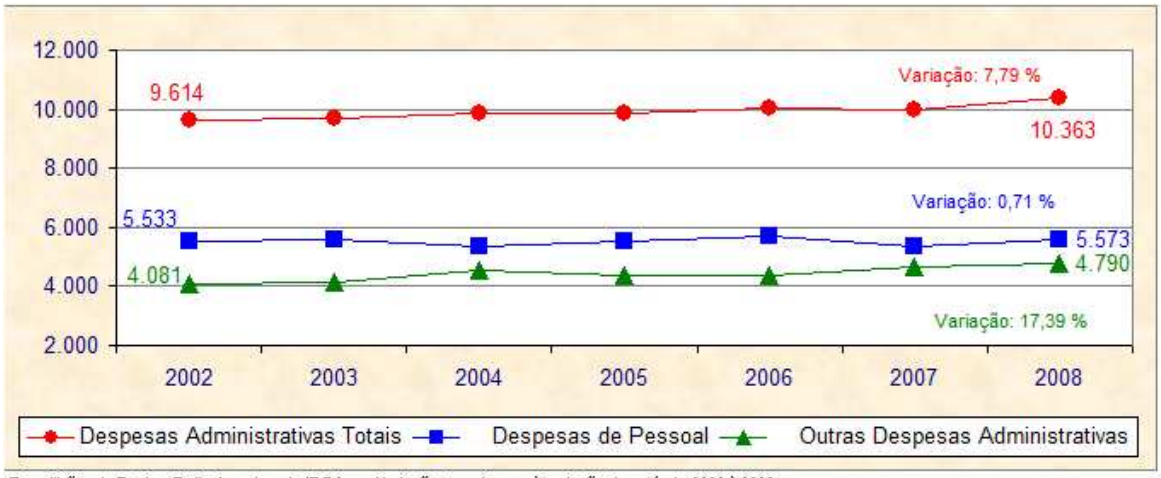
TABELA 12: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas Administrativas Totais	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas de Pessoal	57,55%	57,51%	54,15%	55,78%	56,46%	53,49%	53,77%
Outras Despesas Administrativas	42,45%	42,49%	45,85%	44,22%	43,54%	46,51%	46,23%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE BALANÇOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO

Como pode ser observado acima, enquanto que o item despesas de pessoal apresentou uma redução em relação a sua participação na composição do total de despesas administrativas, no período 2002-2008, o item outras despesas administrativas apresentou crescimento superior a 8%, no mesmo período, elevando sua participação de 42,45%, em 2002, para 46,23%, em 2008.

FIGURA 8: VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

A Figura 8 apresenta a variação conjunta e individual dos valores anuais referentes a Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas apresentadas pelo Banco do Brasil S.A. A variação de 7,79% apresentada pelo total de despesas administrativas se deve principalmente ao aumento das outras despesas administrativas o que pode ser atribuído a expansão da rede de atendimento do Banco do Brasil.

Conforme a Tabela 13, com 75.949 funcionários atuando em seus pontos de atendimento no final do ano de 2002, o Banco do Brasil apresentou uma variação de 17% neste montante, ao final de 2008, atingindo o total de 88.972 funcionários em seu quadro social. Vale ressaltar que em 2008 o Banco do Brasil teve o ingresso do quadro funcional do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), incorporado em 2008, que foi um dos fatores relevantes para o incremento de 9% em comparação com o ano anterior.

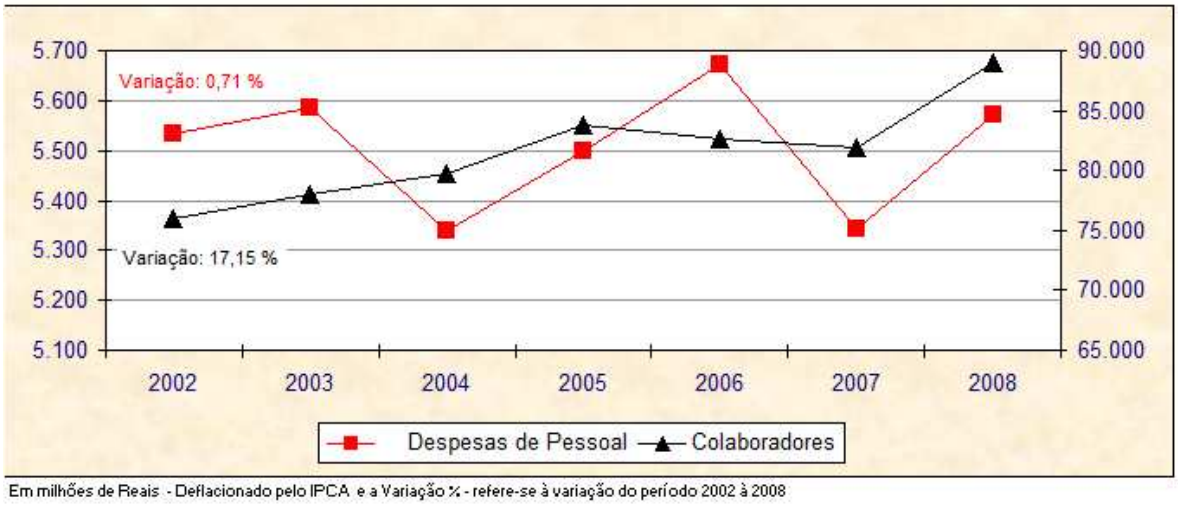
TABELA 13: EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORES AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Colaboradores	**75.949**	**77.997**	**79.725**	**83.751**	**82.672**	**81.855**	**88.972**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Quantidade registrada no balanço no 4o. Trimestre de cada ano

O comportamento das variáveis montante de despesa de pessoal e quantidade de colaboradores, do Banco do Brasil, é apresentado na Figura 9.

FIGURA 9: COMPARAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E A VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES APRESENTADOS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Na Figura 9, podemos observar que não há uma relação direta entre essas duas variáveis em todo o período. Esta constatação é mais evidente nos intervalos 2003-2004 e 2005-2006, onde se pode observar uma relação inversa de suas curvas.

O comportamento da variável despesa de pessoal do Banco do Brasil sugere um esforço da instituição em manter seus gastos com este indicador, em que pese ter aumentado o seu quadro de colaboradores na ordem de 17%, o que pode indicar redução no valor médio gasto por colaborador.

Conforme pode ser observado na Tabela 14, com relação ao indicador estrutura de atendimento representado por agências, postos de atendimento e salas de auto-atendimento, o mesmo apresentou uma variação de 33%, ou seja, dos 39.110 pontos existentes em 2002, o Banco do Brasil passou a contar com 51.900 pontos de atendimento em sua estrutura bancária no final de 2008.

TABELA 14: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Estrutura de Atendimento	**39.110**	**43.406**	**46.567**	**48.205**	**50.930**	**50.718**	**51.900**
Agências	3.164	3.241	3.722	3.894	3.969	4.008	4.601
PAA	418	438	188	188	189	186	194
PAB/PAE	5.752	6.383	7.069	6.968	7.111	7.195	7.637
Equipamentos de Auto-Atendimento	29.776	33.344	35.588	37.155	39.661	39.329	39.468

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Quantidade registrada no balanço no 4o. Trimestre de cada ano

A Tabela 15 mostra a participação percentual de cada item na estrutura de atendimento.

TABELA 15: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO À ESTRUTURA TOTAL DE ATENDIMENTO

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Estrutura de Atendimento	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Agências	8,09%	7,47%	7,99%	8,08%	7,79%	7,90%	8,87%
PAA	1,07%	1,01%	0,40%	0,39%	0,37%	0,37%	0,37%
PAB/PAE	14,71%	14,71%	15,18%	14,45%	13,96%	14,19%	14,71%
Equipamentos de Auto-Atendimento	76,13%	76,82%	76,42%	77,08%	77,87%	77,54%	76,05%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Os dados mostram que o crescimento da estrutura bancária no Banco do Brasil ocorreu de forma equilibrada, visto que os percentuais de participação de cada item praticamente não apresentaram variação ao longo do período 2002-2008, com exceção do item PAA que passou de uma participação de 1,07% para 0,37%, ou seja, uma redução de 65% no período 2002-2008.

4.2 CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELO BRADESCO NO PERÍODO 2002 A 2008 E A RELAÇÃO COM SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

As Tabelas 16, 17, 18 e 19 mostram a evolução dos custos relacionados a despesas de pessoal e outras despesas administrativas durante o período de 2002 a 2008, as quais, analisadas de forma conjunta, representaram um aumento de 7,17% nas despesas administrativas do Bradesco.

TABELA 16: EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO BRADESCO S.A.

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas de Pessoal	**4.076**	**4.372**	**4.225**	**4.274**	**3.920**	**3.943**	**4.004**
Proventos	2.036	2.177	2.133	2.072	1.796	1.858	1.949
Benefícios	715	882	856	914	819	848	799
Encargos Sociais	753	760	786	768	652	690	730
Treinamento	49	56	45	42	32	44	51
Participação dos empregados nos lucros	140	156	155	231	274	304	272
Provisões Administrativas de Pessoal	0	0	0	0	346	197	203
Outros	**383**	**340**	**250**	**248**	**0**	**0**	**0**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Como pode ser observado na Tabela 16, o indicador despesas de pessoal apresentou uma variação negativa durante o período 2002-2008. O valor de R$ 4.004 milhões, em 2008, foi 1,76% menor que o apurado em 2002, que foi de R$ 4.076 milhões. Esta redução pode ser atribuída à redução do item proventos que teve uma redução de 4,25%, no mesmo período, saindo de R$ 2.036 milhões para R$ 1.949 milhões entre 2002 e 2008. O item encargos sociais que foi de R$ 753 milhões para R$ 730 milhões, resultando em uma redução de 3,10%, no mesmo período.

Com relação ao indicador outras despesas administrativas, conforme pode ser observado na Tabela 18, este apresentou uma variação positiva passando de R$ 4.028 milhões para R$ 4.681 milhões entre 2002 e 2008, uma variação de 16,21%. Vale destacar que o item imóveis e bens de uso apresentou o maior crescimento percentual nesse período: 55,99%. Porém, percebe-se uma involução na ordem de 23,86 % no item amortização e depreciação, indicando que o Bradesco buscou a desmobilização de seus ativos fixos neste período.

TABELA .17: EVOLUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DESPESAS DE PESSOAL

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas de Pessoal	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Proventos	49,95%	49,80%	50,49%	48,48%	45,81%	47,13%	48,68%
Benefícios	17,54%	20,17%	20,27%	21,39%	20,90%	21,52%	19,95%
Encargos Sociais	18,47%	17,39%	18,60%	17,96%	16,65%	17,51%	18,22%
Treinamento	1,20%	1,28%	1,07%	0,98%	0,82%	1,13%	1,27%
Honorários de Diretores e Conselheiros	3,43%	3,58%	3,66%	5,40%	6,99%	7,71%	6,79%
Provisões Administrativas de Pessoal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,83%	5,01%	5,08%
Outros	9,40%	7,78%	5,92%	5,80%	0,00%	0,00%	0,00%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

TABELA 18: EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BANCO BRADESCO S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Outras Despesas Administrativas	**4.028**	**4.404**	**4.198**	**4.137**	**3.705**	**4.147**	**4.681**
Comunicação e Processamento de Dados	548	570	550	585	473	528	576
Amortização e Depreciação	418	485	408	377	290	311	318
Serv. de Vigilância, Segurança e Transporte	0	0	0	0	131	139	149
Imóveis e Bens de Uso	214	221	231	241	283	288	334
Marketing e Relações Públicas	320	340	362	353	228	257	285
Serviços de Terceiros	673	731	720	821	600	786	977
Demais Despesas Administrativas	1.855	2.057	1.926	1.759	1.701	1.836	2.041

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

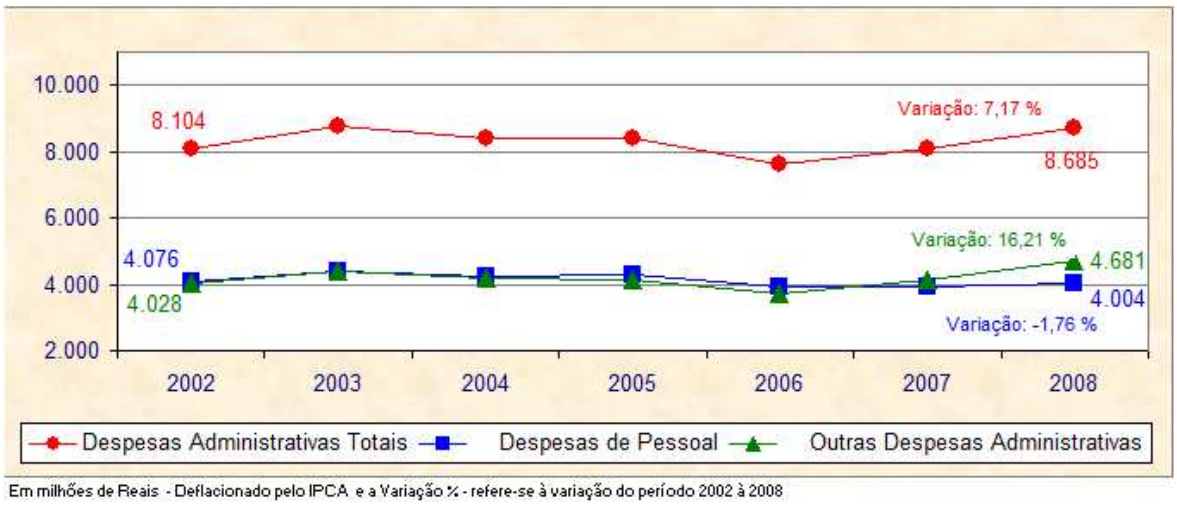
É interessante perceber como a variação do indicador outras despesas administrativas acompanhou a variação dos valores anuais contabilizados para o item serviços de terceiros o qual cresceu R$ 304 milhões, no período 2002-2008, Este resultado, juntamente com o crescimento do item imóveis e bens de uso, apresentado acima, sugerem que o Bradesco investiu na expansão de sua estrutura, buscando incrementar os serviços de terceiros.

TABELA 19: EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Outras Despesas Administrativas	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Comunicação e Processamento de Dados	13,60%	12,94%	13,11%	14,14%	12,76%	12,74%	12,30%
Amortização e Depreciação	10,38%	11,01%	9,72%	9,12%	7,82%	7,51%	6,80%
Serv. De Vigilância, Segurança e Transporte	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,53%	3,36%	3,19%
Imóveis e Bens de Uso	5,31%	5,03%	5,51%	5,83%	7,65%	6,95%	7,13%
Marketing e Relações Públicas	7,94%	7,73%	8,63%	8,54%	6,14%	6,21%	6,09%
Serviços de Terceiros	16,71%	16,60%	17,16%	19,86%	16,19%	18,96%	20,88%
Demais Despesas Administrativas	46,05%	46,70%	45,88%	42,51%	45,90%	44,27%	43,61%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

FIGURA 10: VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS APRESENTADAS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

.

Como pode ser observado na Figura 10, a qual mostra o comportamento conjunto e individual das despesas de pessoal e outras despesas administrativas, até o ano de 2006 elas apresentaram variações e valores bastante próximos sugerindo que ambas as despesas foram planejadas de forma conjunta e com a mesma prioridade de alocação de recursos. A partir de 2007, o montante gasto em outras despesas administrativas passou a compor uma fatia maior do total de despesas administrativas. O comportamento das séries supõe que o Bradesco buscou o equilíbrio das despesas administrativas totais, compensando o aumento de custos proporcionados pelo aumento de sua estrutura de atendimento, refletido

no indicador outras despesas administrativas, através da redução das despesas de pessoal.

Conforme pode ser observado nos dados apresentados na Tabela 20, o número de funcionários apresenta uma curva ascendente, com exceção dos períodos 2004-2005 e 2007-2008.

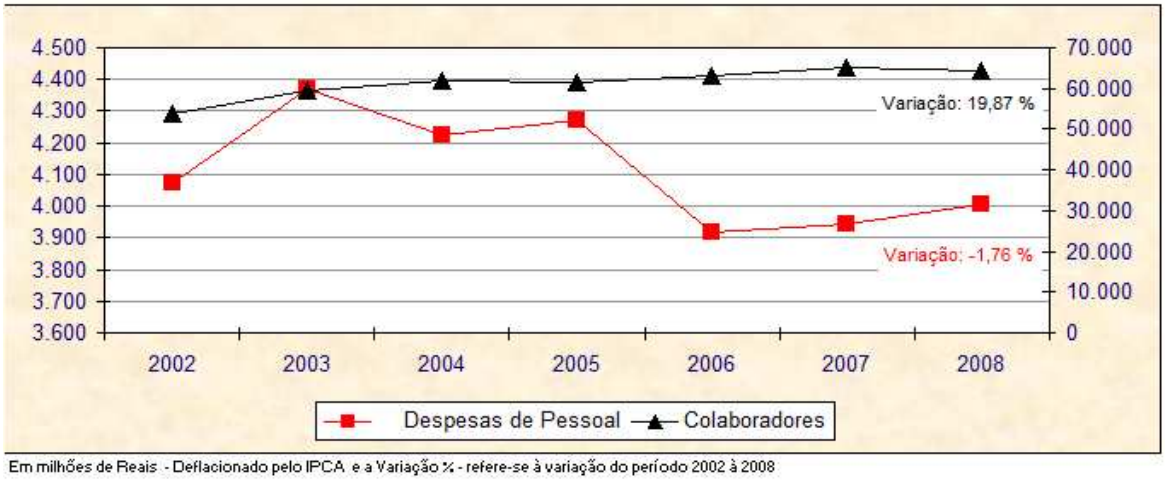
TABELA 20: EVOLUÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008 NO BRADESCO.

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Colaboradores	**53.732**	**59.430**	**62.013**	**61.347**	**63.163**	**65.050**	**64.411**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Quantidade registrada no balanço no 4o. Trimestre de cada ano

O comportamento das variáveis montante de despesa de pessoal e quantidade de colaboradores foi analisado na Figura 11, onde podemos constatar que o Bradesco elevou seu quadro de colaboradores em 19,87%, reduzindo suas despesas de pessoal em 1,76%, no período 2002-2008.

FIGURA 11: COMPARAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E A VARIAÇÃO DO NÚMERO DE COLABORADORES APRESENTADOS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Na Tabela 21 observamos uma evolução no período 2002-2008, de 39,54% em sua Estrutura de Atendimento. Este crescimento foi sensibilizado, principalmente, pelos itens PAB/PAE e Equipamentos de Auto-Atendimento, que

são as estruturas que menos demandam mão-de-obra[10] e mais requerem investimento em tecnologia. Isso explica, em parte, o comportamento do indicador outras despesas administrativas, conforme discutido anteriormente.

TABELA 21: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Estrutura de Atendimento	**26.010**	**26.719**	**27.127**	**28.408**	**29.649**	**31.910**	**36.295**
Agências	2.954	3.052	3.004	2.921	3.008	3.160	3.339
PAA	0	0	0	0	0	0	1.032
PAB/PAE	1.846	2.062	2.301	2.451	2.542	2.776	2.706
Equipamentos de Auto-Atendimento	21.210	21.605	21.822	23.036	24.099	25.974	29.218

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Quantidade registrada no balanço no 4o. Trimestre de cada ano

A Tabela 22 apresenta a participação percentual de cada item na estrutura de atendimento do Bradesco ao longo do período 2002-2008, onde podemos perceber que, em 2008, o Bradesco buscou o crescimento de sua estrutura de atendimento através do item PAA, fazendo com que os demais itens da amostra reduzissem sua participação no indicador.

TABELA 22: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BANCÁRIO AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A. EM % DE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO A ESTRUTURA TOTAL DE ATENDIMENTO

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Estrutura de Atendimento	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Agências	11,36%	11,42%	11,07%	10,28%	10,15%	9,90%	9,20%
PAA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,84%
PAB/PAE	7,10%	7,72%	8,48%	8,63%	8,57%	8,70%	7,46%
Equipamentos de Auto-Atendimento	81,55%	80,86%	80,44%	81,09%	81,28%	81,40%	80,50%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO

Conforme já discutido anteriormente, o ano de 2006 apresentou uma redução de 6% no total das Despesas Administrativas da Instituição. Adicionalmente, em 2006, o Bradesco apresentou um crescimento de 3% no seu quadro funcional e de 4% na sua Estrutura de Atendimento. Desta forma, a Instituição promoveu estratégias administrativas que se mostraram eficientes a

[10] PAB – refere-se aos postos de atendimento bancário onde não apresenta estrutura administrativa , bem como não possui balanço próprio. PAE – refere-se a postos de atendimento eletrônico sem a presença de funcionários.

ponto de reduzir o total de suas despesas administrativas e ao mesmo tempo em que aumentou sua Estrutura Administrativa.

Já em 2008, a redução de 1% no seu quadro de funcionários e o aumento de 14% na sua rede de atendimento, explicam porque as despesas não relacionadas com custo de pessoal tiveram um maior impacto nos dados contábeis da empresa, como podemos visualizar nas tabelas 23 e 24.

TABELA 23: EVOLUÇÃO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas Administrativas Totais	**8.104**	**8.777**	**8.423**	**8.410**	**7.625**	**8.090**	**8.685**
Despesas de Pessoal	4.076	4.372	4.225	4.274	3.920	3.943	4.004
Outras Despesas Administrativas	4.028	4.404	4.198	4.137	3.705	4.147	4.681

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

TABELA .24: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE DESPESAS DE PESSOAL E OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS NO TOTAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS AO LONGO DO PERÍODO 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas Administrativas Totais	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas de Pessoal	50,30%	49,82%	50,16%	50,81%	51,41%	48,73%	46,10%
Outras Despesas Administrativas	49,70%	50,18%	49,84%	49,19%	48,59%	51,27%	53,90%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO

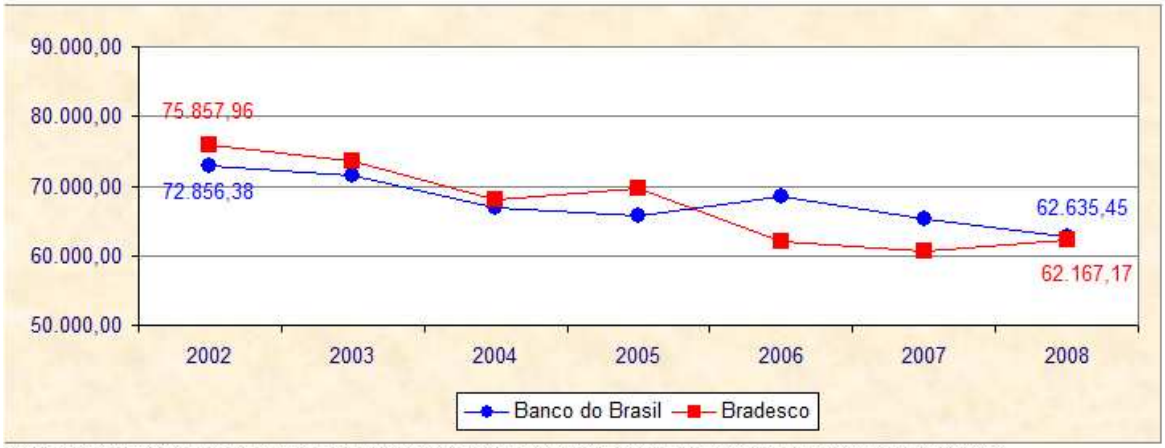
4.3 COMPARAÇÃO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELO BANCO DO BRASIL E BRADESCO NO PERÍODO 2002 A 2008 E A RELAÇÃO COM SUAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

Uma vez apurados os custos administrativos das Instituições Banco do Brasil e Bradesco, procurou-se comparar os resultados obtidos de ambas as instituições no intuito de perceber semelhanças e diferenças na evolução destes números ao longo do período.

As instituições mostraram evoluções bastante próximas com relação a Despesas de Pessoal no período 2002-2008. Enquanto o Banco do Brasil apresentou um crescimento percentual de 0,71%, o Bradesco teve um decréscimo de 1,76%. Isto fica mais evidente quando comparamos a média por funcionário deste indicador. Na Figura 12, percebe-se que o Bradesco apresentou um

resultado referente a razão entre despesas de pessoal e de colaborador um pouco mais elevado que a do Banco do Brasil até o ano de 2005, a partir de 2006 este resultado passou a ter um valor mais elevado para o Banco do Brasil. Porém, o que mais se destaca na Figura 12 é o fato das duas instituições apresentaram uma estratégia muito semelhante com relação à redução dos gastos com pessoal ao longo do período 2002-2008, chegando a apresentar, no final de 2008, praticamente o mesmo resultado do custo por colaborador em despesa de pessoal.

FIGURA 12: VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DE PESSOAL POR COLABORADOR DO BANCO DO BRASIL E DO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008.



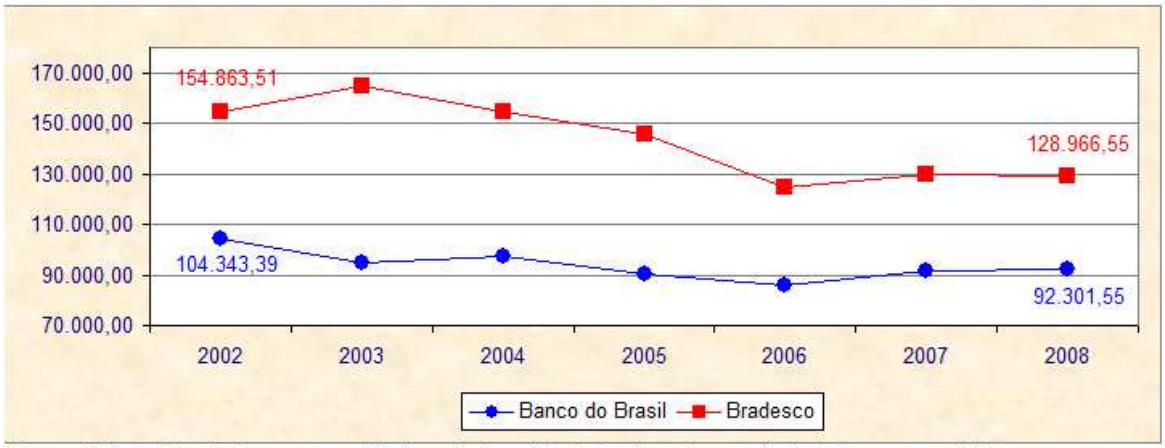
Valores em Reais. Os dados utilizados para a composição deste gráfico foram deflacionados de acordo com o método utilizado no presente trabalho.

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

.

Com relação a outras despesas administrativas, como pode ser observado na Figura 13, a qual mostra a curva do valor médio gasto com outras despesas administrativas por unidade de estrutura de atendimento, podemos observar que o Bradesco teve, ao longo do período 2002-2008, sempre valor médio superior ao do Banco do Brasil. Porém, percebe-se que a diferença entre os dois bancos reduziu de 48,42% para 39,72%, no período.

FIGURA 13: VARIAÇÃO ANUAL DE OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR ESTRUTURA DE ATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL E DO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008.

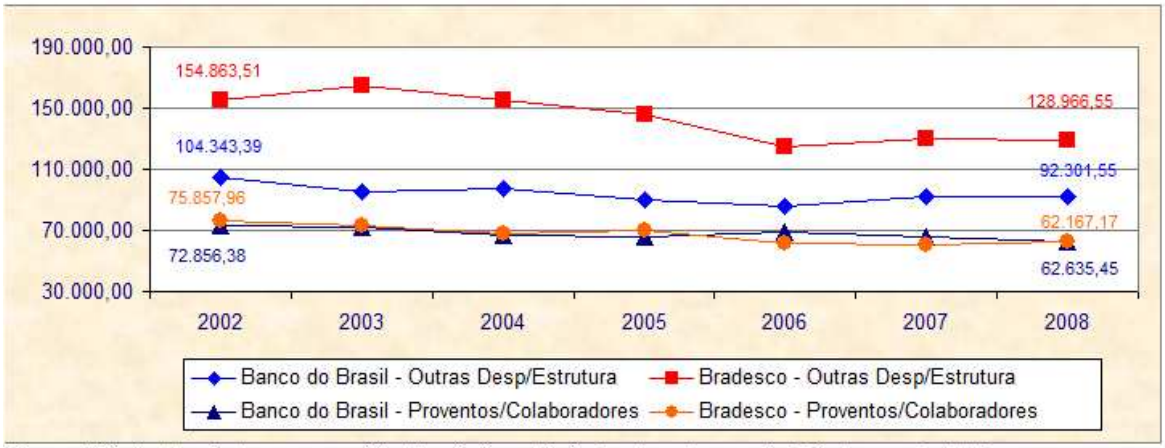


Valores em Reais. Os dados utilizados para a composição deste gráfico foram deflacionados de acordo com o método utilizado no presente trabalho.

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

A Figura 14 ratifica os resultados apresentados nos dois últimos parágrafos, evidenciado o fato de que a diferença entre as despesas administrativas totais entre os dois bancos não está relacionado aos custos com pessoal, e sim às despesas relacionadas com suas estruturas.

FIGURA 14: COMPARAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS/ESTRUTURA E PROVENTOS/COLABORES APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL S.A. E BRADESCO S.A. NO PERÍODO 2002-2008.



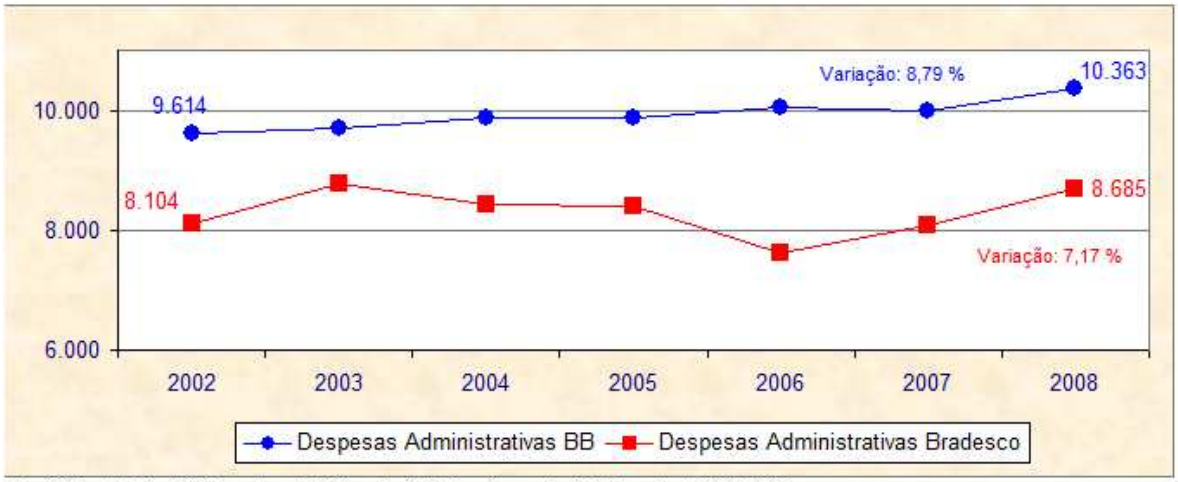
Valores em Reais. Os dados utilizados para a composição deste gráfico foram deflacionados de acordo com o método utilizado no presente trabalho.

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Analisando a Figura 15, verifica-se que os dois bancos apresentaram, praticamente, a mesma evolução percentual das despesas administrativas no período 2002-2008, sendo que o Banco do Brasil apresentou uma elevação de

8,79% e o Bradesco de 7,17%. Apesar dos maiores valores apresentados pelo Banco do Brasil, o mesmo não se verifica quando a comparação é feita considerando a razão dessa variável com seus respectivos quadros de pessoal e suas estruturas de atendimento, como apresentado nas figuras anteriores.

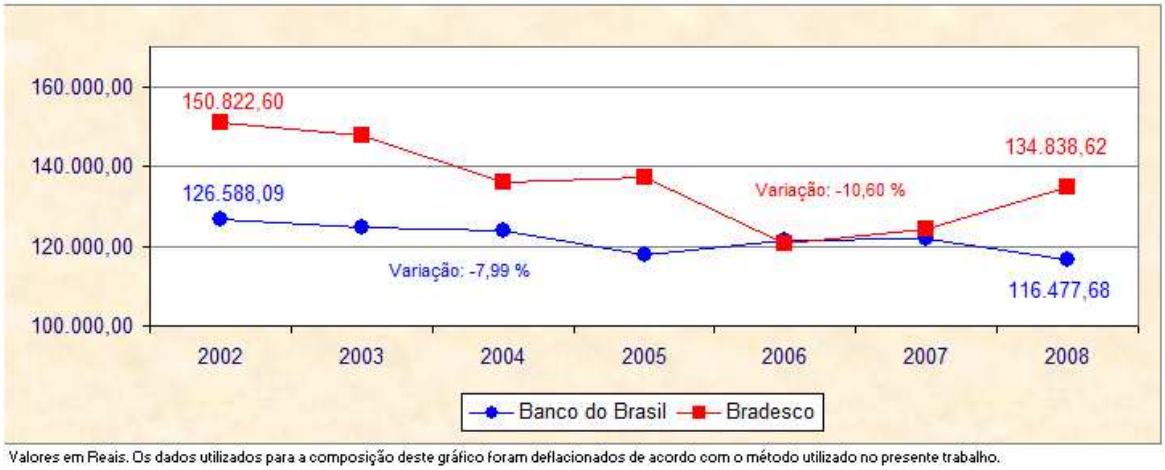
FIGURA 15: VARIAÇÃO ANUAL DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL E BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

FIGURA 16: VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS POR FUNCIONÁRIO DO BANCO DO BRASIL E DO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008.



Valores em Reais. Os dados utilizados para a composição deste gráfico foram deflacionados de acordo com o método utilizado no presente trabalho.

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Ainda, sob a ótica da totalização dos custos administrativos, observando a Figura 16, podemos verificar que o Banco do Brasil, em 2002, tinha um custo total administrativo médio por funcionário de R$ 127 mil, enquanto que esse custo para

o Bradesco era de R$ 151 mil por funcionário. Mesmo em 2008, essa diferença ainda era considerável, na ordem de R$ 18 mil.

A análise dos custos administrativos realizada neste capítulo serviu como base para esclarecer a importância destes fatores microeconômicos na composição do *spread* das duas instituições, como poderá ser melhor verificada no próximo capítulo.

5 *SPREAD* BANCÁRIO

Neste capítulo será apresentado o método elaborado para a definição do *spread* bruto e *spread* Líquido, bem como identificação e análise destes *spreads* para o Banco do Brasil e Bradesco, no período 2002 a 2008. Também será realizada comparação entre o *spread* bruto e líquido das duas instituições, finalizando com a avaliação do impacto dos custos administrativos no *spread* bruto.

5.1 DEFINIÇÃO DO *SPREAD* BRUTO E *SPREAD* LÍQUIDO

O *spread* nas operações bancárias definido pelo Banco Central, através de seus relatórios anuais, como "*a diferença, em pontos percentuais, da taxa de juros média dos empréstimos de carteira livre prefixadas (operações de crédito com taxa fixa, realizadas no país, onde a fonte de recursos é a parcela de captação dos bancos que está livre do compulsório) e a taxa média de captação dos bancos"*.(BANCO CENTRAL, 2007)

Considerando a dificuldade de se mensurar o *spread* bancário como pode ser observado nas várias reformulações realizadas pelo Banco Central e ainda a padronização das informações contábeis das instituições financeiras referente às diversas modalidades de captação e aplicação apresentadas no mercado, o presente trabalho busca reproduzir uma amostra da realidade dos bancos brasileiros, ao tentar construir o *spread* bancário a partir dos números dos balanços do Banco do Brasil e Bradesco.

O presente trabalho procurou ampliar o conceito de *spread* utilizado pelo Banco Central. Analisando o balanço do Banco do Brasil e do Bradesco. O conceito de *spread* passa a ser definido como a participação percentual da margem financeira bruta no valor de aplicação de recursos contabilizado pelos bancos. A margem financeira bruta será obtida através da diferença entre as receitas de intermediação financeira (que representam o resultado dos juros cobrados sobre o volume das aplicações financeiras dos bancos) e as despesas de intermediação financeira (que representam o resultado dos juros pagos sobre o volume da captação financeira dos bancos).

Para a composição das receitas financeiras, bem como, das aplicações financeiras, este trabalho utilizou as rubricas contábeis “Operações de Crédito”, “Operações com TVM” e “Aplicações Compulsórias”, expandindo o conceito do BACEN que utiliza os Empréstimos de Carteira Livre Pré-fixadas. Com relação às despesas de intermediação financeira foi utilizada a rubrica operações de captação no mercado.

A exemplo da composição do *spread* bancário trabalhado pelo BACEN, em seus relatórios anuais, conforme foi visto na seção 3.5.2, deste trabalho, onde sua composição é formada pelos seguintes itens: custos administrativos; inadimplência; compulsório e tributos; impostos diretos; e resíduo líquido, que vem a ser o lucro dos bancos; no presente trabalho foi incorporada as rendas de tarifas bancárias, que compõem juntamente com a margem financeira bruta, o resultado das operações ativas e passivas dos bancos, e deduzindo Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (Inadimplência), as despesas tributárias sobre o faturamento (impostos diretos e indiretos), encontra-se a margem de contribuição.

Adicionalmente, deduzindo as despesas administrativas da margem de contribuição se tem o resultado comercial. Obtendo a participação percentual do resultado comercial no valor de aplicação de recursos contabilizado pelos bancos, temos o *spread* líquido.

5.2 *SPREAD* BANCÁRIO PRATICADO PELO BANCO DO BRASIL E BRADESCO NO PERÍODO 2002 A 2008

A exemplo do que foi realizado com relação aos dados contábeis referentes a Despesas Administrativas, o mesmo foi aplicado para os valores apresentados nos balanços contábeis utilizados para determinar o *spread* bancário das duas instituições analisadas, ou seja, estes foram deflacionados pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) considerando 2002 como o ano base. Os valores utilizados para cada ano são apresentados na Tabela 25.

TABELA 25: VALORES DO IPCA

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
IPCA ano	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%	3,14%	4,46%	5,90%
IPCA corrigido em função do ano de 2003	0%	9,30%	17,61%	24,30%	28,20%	33,92%	41,82%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS PUBLICADOS NA PÁGINA ELETRÔNICA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (www.fgv.com.br).

5.2.1 Análise do comportamento do *spread* bancário do Banco do Brasil no período 2002 a 2008

A Tabela 26 apresenta o volume de recursos aplicados (recursos emprestados aos clientes dos bancos) e captados (recursos que os clientes dos bancos aplicam na instituição). Os valores mostram uma evolução de 43% na aplicação de recursos do Banco do Brasil no período 2002-2008.

TABELA 26: VOLUME DE APLICAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BANCO DO BRASIL S.A. NO PERÍODO 2002-2008.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	140.528	140.757	144.902	143.465	167.815	184.786	201.231
Captação de Recursos	156.933	141.769	146.380	137.876	165.942	195.257	256.036

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS DA INSTITUIÇÃO
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Analisando os números apresentados na Tabela 27, verificou-se que, no Banco do Brasil, as receitas de intermediação financeira cresceram 35,03%, no período 2002-2008. A composição deste crescimento percentual mostrou que as receitas com operações de crédito cresceram 77,85% enquanto que as receitas obtidas de operações com TVM reduziram 6,32%, no mesmo período. Essas variações sugerem que o Banco do Brasil buscou ampliar suas receitas focando operações junto aos seus clientes finais. Por outro lado, as despesas da intermediação financeira, apresentaram um crescimento na ordem de 32,50% inferior ao das receitas, fazendo com que a diferença entre os dois indicadores, apresentasse um crescimento de 37,12%.

Conforme já conceituado anteriormente (ver item 5.1), dividindo a margem financeira bruta pelo volume aplicado temos como resultado o *spread* bruto, o qual apresentou uma variação negativa no período 2002-2008 de 4,25%. O fato de termos uma variação positiva da margem financeira bruta, no mesmo período, contra esta variação negativa do *spread* bruto, explica-se pelo fato da variação do volume de aplicação de recursos ser maior que a variação da margem financeira bruta.

Essa observação é importante porque se analisarmos apenas a margem financeira bruta poderíamos concluir que o banco aumentou seu rendimento em 37,12% no período, o que, na verdade, não aconteceu. Considerando a análise do

spread bruto, o Banco do Brasil teve que aumentar significativamente seu volume de empréstimos, elevando o grau de risco dos financiamentos para poder obter quase o mesmo resultado de 2002.

TABELA 27: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E SEUS COMPONENTES DURANTE OS ANOS DE 2002 A 2008 NO BANCO DO BRASIL S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Receitas da Intermediação Financeira	**29.686**	**30.701**	**25.332**	**26.805**	**28.631**	**29.546**	**40.084**
Operações de Crédito	13.681	14.764	14.574	15.452	16.857	18.891	24.332
Resultado de Operações com TVM	15.378	14.400	9.641	9.995	10.517	9.448	14.405
Resultado das Aplicações Compulsórias	627	1.538	1.116	1.359	1.257	1.207	1.347

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas da Intermediação Financeira	**13.420**	**15.939**	**10.843**	**12.189**	**13.149**	**13.115**	**17.781**
Operações de Captação no Mercado	13.420	15.939	10.843	12.189	13.149	13.115	17.781

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Margem Financeira Bruta	**16.266**	**14.762**	**14.489**	**14.617**	**15.482**	**16.431**	**22.303**

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
***Spread* Bruto**	**11,57%**	**10,49%**	**10,00%**	**10,19%**	**9,23%**	**8,89%**	**11,08%**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

A Tabela 28 reforça às conclusões do parágrafo anterior, visto que os valores percentuais obtidos mostram a relação entre os indicadores e seus itens. Ao analisarmos a relação entre o volume captado e as despesas da intermediação financeiras, veremos, na tabela seguinte, que estas duas variáveis não tiveram uma relação direta ao longo do período 2002-2008.

Na Figura 17 podemos observar a relação entre as variações do *spread* bruto com as receitas e despesas da intermediação financeira. Destaca-se o fato de que as curvas de despesas e receitas apresentam praticamente a mesma trajetória ao longo do período 2002-2008, diferentemente da curva do *spread* bruto que não acompanha estas duas últimas.

TABELA 28: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DO BANCO DO BRASIL S.A. DURANTE O PERÍODO 2002-2008.

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aplicação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Receitas da Intermediação Financeira	21,12%	21,81%	17,48%	18,68%	17,06%	15,99%	19,92%

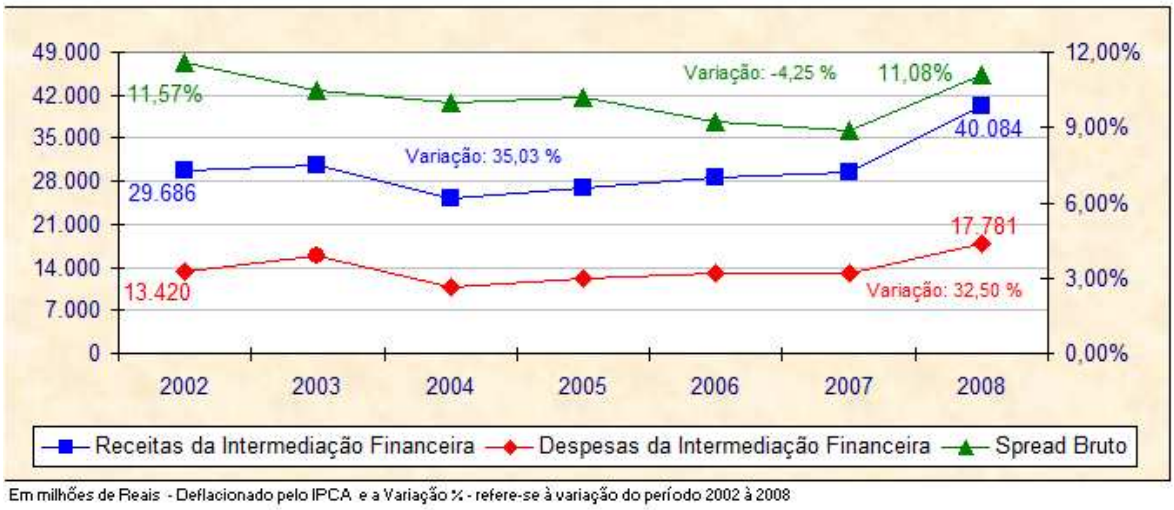
Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas da Intermediação Financeira	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Operações de Crédito	46,09%	48,09%	57,53%	57,64%	58,88%	63,94%	60,70%
Resultado de Operações com TVM	51,80%	46,90%	38,06%	37,29%	36,73%	31,98%	35,94%
Resultado das Aplicações Compulsórias	2,11%	5,01%	4,41%	5,07%	4,39%	4,09%	3,36%

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Captação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas da Intermediação Financeira	8,55%	11,24%	7,41%	8,84%	7,92%	6,72%	6,94%

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas da Intermediação Financeira	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Margem Financeira Bruta	54,79%	48,08%	57,20%	54,53%	54,08%	55,61%	55,64%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

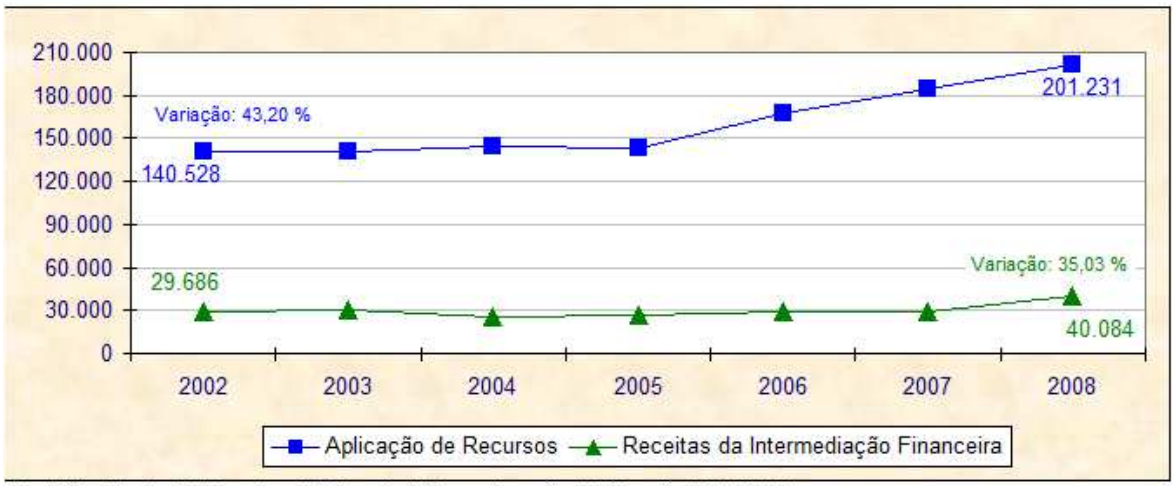
FIGURA 17: COMPORTAMENTO ANUAL DE RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, E O BALANÇO ENTRE AS DUAS REPRESENTADO PELO *SPREAD* BRUTO, APRESENTADOS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Os resultados apresentados na Figura 18 reforçam as afirmações realizadas no parágrafo anterior, pois apresenta a variação significativa da curva de aplicação de recursos, visivelmente superior a apresentada pela curva das receitas da intermediação financeira.

FIGURA 18: COMPORTAMENTO ANUAL DAS RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA E APLICAÇÃO DE RECURSOS NO BANCO DO BRASIL NO PERÍODO 2002-2008.



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

A Tabela 29 mostra as variáveis utilizadas para o cálculo do *spread* líquido das quais, conforme explicado anteriormente (item 5.1.), faz parte a margem de contribuição e o resultado comercial.

Com relação à margem de contribuição do Banco do Brasil, esta apresentou uma variação positiva de 28,90% entre 2002 e 2008, abaixo da variação da margem financeira bruta (37,12%). Isto aconteceu pelo efeito da inadimplência (provisão para créditos.de liquidação duvidosa) e despesas tributárias na composição da margem de contribuição, as quais apresentaram uma variação significativamente superior à margem financeira bruta, ou seja, 118,90% e 108,43%, respectivamente.

TABELA 29: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E SEUS COMPONENTES DO BANCO DO BRASIL DURANTE O PERÍODO 2002-2008

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Margem de Contribuição	**17.253**	**15.941**	**15.118**	**15.224**	**15.564**	**18.177**	**22.240**
Margem Financeira Bruta	16.266	14.762	14.489	14.617	15.482	16.431	22.303
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	-2.754	-2.920	-3.871	-4.319	-5.537	-4.221	-6.029
Rendas de Tarifas Bancárias	4.444	5.018	5.624	6.154	6.932	7.395	7.430
Receitas de Prestação de Serviços	4.444	5.018	5.624	6.154	6.932	7.395	5.992
Rendas de Tarifas Bancárias	0	0	0	0	0	0	1.438
Despesas Tributárias s/ Faturamento	-703	-918	-1.123	-1.227	-1.313	-1.427	-1.465

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Resultado Comercial	**7.523**	**6.264**	**5.432**	**5.247**	**5.409**	**8.131**	**11.801**
Margem de Contribuição	17.253	15.941	15.118	15.224	15.564	18.177	22.240
Despesas Administrativas	-9.730	-9.677	-9.686	-9.977	-10.156	-10.046	-10.438
Despesas de Pessoal	-5.533	-5.585	-5.340	-5.499	-5.671	-5.287	-5.573
Outras Despesas Administrativas	-4.081	-3.977	-4.220	-4.359	-4.374	-4.645	-4.790
Outras Despesas Tributárias	-116	-115	-126	-118	-111	-114	-75

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
***Spread* Líquido**	**5,35%**	**4,45%**	**3,75%**	**3,66%**	**3,22%**	**4,40%**	**5,86%**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Já na análise do resultado comercial, conceituado como a diferença entre a margem de contribuição e as despesas administrativas, observamos um crescimento de 56,87%, no período 2002-2008, crescimento este superior ao encontrado para a margem de contribuição. Esse fato se explica pela menor variação apresentada pelas despesas administrativas no mesmo período, a qual atingiu apenas 7,28%.

Finalmente, ao analisar a variação do *spread* líquido, o qual é obtido através da divisão do resultado comercial pelo volume das aplicações financeiras, verificamos um crescimento de 9,55%, no período 2002-2008. É interessante notar que o Banco do Brasil apresentou uma variação negativa no *spread* bruto e uma variação positiva no *spread* líquido. Este resultado se deve ao menor impacto causado pelas despesas administrativas em relação à margem de contribuição, como pode ser observado na Tabela 30, onde verificamos que este impacto reduziu de 56,40%, em 2002, para 46,94%, em 2008.

TABELA 30: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DO BANCO DO BRASIL DURANTE O PERÍODO 2002-2008.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Margem de Contribuição	12,28%	11,33%	10,43%	10,61%	9,27%	9,84%	11,05%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Receitas da Intermediação Financeira	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Margem Financeira Bruta	54,79%	48,08%	57,20%	54,53%	54,08%	55,61%	55,64%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	1,96%	2,07%	2,67%	3,01%	3,30%	2,28%	3,00%
Rendas de Tarifas Bancárias	3,16%	3,56%	3,88%	4,29%	4,13%	4,00%	3,69%
Despesas Tributárias s/ Faturamento	0,50%	0,65%	0,78%	0,86%	0,78%	0,77%	0,73%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Rendas de Tarifas Bancárias	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Receitas de Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	80,65%
Rendas de Tarifas Bancárias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	19,35%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Margem de Contribuição	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas Administrativas	56,40%	60,70%	64,07%	65,54%	65,25%	55,27%	46,94%

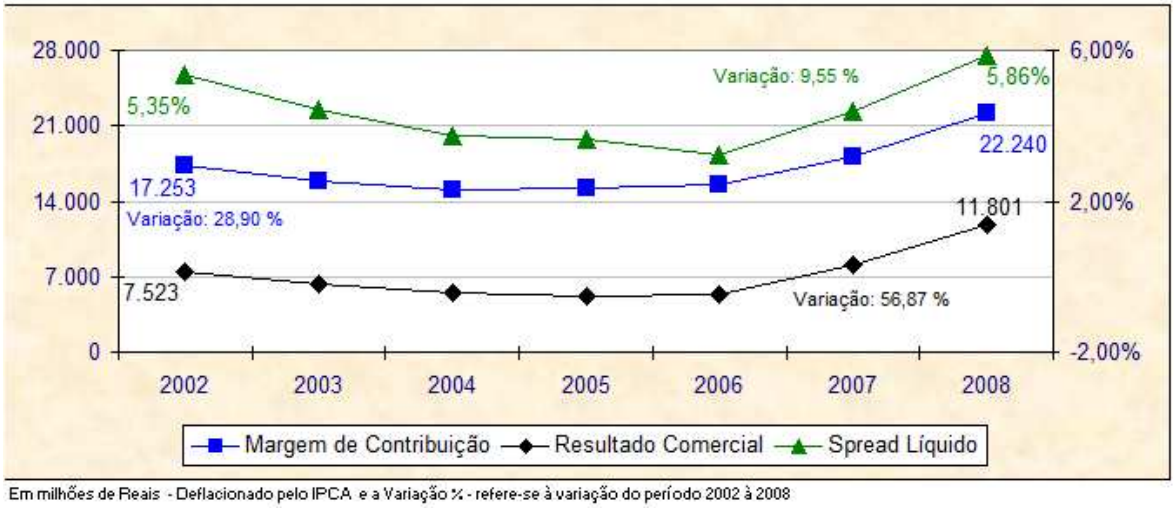
Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas Administrativas	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas de Pessoal	56,87%	57,72%	55,13%	55,12%	55,84%	52,63%	53,39%
Outras Despesas Administrativas	41,94%	41,10%	43,57%	43,69%	43,07%	46,24%	45,89%
Outras Despesas Tributárias	1,19%	1,19%	1,31%	1,19%	1,09%	1,13%	0,72%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Ainda analisando a Tabela 30, observamos que a inadimplência (provisão para créditos de liquidação duvidosa) representava 1,96% do volume das aplicações de recursos em 2002, passando para 3,00%, em 2008, o que representou um crescimento de 52,87%.

A Figura 19 mostra a variação dos indicadores margem de contribuição, resultado comercial e *spread* líquido, ao longo do período 2002-2008, no Banco do Brasil, demonstrando convergência entre as curvas da margem de contribuição e resultado comercial.

FIGURA 19: COMPORTAMENTO ANUAL DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, RESULTADO COMERCIAL E O *SPREAD* LÍQUIDO, APRESENTADOS PELO BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008

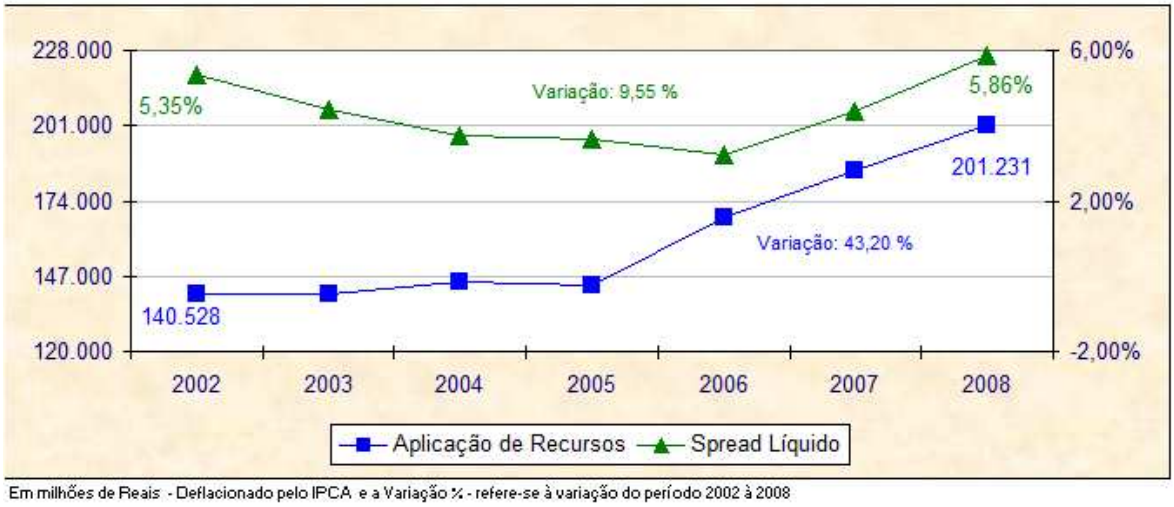


FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Ainda na Figura 19, observamos que a curva do *spread* líquido apresentou queda mais acentuada entre 2002 e 2004, mantendo-se praticamente estável em 2005, e voltando a cair em 2006. A partir de então, ela apresentou uma trajetória com crescimento acentuado até 2008, onde ultrapassou o patamar de 2002, chegando a 5,86%.

Analisando os resultados apresentados na Figura 20, verificamos que a curva da variável aplicação de recursos e a curva do spread líquido apresentaram uma trajetória inversa até o ano de 2006. A partir de então, as duas apresentaram a mesma trajetória de crescimento.

FIGURA 20: COMPARAÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DO *SPREAD* LÍQUIDO COM O VOLUME DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DO BANCO DO BRASIL NO PERIODO 2002-2008



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Este comportamento pode ser explicado, notadamente a partir do ano de 2006, através dos resultados apresentados na Tabela 31, a qual apresenta os valores percentuais da relação das despesas administrativas e inadimplência em relação ao volume da aplicação de recursos.

Analisando estas relações, pode-se inferir que as despesas administrativas podem ter influenciado a variação positiva do *spread* líquido do Banco do Brasil em proporção maior do que a inadimplência. Isto porque o percentual de participação da inadimplência em relação ao volume de aplicação de recursos cresceu, no período 2002-2008, 52,87% e o percentual% de participação das despesas administrativas em relação ao volume de aplicação de recursos reduziu, no mesmo período, em 25,08%. Mesmo assim o *spread* líquido cresceu 9,55%.

TABELA 31: APLICAÇÃO DE RECURSOS DO BANCO DO BRASIL S.A. E SUA RELAÇÃO COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PCLD NO PERÍODO 2002-2008.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	**140.528**	**140.757**	**144.902**	**143.465**	**167.815**	**184.786**	**201.231**
Despesas Administrativas	9.730	9.677	9.686	9.977	10.156	10.046	10.438
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	2.754	2.920	3.871	4.319	5.537	4.221	6.029
% de Partic. Despesas Adm	**6,92%**	**6,87%**	**6,68%**	**6,95%**	**6,05%**	**5,44%**	**5,19%**
% de Partic. Inadimplência	**1,96%**	**2,07%**	**2,67%**	**3,01%**	**3,30%**	**2,28%**	**3,00%**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

5.2.2 Análise do comportamento do s*pread* bancário do Bradesco no período 2002 a 2008

A Tabela 32 apresenta o volume de recursos aplicados (recursos emprestados aos clientes do banco) e captados (recursos que os clientes do banco aplicam na instituição) do Bradesco. Os valores mostram evolução de 237,89% no indicador aplicação de recursos no período 2002-2008.

TABELA 32: VOLUME DE APLICAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BRADESCO NO PERÍODO 2002-2008.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	44.732	56.523	68.023	77.659	103.617	128.169	151.144
Captação de Recursos	72.335	91.944	88.962	89.286	109.659	140.040	194.618

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Analisando os números apresentados na Tabela 33, verificamos que, no Bradesco, as receitas da intermediação financeira apresentaram um crescimento de 26,75%, saltando de R$ 25.850 milhões, em 2002, para R$ 32.766 milhões, em 2008. A composição deste crescimento percentual mostrou que tanto as receitas obtidas com operações de crédito como as obtidas com operações com TVM cresceram ao longo do período 2002-2008, apresentando crescimentos percentuais na ordem de 6,39% e 57,01%, respectivamente.

Observa-se ainda uma elevação da receita obtida através de operações com TVM em proporção maior quando se compara com aquela obtida através de operações de crédito junto aos seus clientes. Em relação às despesas de intermediação financeira, estas apresentaram um crescimento de 92,23%, superando o crescimento da receita, no período analisado, fazendo com que a diferença entre os dois indicadores recuasse 21,69% (Tabela 33).

TABELA 33: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E SEUS COMPONENTES DURANTE OS ANOS DE 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Receitas da Intermediação Financeira	**25.850**	**19.222**	**16.010**	**19.108**	**21.577**	**22.750**	**32.766**
Operações de Crédito	15.727	11.249	10.825	13.439	12.173	12.454	16.732
Resultado de Operações com TVM	9.528	6.705	4.184	4.467	8.474	9.368	14.960
Resultado das Aplicações Compulsórias	595	1.268	1.001	1.203	930	928	1.074

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas da Intermediação Financeira	**10.993**	**9.547**	**7.216**	**9.079**	**12.361**	**13.286**	**21.132**
Operações de Captação no Mercado	10.993	9.547	7.216	9.079	12.361	13.286	21.132

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Margem Financeira Bruta	**14.857**	**9.675**	**8.795**	**10.029**	**9.217**	**9.464**	**11.634**

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
***Spread* Bruto**	**33,21%**	**17,12%**	**12,93%**	**12,91%**	**8,89%**	**7,38%**	**7,70%**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Dessa forma, mesmo o Bradesco tendo apresentado o melhor resultado com relação a Receitas da Intermediação Financeira entre 2002 e 2008 (crescimento de 26,75%), a instituição apresentou uma involução de seu *spread* bruto na ordem de 76,82%, no período. Basicamente, podemos afirmar que, esta involução do *spread* bruto tem duas principais causas: a) a variação das receitas da intermediação financeira (26,75%) não acompanhou a variação das aplicações financeiras (237,89%), no período; b) a variação das despesas da intermediação financeira (92,23%) superaram a variação das receitas da intermediação financeira (26,75%), entre 2002 e 2008.

A Tabela 34 reforça os resultados dos últimos parágrafos, visto que os valores percentuais obtidos mostram a relação entre os indicadores e seus itens. Observa-se, na tabela a seguir, que o percentual das receitas financeiras em relação à aplicação de recursos reduziu de 57,79%, em 2002, para 21,68%, em 2008.

TABELA 34: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* BRUTO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DURANTE O PERÍODO 2002-2008 NO BRADESCO S.A.

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aplicação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Receitas da Intermediação Financeira	57,79%	34,01%	23,54%	24,60%	20,82%	17,75%	21,68%

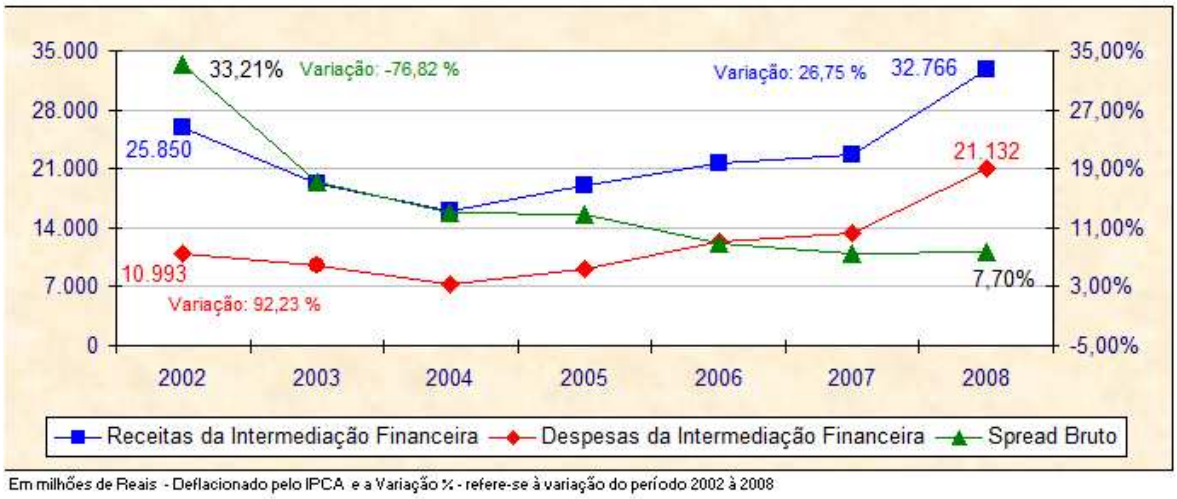
Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas da Intermediação Financeira	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Operações de Crédito	60,84%	58,52%	67,61%	70,33%	56,42%	54,74%	51,07%
Resultado de Operações com TVM	36,86%	34,88%	26,14%	23,38%	39,27%	41,18%	45,66%
Resultado das Aplicações Compulsórias	2,30%	6,60%	6,25%	6,29%	4,31%	4,08%	3,28%

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Captação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas da Intermediação Financeira	15,20%	10,38%	8,11%	10,17%	11,27%	9,49%	10,86%

Período	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Receitas da Intermediação Financeira	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Margem Financeira Bruta	57,47%	50,33%	54,93%	52,49%	42,71%	41,60%	35,51%

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

FIGURA 21: COMPORTAMENTO ANUAL DAS RECEITAS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, E O BALANÇO ENTRE AS DUAS REPRESENTADO PELO SPREAD BRUTO, APRESENTADAS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.



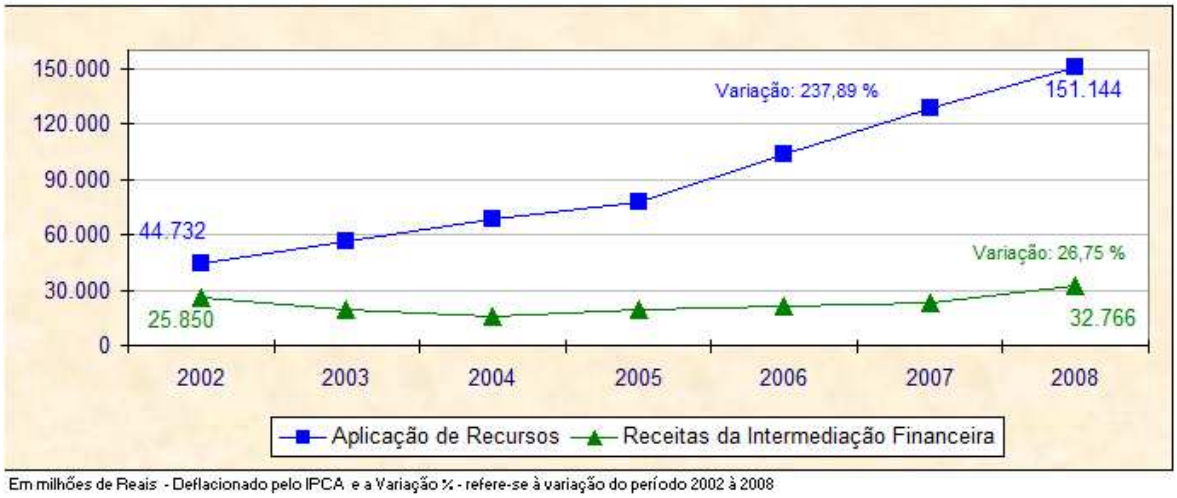
FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

O comportamento das despesas da intermediação financeira, receitas da intermediação financeira e o *spread* bruto, ao longo do período 2002-2008, pode

ser visualizado na Figura 21. Esta mostra que as curvas de despesas e receitas apresentam praticamente a mesma trajetória. No entanto o *spread* bruto apresentou uma trajetória diferente, pois ele também é influenciado pelo volume de aplicações de recursos.

Na Figura 22 podemos observar a relação entre as receitas da intermediação financeira e o volume de aplicação de recursos no Bradesco, no período 2002-2008.

FIGURA 22: COMPORAÇÃO DA VARIAÇÃO ANUAL DA RECEITA DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA E A APLICAÇÃO DE RECURSOS NO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Nela, observamos que, mesmo com o expressivo crescimento na ordem de 237,89% com relação ao volume aplicado no período, as receitas obtidas no mesmo período cresceram apenas 26,75%. Esta relação entre volume aplicado e as receitas obtidas aliado ao maior crescimento das despesas (92,23%) frente às receitas da intermediação financeira (26,75%), no período 2002-2008, mais uma vez ratifica porque o *spread* bruto apresentou uma involução na ordem de 76,82% no período.

A Tabela 35 mostra as variáveis utilizadas para o cálculo do *Spread* Líquido do Bradesco, das quais, conforme explicado anteriormente (Item 5.1), fazem parte a margem de contribuição e o resultado comercial.

Com relação à margem de contribuição, o Bradesco apresentou, em 2008, um valor de R$ 11.488 milhões, o que corresponde a uma redução de 22,91% em

relação ao valor apresentado em 2002 (R$ 14.902 milhões). Este resultado se deve, principalmente, a redução em 21,69% apresentada pela margem financeira bruta, no mesmo período. Além do efeito negativo da margem financeira, a margem de contribuição também foi afetada pelo crescimento da inadimplência (provisão para crédito de liquidação duvidosa) na ordem de 47,48%.

TABELA 35: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E SEUS COMPONENTES DURANTE OS ANOS DE 2002 A 2008 NO BRADESCO S.A..

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Margem de Contribuição	**14.902**	**10.638**	**10.766**	**12.413**	**10.307**	**10.441**	**11.488**
Margem Financeira Bruta	14.857	9.675	8.795	10.029	9.217	9.464	11.634
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	-2.819	-2.241	-1.736	-2.017	-2.639	-3.111	-4.157
Rendas de Tarifas Bancárias	3.712	4.169	4.952	5.912	4.689	5.149	4.708
Receitas de Prestação de Serviços	3.712	4.169	4.952	5.912	4.689	5.149	4.708
Rendas de Tarifas Bancárias	0	0	0	0	0	0	0
Despesas Tributárias s/ Faturamento	-848	-965	-1.245	-1.511	-960	-1.062	-698

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Resultado Comercial	**5.951**	**896**	**1.097**	**2.492**	**1.723**	**1.289**	**2.105**
Margem de Contribuição	14.902	10.638	10.766	12.413	10.307	10.441	11.488
Despesas Administrativas	-8.952	-9.742	-9.668	-9.921	-8.584	-9.152	-9.383
Despesas de Pessoal	-4.076	-4.373	-4.225	-4.273	-3.920	-3.943	-4.004
Outras Despesas Administrativas	-4.028	-4.405	-4.198	-4.137	-3.705	-4.147	-4.681
Outras Despesas Tributárias	-848	-965	-1.245	-1.511	-960	-1.062	-698

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
***Spread* Liquido**	**13,30%**	**1,59%**	**1,61%**	**3,21%**	**1,66%**	**1,01%**	**1,39%**

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.
Notas: Dados em milhões de Reais e deflacionado pelo IPCA

Ao deduzir da margem de contribuição o valor referente às despesas administrativas, no período 2002-2008, temos o resultado comercial do Bradesco, o qual apresentou uma involução de 64,62%. A margem de contribuição, como já foi visto, reduziu 22,91% no período de análise. Este desempenho somado ao impacto do aumento das despesas administrativas de R$ 8.952 milhões, em 2002, para R$ 9.383 milhões, em 2008, fez com que o resultado comercial apresentasse uma redução maior ainda, refletindo na queda percentual apresentada acima.

Finalmente, ao analisar a variação do *spread* líquido, o qual é obtido através da divisão do resultado comercial pelo volume das aplicações financeiras,

verificamos que o mesmo chegou, em 2008, a 1,39%, contra 7,70% do *spread* bruto, no mesmo ano. Esta diferença é o reflexo do impacto das despesas administrativas na margem de contribuição. Os resultados apresentados na Tabela 36 reforçam essa afirmação, pois nela podemos verificar quanto as despesas administrativas representam da margem de contribuição, ou seja, na ordem de 81,67%, em 2008.

TABELA 36: COMPORTAMENTO DO *SPREAD* LÍQUIDO E A PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE SEUS COMPONENTES EM RELAÇÃO AO TOTAL DURANTE OS ANOS 2002-2008 NO BRADESCO S.A..

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Margem de Contribuição	33,32%	18,82%	15,83%	15,98%	9,95%	8,15%	7,60%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Receitas da Intermediação Financeira	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Margem Financeira Bruta	57,47%	50,33%	54,93%	52,49%	42,71%	41,60%	35,51%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	6,30%	3,97%	2,55%	2,60%	2,55%	2,43%	2,75%
Rendas de Tarifas Bancárias	8,30%	7,38%	7,28%	7,61%	4,53%	4,02%	3,12%
Despesas Tributárias s/ Faturamento	1,90%	1,71%	1,83%	1,95%	0,93%	0,83%	0,46%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Rendas de Tarifas Bancárias	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Receitas de Prestação de Serviços	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rendas de Tarifas Bancárias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Margem de Contribuição	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas Administrativas	60,07%	91,58%	89,81%	79,93%	83,29%	87,65%	81,67%

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Despesas Administrativas	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Despesas de Pessoal	45,53%	44,89%	43,70%	43,07%	45,66%	43,08%	42,68%
Outras Despesas Administrativas	45,00%	45,21%	43,42%	41,70%	43,16%	45,32%	49,89%
Outras Despesas Tributárias	9,47%	9,90%	12,88%	15,23%	11,18%	11,60%	7,44%

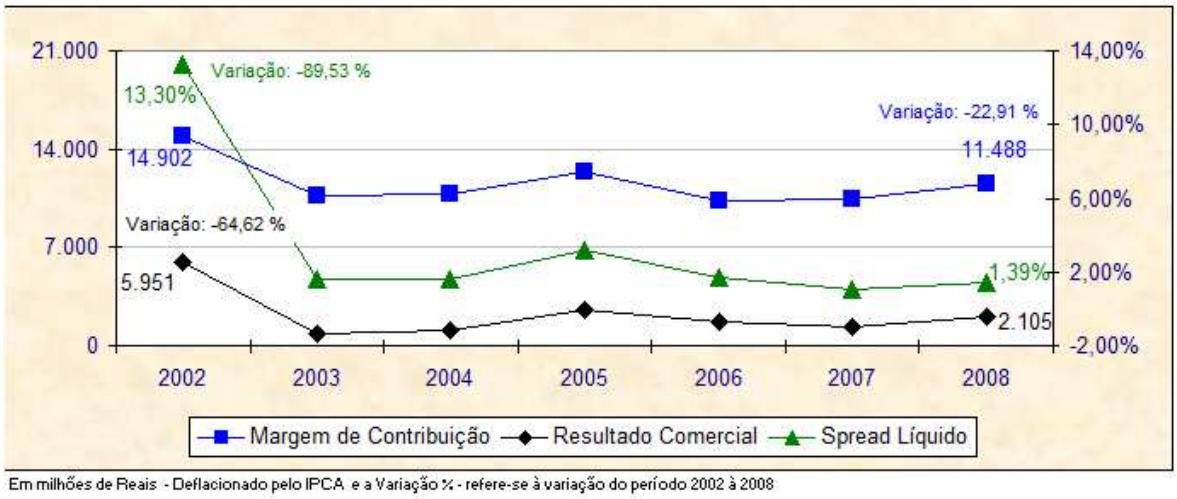
FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Na Tabela 36, destaca-se o fato da redução da representatividade da inadimplência (provisão .para créditos. de liquidação duvidosa) em relação ao

volume de aplicação de recursos, que saiu de 6,30%, em 2002, para 2,75%, em 2008.

A Figura 23 apresenta a variação dos indicadores margem de contribuição, resultado comercial e *spread* líquido, ao longo do período 2002-2008, no Bradesco. Os resultados apontam para uma convergência entre as curvas da margem de contribuição e resultado comercial.

FIGURA 23: COMPORTAMENTO ANUAL DA MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO, RESULTADO COMERCIAL E O *SPREAD* LÍQUIDO, APRESENTADAS PELO BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.

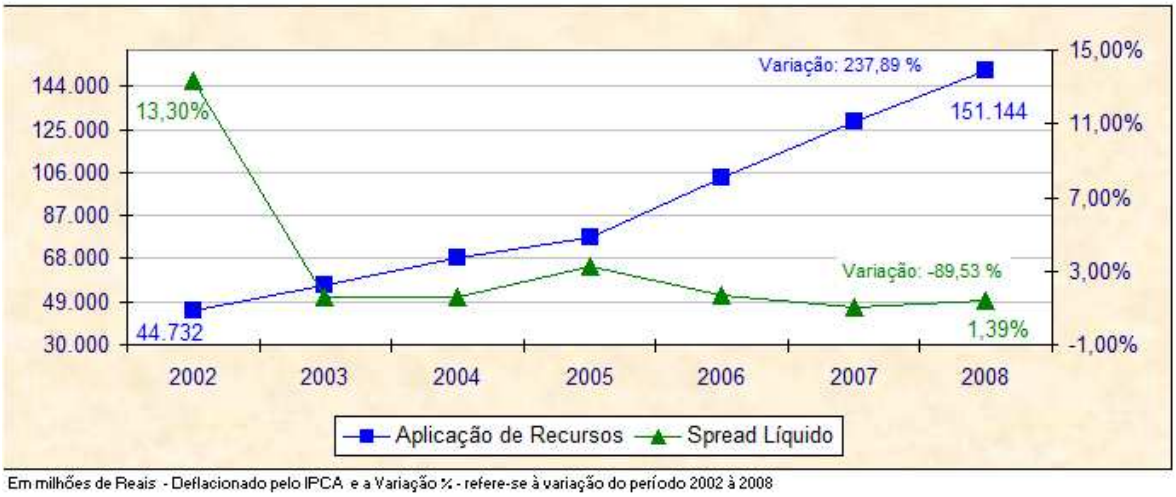


Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Com exceção do período 2002-2003, o mesmo aconteceu com a curva do *spread* líquido que apresentou uma trajetória semelhante a das demais variáveis. A distância entre as curvas de margem de contribuição e resultado comercial indica o volume das despesas administrativas, que foi um dos principais indicadores que fizeram com que o *spread* líquido do Bradesco apresentasse o patamar de 1,39%, em 2008.

FIGURA 24: COMPARAÇÃO DO *SPREAD* LÍQUIDO E APLICAÇÃO DE RECURSOS APRESENTADOS PELO BRADESCO, AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

De acordo com as séries apresentadas na Figura 24, verificamos que a curva da variável aplicação de recursos e a curva do *spread* líquido apresentaram uma trajetória inversa, com exceção do período 2004-2005.

As séries apresentadas na Figura 24 sugerem que o Bradesco buscou resultado através do volume de operações, dado que não conseguiu elevar seu nível de *spread* líquido. Para manter o *spread* líquido, o banco precisou buscar uma elevação de suas despesas administrativas em um ritmo menor do que as aplicações de recursos, como pode ser visto na Tabela 37. Nela, percebemos que as despesas administrativas representavam 20,01% das aplicações de recursos, em 2002, e passaram para 6,21%, em 2008.

TABELA 37: APLICAÇÃO DE RECURSOS DO BRADESCO S.A. E SUA RELAÇÃO COM DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PCLD NO PERÍODO 2002-2008.

Período	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**
Aplicação de Recursos	**44.732**	**56.523**	**68.023**	**77.659**	**103.617**	**128.169**	**151.144**
Despesas Administrativas	8.952	9.742	9.668	9.921	8.584	9.152	9.383
Prov. p/ Créd. de Liquidação Duvidosa	2.819	2.241	1.736	2.017	2.639	3.111	4.157
% de Partic. Despesas Adm	**20,01%**	**17,24%**	**14,21%**	**12,78%**	**8,28%**	**7,14%**	**6,21%**
% de Partic. Inadimplência	**6,30%**	**3,97%**	**2,55%**	**2,60%**	**2,55%**	**2,43%**	**2,75%**

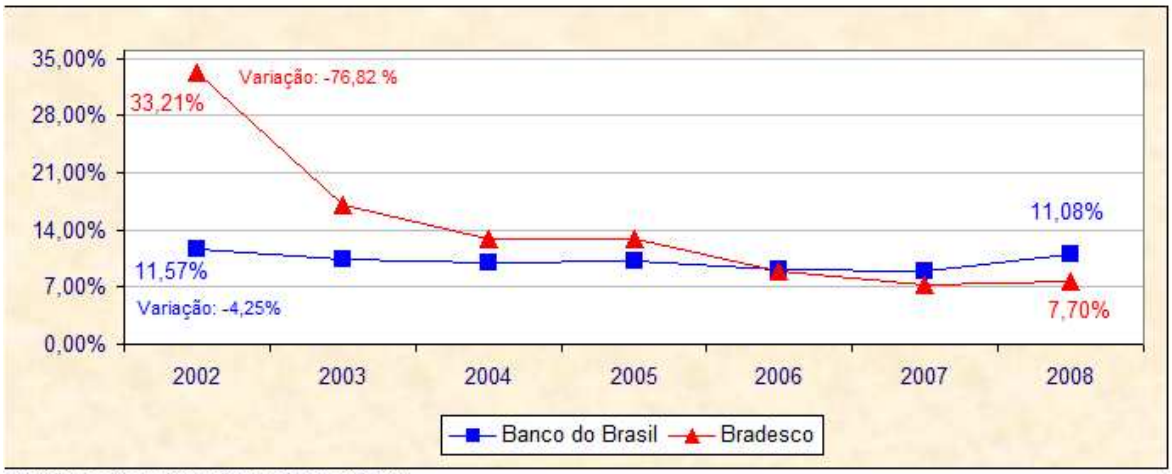
FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

5.2.3 Comparação entre o *spread* do Banco do Brasil e Bradesco

Conforme apresentado na Figura 25, ao visualizar o comportamento da curva de variação do *spread* bruto das duas instituições bancárias analisadas no presente trabalho, constatamos que enquanto o Banco do Brasil apresentou uma redução percentual de apenas 4,25%, no período 2002-2008, o Bradesco apresentou uma queda de 76,82%.

Esse resultado se deve ao fato de que o Bradesco iniciou a série , em 2002, com um *spread* de 33,21%, enquanto que o Banco do Brasil apresentou um *spread* bruto de apenas 11,57%, em 2002. A partir de 2004 os dois bancos apresentaram valores próximos com relação aos seus *spreads* brutos. Porém, percebe-se uma volatilidade maior por parte do Bradesco que iniciou a série com *spread* bruto acima do Banco do Brasil e, a partir de 2006, já apresentava valores abaixo do Banco do Brasil.

FIGURA 25: VARIAÇÃO DO *SPREAD* BRUTO DO BANCO DO BRASIL E BRADESCO AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008.

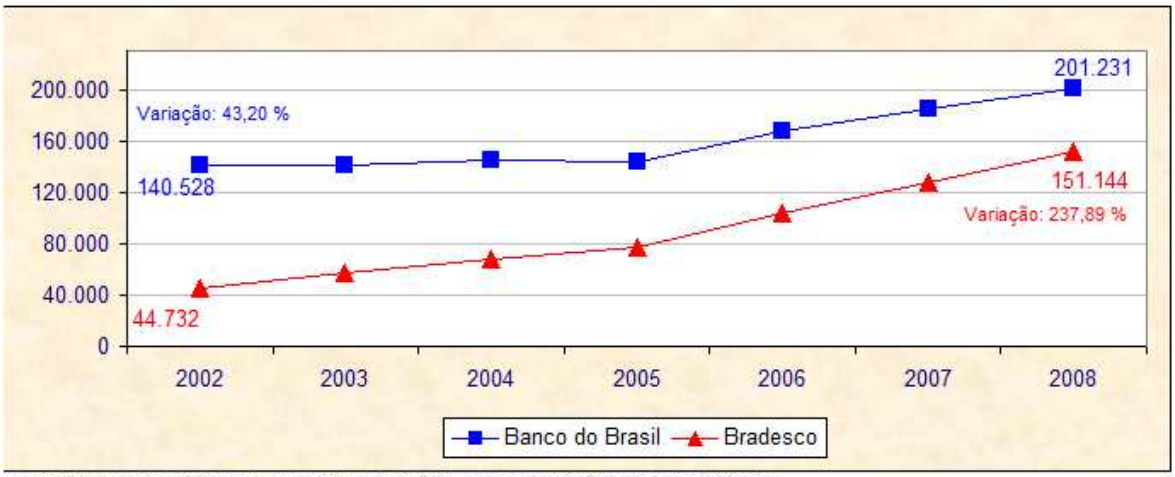


Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Na Figura 26, no período analisado, percebemos uma trajetória de crescimento comum aos dois bancos no indicador aplicação de recursos, porém com variação mais acentuada para o Bradesco, que chegou a 237,89% contra 43,20% do Banco do Brasil. É interessante destacar que, para as duas instituições, o crescimento de volume das aplicações de recursos superou a variação negativa de seus *spread's* bruto. Esta situação sugere que os dois bancos buscaram seus resultados através do aumento do volume de empréstimos, dado que suas margens de ganho (representada pelo *spread*), foram reduzidas.

FIGURA 26: VARIAÇÃO DO VOLUME DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS APURADAS JUNTO AO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008

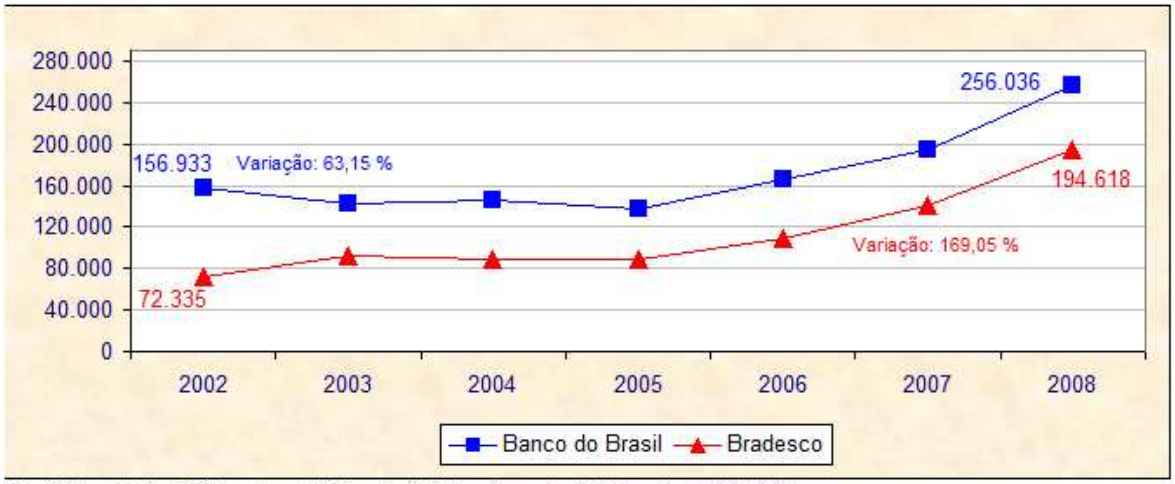


Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

De forma semelhante, a captação de recursos também cresceu ao longo do período 2002-2008 nas duas Instituições: 63,15% para o Banco do Brasil; e de 169,05% para o Bradesco (Figura 27). De forma semelhante ao que aconteceu com a aplicação de recursos, as captações de recursos também tiveram uma redução na distância das curvas dos dois bancos. A diferença era de R$ 84.597 milhões, em 2002, passando para R$ 61.418 milhões, em 2008.

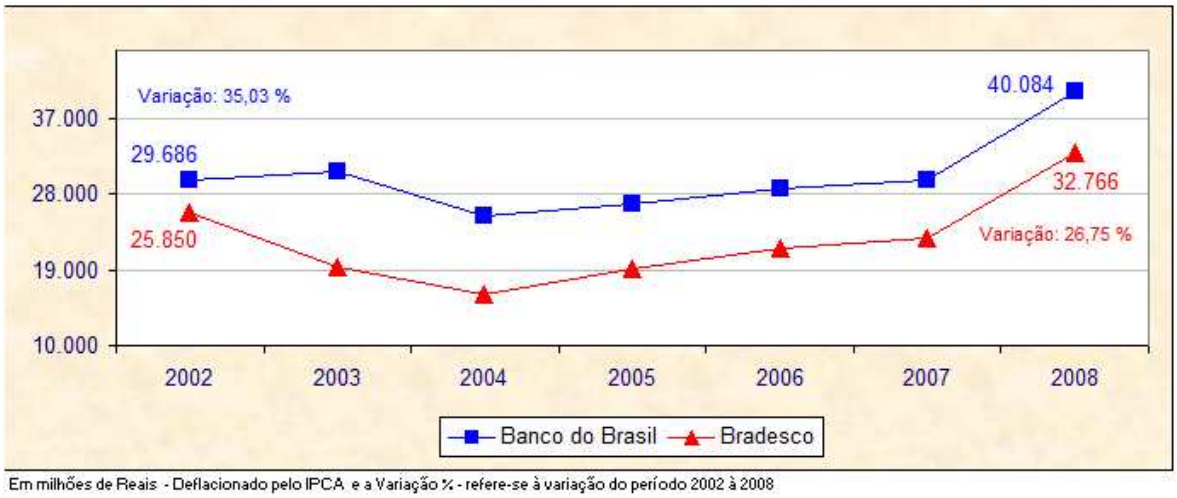
FIGURA 27: VARIAÇÃO DO VOLUME DAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS APURADAS JUNTO AO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008



Em milhões de Reais - Deflacionado pelo IPCA e a Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

FIGURA 28: VARIAÇÃO DAS RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008



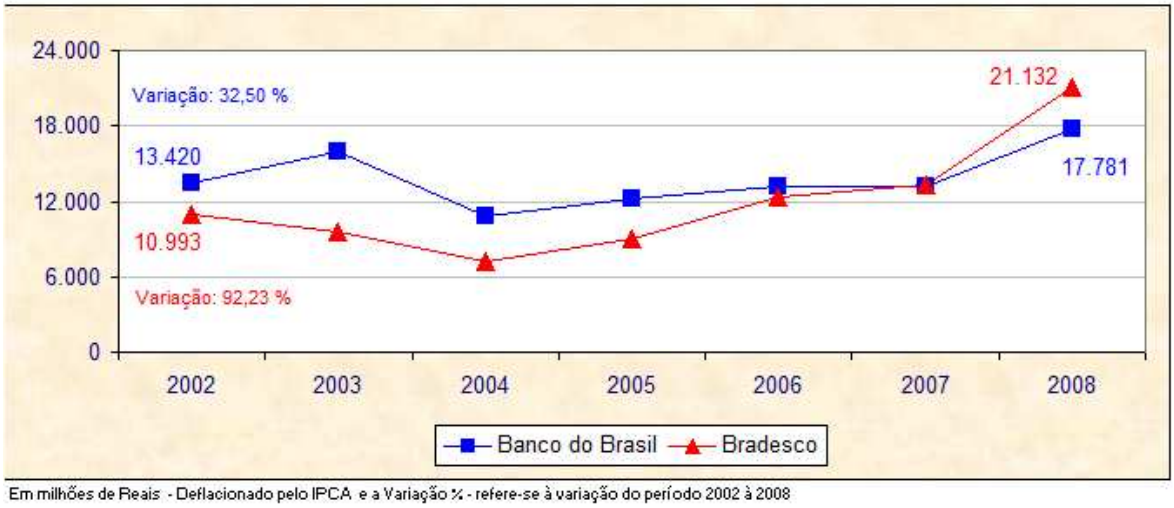
FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

A variação das Receitas da Intermediação Financeira dos dois bancos analisados, com exceção do período 2002-2003, apresentou um comportamento semelhante durante o período de análise. Conforme apresentado na Figura 28 os dois bancos apresentaram crescimento em suas curvas de receita da intermediação financeira.

Ainda analisando a figura 28, observa-se uma maior elevação das receitas de intermediação financeira para o Banco do Brasil em relação ao Bradesco, sendo essa diferença de 8,27%, no período 2002-2008. Uma das variáveis que explica esta diferença é o volume das aplicações de recursos, a qual no Banco do Brasil chegou, em 2008, ao valor de R$ 201.231 milhões contra R$ 151.144 milhões do Bradesco (ver Figura 26).

Da mesma forma que as Receitas Financeiras, observa-se uma mesma tendência das curvas de Despesas da Intermediação Financeiras dos dois bancos analisados (Figura 29). Uma exceção é o ano de 2003, onde observamos, no Banco do Brasil, um crescimento de sua curva, enquanto que no Bradesco houve uma queda em relação ao período anterior.

FIGURA 29: VARIAÇÃO DAS DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008

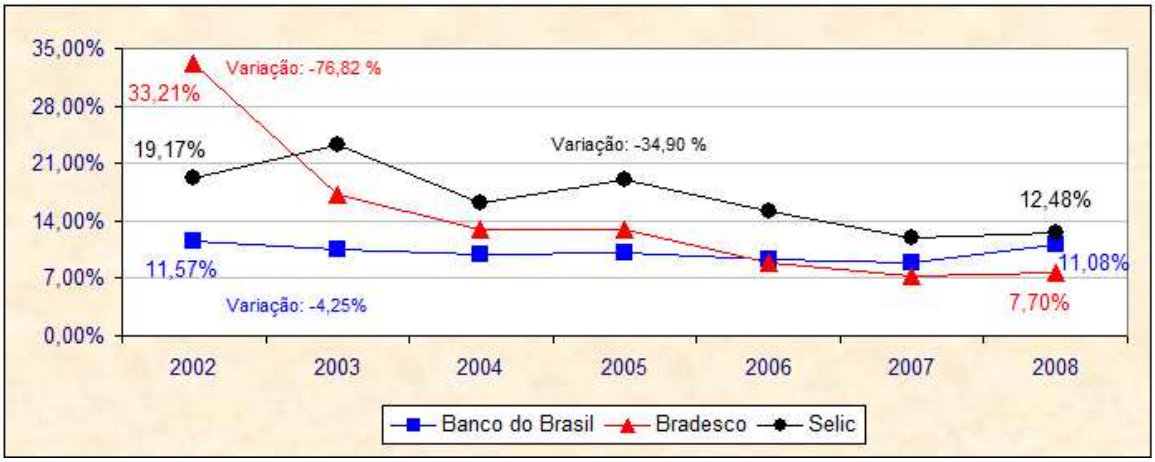


FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Destaca-se o fato da curva de despesas da intermediação financeira do Bradesco ter chegado, em 2008, em posição superior à curva do Banco do Brasil. Esta situação mostrou-se inversa a apresentada pelas curvas de captação de recursos (valores aplicados pelos clientes dos bancos que geram as despesas da intermediação financeira) (ver Figura 27) das duas instituições, onde a curva de captação do Banco do Brasil chegou, em 2008, em posição superior a do Bradesco. Esta constatação sugere que o Bradesco possa ter pago juros médios, em relação a sua carteira de captação de recursos, superiores aos realizados pelo Banco do Brasil.

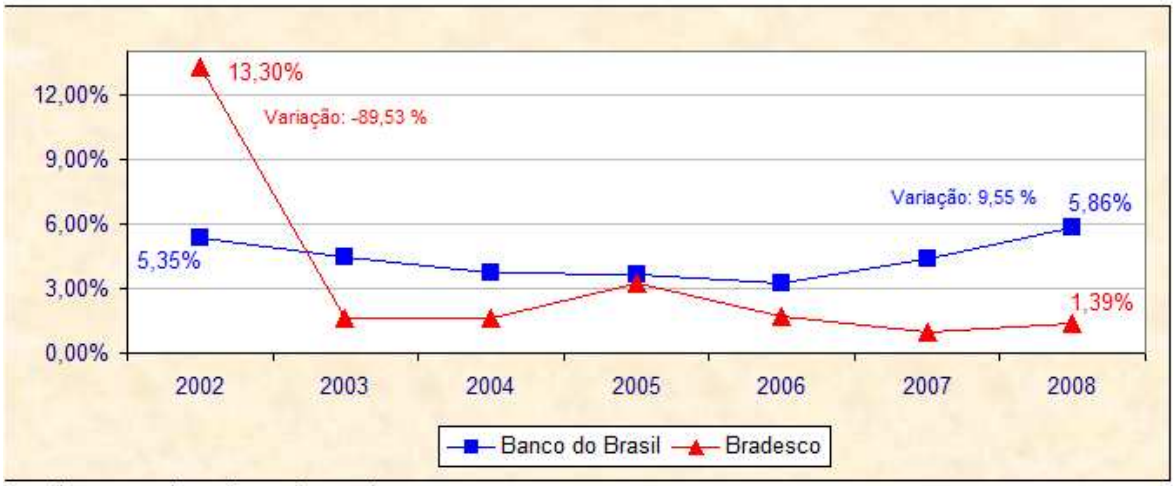
A taxa básica de juros (Selic), que é referência para a cobrança e pagamento de juros referente às aplicações e captações de recursos é uma importante variável macroeconômica que influencia no *spread* praticado por estes bancos. Porém, ao verificarmos a comparação da variação da Selic ao longo do período 2002-2008 com a variação dos *spread*s brutos apresentados pelos Banco do Brasil e Bradesco (Figura 30), verificamos que, em alguns períodos, as curvas de *spread* bruto dos bancos não apresentaram a mesma tendência que a curva da Selic. Enquanto a Selic obteve uma variação negativa de 34,90%, no período analisado, verificamos que o *spread* bruto do Bradesco e do Banco do Brasil apresentaram variações negativas de 76,82% e 4,25%, respectivamente.

FIGURA 30: COMPARAÇÃO ENTRE O *SPREAD* BRUTO DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL, AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008, E A SELIC



Fonte: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS Contábeis Anuais da Instituição.

FIGURA 31: COMPARAÇÃO ENTRE O *SPREAD* LÍQUIDO DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008



Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Na Figura 31, podemos verificar que a curva do *spread* líquido do Banco do Brasil esteve sempre acima da curva do Bradesco, com exceção do ano de 2002. Esta diferença, entre as curvas, é resultado da variação negativa do *spread* líquido do Bradesco de 89,53% contra uma variação positiva do Banco do Brasil de 9,55%, fazendo com que os dois bancos chegassem a uma diferença representativa, entre seus *spreads* líquidos de 4,47%, em 2008. Estas diferenças são, em parte, explicadas pelas variáveis micro-econômicas, notadamente as despesas administrativas.

Conforme já discutido com relação à Tabela 35, o *spread* líquido é o produto da divisão do resultado comercial pelo volume da aplicação de recursos, ou seja, quanto maior o resultado comercial maior o *spread* líquido.

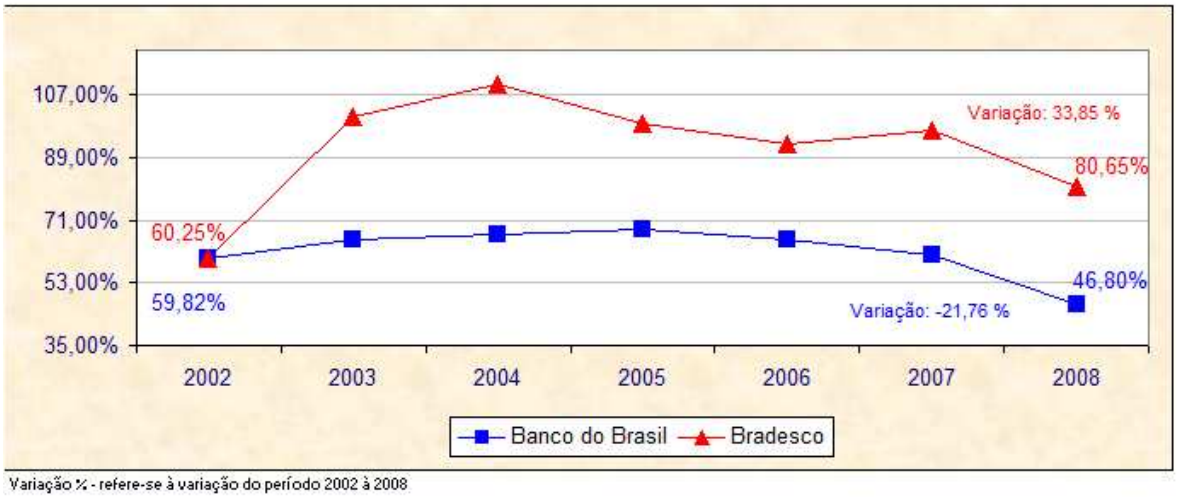
Ainda sob este enfoque, lembramos que o resultado comercial é dado pela diferença entre a margem de contribuição e as despesas administrativas. Sendo assim, quanto menor as despesas administrativas, maior o resultado comercial e, conseqüentemente, maior o *spread* líquido. Por sua vez, a principal variável de formação da margem de contribuição, a margem financeira bruta, é também a principal componente de formação do *spread* bruto.

Desse modo, se os bancos tiverem um elevado valor de despesas administrativas, o que afetará diretamente seu *spread* líquido, para poder compensar estes custos na formação de seus resultados, eles terão que trabalhar com um volume maior de margem financeira bruta, aumentando assim seu *spread* bruto. Para isto temos apenas duas variáveis para serem trabalhadas pelas instituições financeiras: as despesas da intermediação financeira (juros pagos aos clientes pelos bancos); e as receitas da intermediação financeira (juros cobrados dos clientes pelos bancos). Sendo assim, este conjunto de variáveis microeconômicas, podem afetar o preço ao consumidor final.

Neste sentido, discutir a representatividade das despesas administrativas em relação à margem financeira bruta é uma boa base para podermos entender a sua influência no *spread* bancário. Assim, analisaremos este comportamento através das informações apresentadas na Figura 32.

Ao analisarmos a Figura 32, verifica-se que, no Banco do Brasil, a representatividade das despesas administrativas recuou 21,76%, entre 2002 e 2008, enquanto que no Bradesco ocorreu um crescimento de 33,85%, no mesmo período. Conforme pode ser constatado, a curva do Bradesco manteve-se sempre acima da curva do Banco do Brasil, com exceção do ano de 2002.

FIGURA 32: COMPARAÇÃO DO % DA REPRESENTATIVIDADE DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO A MARGEM FINANCEIRA BRUTA, DO BRADESCO E BANCO DO BRASIL, AO LONGO DO PERÍODO 2002-2008

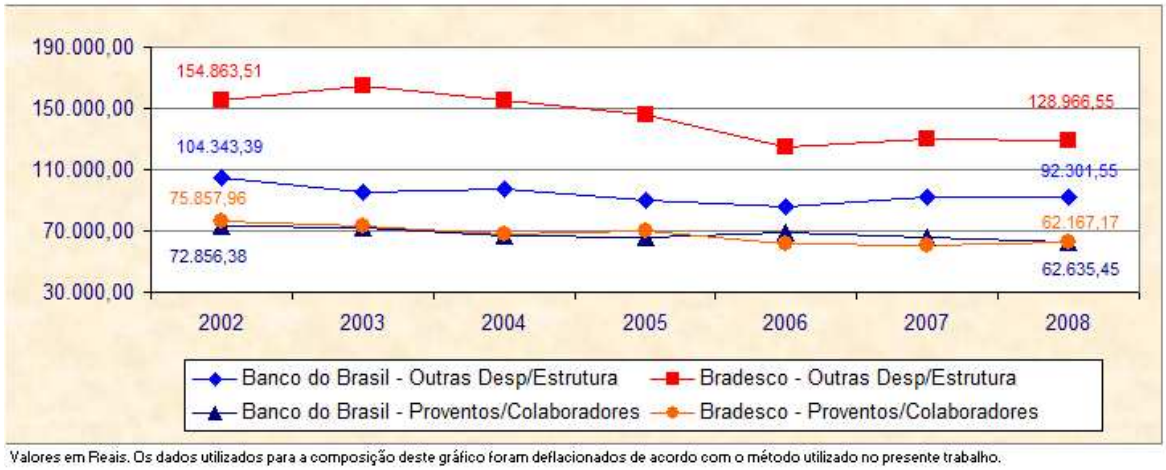


Variação % - refere-se à variação do período 2002 à 2008

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

Estes resultados confirmam que os custos administrativos do Banco do Brasil representaram um efeito menor em seus *spreads* do que os apresentados pelo Bradesco. Como foi observado no capítulo 4, o maior impacto da diferença entre os custos administrativos das duas instituições ficou por conta dos custos relacionados à estrutura de atendimento. Como forma de reforçar a compreensão desta análise, apresentamos a Figura 33 que mostra as relações dos custos de pessoal e de estrutura das duas instituições analisadas.

FIGURA 33: COMPARAÇÃO ENTRE AS RELAÇÕES OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS/ESTRUTURA E PROVENTOS/COLABORES APRESENTADAS PELO BANCO DO BRASIL S.A. E BRADESCO S.A. NO PERÍODO 2002-2008.



Valores em Reais. Os dados utilizados para a composição deste gráfico foram deflacionados de acordo com o método utilizado no presente trabalho.

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS OBTIDOS DE DOCUMENTOS CONTÁBEIS ANUAIS DA INSTITUIÇÃO.

6 CONCLUSÃO

Na análise dos custos administrativos na formação do *spread*, observou-se, no decorrer do presente estudo, que existem intensas discussões a respeito do elevado *spread* no Brasil, sendo que ele está relacionado a fatores macroeconômicos e microeconômicos.

Os elementos microeconômicos começaram a ser analisados pelo Banco Central em 1999, quando se deu início às metodologias de decomposição do *spread* bancário, que vem sendo atualizada a cada ano pelo BACEN. Observamos como destaque nesta decomposição do *spread*, os custos administrativos, que, em 2007, representaram 13,50% do total do *spread* bancário.

A inclusão dos bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no cálculo do *spread* bancário pelo BACEN coincide com a elevação dos custos administrativos de 4,9%, em 2003, para 5,04%, em 2004, fazendo com que a participação do custo administrativo em relação ao *spread* total aumentasse de 11,79%, em 2003, para 14,18%, em 2004, o que representou um crescimento de 20,27% neste período.

Objetivando atingir o propósito geral desta dissertação, analisamos os elementos que formam o *spread* bancário do Banco do Brasil e Bradesco focando os aspectos microeconômicos, notadamente os custos administrativos. Neste sentido foi importante analisar o *spread* bruto (diferença entre os juros cobrados dos clientes e juros pagos aos clientes) e o *spread* líquido (spread *bruto* – componentes microeconômicos) que permitiram verificar como os custos administrativos são importantes na composição do *spread* dos dois bancos.

Na formação do *spread* bruto, verificamos que as duas instituições buscaram o crescimento de suas carteiras de empréstimos. Porém, a do Bradesco cresceu 5 vezes mais que a do Banco do Brasil, reduzindo a diferença entre os dois bancos que, em 2002, era de R$ 96 bilhões e passou para R$ 50 bilhões, em 2008.

Neste mesmo período, foi observada uma redução na taxa básica de juros (Selic) na ordem de 35%, refletindo na queda do *spread* bruto dos dois bancos. Porém, verificamos que não houve uma relação direta em todos os anos da análise. Enquanto o *spread* bruto no Bradesco reduziu 77%, no período analisado,

bem acima da Selic, no Banco do Brasil esta redução foi de apenas 4%. Estas diferenças são explicadas na comparação das receitas e despesas financeiras dos bancos, onde o Banco do Brasil obteve um resultado melhor que o Bradesco, dado que este último teve um crescimento de suas despesas financeiras (92%) acima de suas receitas financeiras (27%), enquanto o Banco do Brasil experimentou crescimento de suas receitas (35%) acima de suas despesas (32%).

Ao analisarmos o *spread* líquido das duas instituições, verificamos que o Banco do Brasil atingiu, em 2008, um *spread* de 5,86%, bem acima do Bradesco, em que o *spread* foi de apenas 1,39%. Isso pode ser explicado pela diferença entre os custos administrativos das duas instituições.

Buscando compreender a importância dos custos administrativos na composição do *spread* bancário, através da comparação entre o Banco do Brasil, que é o maior banco público do Brasil, e o do Bradesco, que no período analisado era o maior banco privado do país, e ainda se os custos administrativos do primeiro são mais representativos em relação ao *spread* total, que os custos administrativos do Bradesco, verificamos na análise comparativa dos custos administrativos totais do Banco do Brasil e do Bradesco, que as duas instituições reduziram seu custo médio por funcionário ao longo do período 2002-2008, com um resultado final de R$ 134.838,62 para o Bradesco e de R$ 116.477,68 para o Banco do Brasil. Porém, este último apresentou em toda série analisada, custo médio por funcionário abaixo do Bradesco, inclusive no período 2003/2004, quando o BACEN incluiu o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal em sua análise, situação que não confirmou a hipótese do trabalho apresentada na introdução.

Buscando analisar melhor esta diferença, verificamos, na composição da estrutura dos custos administrativos, dois grandes blocos de custos representados por suas estruturas de atendimento e por seus quadros de pessoal. Na comparação das médias das despesas de pessoal por funcionário, verificamos que os dois bancos reduziram seus custos e trabalharam, em toda série histórica, com valores muito próximos.

Na comparação dos custos envolvendo suas estruturas, ou seja, a média de outras despesas administrativas por estrutura de atendimento, também se verifica que houve redução por parte das duas instituições financeiras. Porém,

neste indicador, os custos do Bradesco sempre estiveram acima do Banco do Brasil.

No que diz respeito aos custos administrativos, conclui-se que a diferença de custos total entre os dois bancos está determinada por suas estruturas de atendimento, dado que suas despesas com pessoal se equivalem.

Objetivando ter uma melhor percepção da importância dos custos administrativos na formação do *spread* bancário, foi realizada comparação do percentual da representatividade destes custos em relação à margem financeira bruta (diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras), onde se verificou que, no Bradesco, os custos administrativos representaram, em toda série, percentuais maiores que do Banco do Brasil, chegando, em 2008, a 81% e 47% respectivamente, o que demonstra a importância deste componente na formação do *spread* bancário.

Por fim, conclui-se que há diferença de impacto dos custos administrativos entre os bancos analisados, e ainda que este impacto é menor no Banco do Brasil. Adicionalmente esses custos ainda representam parcela significativa do *spread* bancário.

Concluímos ainda que, estratificando estes custos administrativos, observa-se que a parcela que representa os custos com pessoal é trabalhada na mesma grandeza entre os dois bancos. Assim, a variável determinante do diferencial de custos é a estrutura de atendimento.

Dado esta situação, podemos inferir que o setor financeiro terá uma maior preocupação e atenção com esta variável, pois ela é um elemento relevante na composição do lucro final dos bancos. Sendo assim, considerando as críticas em relação às altas taxas de juros cobradas pelos bancos brasileiros, a redução destas pode ocorrer com a redução das despesas administrativas, notadamente nos custos relacionados às suas estruturas.

REFERÊNCIAS

AFANASIEFF, Tarsila S.; LHACER, Priscila M. V.; NAKANE, Márcio I.The Determinants of Bank Interest Spread in Brazil. **BBC Working Papers,** v. 46, 2002.

AGÊNCIA BRASIL. **Bancos mantêm crescimento dos lucros em 2004.** Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=217029&editoria=&q=1> Acesso em: 22 jul. 2007.

ANGBAZO; Laraus."Commercial Bank Net Interest Margins, Defaut Risk, Interest-Rate Risk and Off-Balance Sheet Banking." **Journal of Bank & Finance,** v. 21 n.1, p. 55-87,1997.

ARAUJO, Luiz Alberto D'Ávila de; JORGE NETO, Paulo de Melo; PONCE, David Agustín Salazar. **Competição e concentração entre os bancos brasileiros**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2005/docs/competicao_e_concentracao_entre_os_bancos_brasileiros.pdf> Acesso em: 24 jul. 2007.

ARRUDA, Carlos, TELLO, Rafael, ARAUJO Marina **Análise do relatório de competitividade de 2006–2007 do *World Economic Forum* (WEF)**. Disponível em:<http://www.fdc.org.br/parcerias/upload/outros/analise_global_competitiveness_report_2006_2007.pdf>

ARRUDA, Antônio; GONÇALVES, Reinaldo. Gravidade do problema e êxito do Plebiscito. Pucviva, n. 10, 2000. Disponível em:<http://www.apropucsp.org.br/revista/r10_r05.htm.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO BRADESCO S.A. **Informações sobre as Empresas – Informações Periódicas Eventuais.** Fevereiro de 2009. Disponível em:< http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/ResultBuscaParticCiaAb.aspx?CNPJNome=Bradesco&TipoConsult=C> Acesso em 15 mar. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e *spread* bancário no Brasil.** Outubro de 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e *spread* bancário no Brasil:** avaliação de um ano do projeto. Novembro de 2000. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread112000.pdf> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e *spread* bancário no Brasil:** avaliação de dois anos do projeto. Novembro de 2001. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread112001.pdf> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e *spread* bancário no Brasil**: avaliação de três anos do projeto. Dezembro 2002. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread122002.pdf> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Juros e *spread* bancário no Brasil:** avaliação de quatro anos do projeto. Dezembro 2003. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf> Acesso em 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Relatório de economia bancária e crédito. Avaliação de cinco anos do projeto Juros e Spread Bancário***.* Dezembro 2004. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf> Acesso em: 22 jun. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Relatório de economia bancária e crédito**. 2005. C-Bond. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?id=GLOSSARIO&Definicao=c-bond> Acesso em 15 jul. 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Relatório de economia bancária e crédito.** Dezembro 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2006.pdf > Acesso em: 10 mai. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: **Relatório de economia bancária e crédito.** Dezembro 2007. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pdf > Acesso em: 10 mai. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa selic**. Disponível em:< http://www.bcb.gov.br/? Acesso em: 20 mai. 2007.

BANCO DO BRASIL. **Relações com Investidores**. Disponível em < http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb> Acesso em 15 mai. 2009.

BANCO MUNDIAL. **Brazil: acess to financial services**. Brazil Country Management Unit, Report N. 27773-BR, fev. 2004.

BELAISCH, A. **Do Brazilian banks compete**? IMF Working paper WP/03/113, 2003.

BILLERA, L. J., HEATH, D. C., e VERRECCHIA, R. E. A unique procedure for allocating common costs from a production process, **Journal of Accounting Research**, n. 19, p. 185–196, 1981.

CINTRA, Marcos. *Spread*: reflexo do poder dos bancos no Brasil. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 16-16, jan. 2005.

COSTA, Ana Carla Abrão e NAKANE, Márcio I. **Revisitando a metodologia de decomposição do *spread* bancário no Brasil**, mimeo, 2004.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia monetária e financeira:** uma abordagem pluralista. São Paulo: Makron Books, 1999.

COSTA, Ana Carla A. **Mercado e crédito**: Uma análise econométrica dos volumes de crédito total e crédito habitacional no Brasil. Trabalhos para discussão do Banco Central do Brasil, n. 87, dez. 2001.

A decomposição do *spread* bancário no Brasil. Disponível em:< http://www.bcb.gov.br/Pec/SemEcoBanCred2004/Port/paperIII.pdf> Acesso em: 20 jun. 2007.

COUTINHO, R. ***Spread* e concentração bancária no Brasil**. Monografia de conclusão do curso de Ciências Econômicas, Curitiba: CSA/UFPR, 2003.

DERMIGÜÇ-KUNT, A.; LAEVEN, L.; LEVENE, R. Regulation, Market Structure, Institutions, and the Cost of Financial Intermediation. **Journal of Money, Credit and Banking.** 36,593-622, 2004.

DIEESE – Uma análise da margem de ganho dos bancos. **Nota Técnica,** n. 35, p. 1-10, out. 2006. Disponível em: http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec35bancos.pdf Acesso em: 20 jun. 2007.

FACHADA, Pedro. Internacionalização, rentabilidade e custos bancários: evidências para o Brasil (1996-2006). In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Banco Central do Brasil, dez. de 2007. Pág. 127-143. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pdf > Acesso em: 10 mai. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Valores do IPCADisponível em**: http://www.fgvdados.fgv.br/chart/fgvdados_31_7_2009_31_26.htm. Acesso em 31/07/2009.

FUNDAÇÃO PROCON-SP. **Bancos públicos e privados não têm grande diferença de tarifas, juros ou serviços.** (2005). **Disponível em:** http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=217654>Acesso em: 24 jul. 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA CONTÁVEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Estudo sobre a apuração do *spread* da indústria bancária. (Resumo).** 2005. Disponível em: http://www.febraban.org.br/Arquivo/Destaques/Fipecaf_Internet.pdf> Acesso em: 20 jul. 2007.

GARCIA, Márcio G. P.; DIDIER, Tatiana. Taxa de juros, risco cambial e risco Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v. 33, p. 253-297, ago. 2003. Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200102017.pdf> Acesso em: 15 jul. 2007.

GREMAUD, Amary P.; VASCONCELLOS, Marco a. Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GUIMARÃES, C. B. A indústria pede *spreads* menores para poder crescer. **Gazeta Mercantil,** n. 22830, ano LXXXIV, 16 maio 2004.

HO, Thomas S. Y.; SAUNDERS Anthony."The Determinants of Bank Interest MArgins: Theory and Evidence.**The Journal of Financial and Quantative Analysis,** v. 21 n. 4 , p. 581-600, 1981.

JAUMANDREU, J. & J. Lorences. Modeling price competition across many markets (An application to the Spanish loans market). **European Economic Review,** n. 46, p. 93-115, 2002.

KESSEL, M. **O crédito rural no Brasil**. Nota técnica, BCB-Depec, 2001.

MAUDOS, Joaquín; GUEVARA, Juan Fernández. Factors Explaning the Interest Margin in the Banking Sectors of the European Union. **Journal of banking and Finance,** v.28, n. 9, p.2259-2281, 2004.

MEIRELLES, Henrique de C. **Políticas de crédito no Brasil**. Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em:< file:///C:/WINDOWS/Configura%E7%F5es%20locais/Temporary%20Internet%20Files/Content.IE5/0DEFC1UN/683,1,Slide 17> Acesso em: 15 jun. 2007.

MORENO, Ramon. Brasil tem maior spread bancário do mundo. **Jornal do Comércio** (RS), 8 ago. 2007**.** Disponível em:<http://www.al.rs.gov.br> Acesso em 20 jun. 2007

NAKANE, M. I. Concorrência e *spread* bancário: uma revisão da evidência para o Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Juros e *espread* bancário no Brasil**: avaliação de quatro anos de projeto. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003, p. 58-67.

NAKANE, M. **A test of competition in brazilian banking**, texto para discussão, 02/2001, FEA-USP, 2001.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia**: introdução ao Direito Econômico. 3. ed. rev. atual. São Paulo: RT, 2001.

OLIVEIRA, G. C. **Análise do *spread* bancário no Brasil após o Plano Real (1994-2003).** Dissertação (Mestrado em Economia). São Paulo: Pontifícia Universidade católica, 2004.

OLIVEIRA, José Carlos. **Bancos públicos e privados não têm grande diferença de tarifas, juros ou serviços.** (2005). Disponível em: http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=217654>Acesso em: 24 jul. 2007.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando. Fatores macroeconômicos do *spread* bancário. **Valor Econômico,** 12 jan. 2005. Disponível em:<http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/fatores_macro_spread_bancario.pdf> Acesso em 18 jun. 2007

OREIRO, José Luis da Costa; PAULA, Luis Fernando de. SILVA, Jonas Costa da; ONO, Fábio Hideki. Determinantes macroeconômicos do *spread* bancário no Brasil: teoria e evidência recente. **Econ. Apl.,** v. 10, n. 4, Ribeirão Preto, out./dez. 2006.

PANZAR, J. & J. Rosse (1987). Testing for monopoly equilibrium, **Journal of Industrial Economics**, 3, 443-446.

PETTERINI, F.; JORGE NETO, P. M. **Análise da competição dos bancos privados nacionais nas operações de crédito do sistema financeiro nacional**. Dissertação (Mestrado em economia)-CAEN/UFC, 2003.

PINHEIRO, Armando C. O componente judicial dos *spreads* bancários. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia bancária e crédito***:* avaliação de quatro anos do projeto juros e spread bancário. Banco Central do Brasil, dez. de 2003.

RADIOBRÁS. **Bancos públicos e privados não têm grande diferença de tarifas, juros ou serviços.** (2005). **Disponível em:** http://www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=217654>Acesso em: 24 jul. 2007.

RAMSEY, F. A contribution to the theory of taxation. **Economic Journal,** v. 37, p. 47-61, 1927.

RELATÓRIO DE CAPTAÇÕES DE MERCADO. **Primeiro semestre de 2005**. Disponível em:<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/renda_fixa/rel_jun05.pdf> Acesso em 23 jul. 2007.

ROCHA, Kátia; MOREIRA, Ajax R. B; MAGALHAES, Ricardo. **Determinantes do *spread* brasileiro:** uma abordagem estrutural. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCIARRETTA, Toni. **Crise Acelera União entre Itaú e Bradesco.** São Paulo: Folha de São Paulo, 04 Nov. 2008. Disponível em: <http://www1. folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0411200802.htm> Acesso em 01 Mar. 2008.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, N. Credit rationing in markets with imperfect information. **American Economic Review, 1981.**

TAKEDA, T.; ROCHA, F.; NAKANE, M. L. The reaction of bank lending to monetary policy in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 59, n. 1, jan./mar. 2005.

TAKEDA, T.; BADER, F. L. C.; KOYAMA, S. M. Tarifas Bancárias: comportamento da receita com serviços bancários básicos. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Banco Central do Brasil, dez. de 2007. Pág. 155-178. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pdf > Acesso em: 10 mai. 2009.

TAVARES, Flávio Leitão; TAVARES, José Fernando Cosentino; MOURA, José Ri Gonçalves Rosa. **Nota técnica conjunto 04/2006**. Brasília: Congresso Nacional, 2005. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal/notas%20conjuntas/NTC%2004-2006%20Audi%C3%AAncia%20Banco%20Central-20%206%2006.pdf> Acesso em: 16 jun. 2007.

TROSTER, Roberto Luis. **Concentração bancária**. Disponível em:<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/Conc0404.pdf> Acesso em: 24 jan. 2006.

VALOR ECONÔMICO. Brasil - **Debate sobre *spread* volta à estaca zero**. São Paulo, 10 set. 2004. Disponível em:<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=149040> Acesso em: 21 jun. 2007.

YOUNG, H. P. Cost allocation. In? **Handbook of Game Theory.** Editado por by R. J. Aumann e S Hart, v. 2, Amsterdam: Elsevier Science, 1994.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo